



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 9

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de janeiro de 2013

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*  
*(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.*

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos, foram apresentados, ao abrigo do artigo 73º do Regimento, diversos votos de congratulação, os quais foram aprovados por unanimidade.

- **Voto de Congratulação** “**pelo facto da Orquestra Juvenil da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico ter completado 25 anos de música e divulgação da cultura açoriana.**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

- **Voto de Congratulação** pelos “**150 anos do Seminário de Angra**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*), a quem coube a apresentação do voto, e António Ventura (*PSD*).

- **Voto de Congratulação** pelo “**50º Aniversário da Associação de Desportos da Ilha do Faial**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

- **Voto de Congratulação** pelos “**25 anos de elevação a Santuário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Angra do Heroísmo**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

- **Voto de Saudação** “**à Filarmónica Recreio dos Artistas, da Vila de Santa Cruz, na ilha Graciosa, pelo centenário da sua fundação**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Procedeu à sua apresentação o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos (*PSD*).

- **Voto de Congratulação** “**pelo facto da Filarmónica Recreio dos Artistas ter completado 100 anos de existência**”, desta feita apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

Seguiram-se dois Votos de Protesto:

- **Voto de Protesto** “**pela atitude do Governo da República, ao não cumprir, até à presente data, com o acordo estabelecido em maio de 2011, para a transferência dos bens imóveis do domínio público aeroportuário de Santa Maria, não afeto às operações aeroportuárias, para integração no domínio privado da Região Autónoma dos Açores**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*), seguindo-se uma intervenção por parte da Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*).

- **Voto de Protesto** “**pela deslocalização da parte operacional da Radionaval da Horta**”, apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

Posteriormente foram aprovados por unanimidade diversos votos de Pesar.

- **Voto de Pesar** pelo “**falecimento de Monsenhor José de Lima do Amaral Mendonça**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

- **Voto de Pesar** pelo “**falecimento de Monsenhor Cónego José Lima do Amaral Mendonça**” apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, cabendo a leitura do voto ao Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*).

- **Voto de Pesar** pelo “**desaparecimento físico de Manuel Ferreira**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Pesar** pelo “**falecimento do Comendador Manuel Ferreira**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*).

- **Voto de Pesar** pelo “**encerramento do diário “A União” na cidade de Angra do Heroísmo**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco Coelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Voto de Pesar** pelo “**falecimento do Dr. Vasco Rodrigues**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), a quem coube a apresentação do voto, José Ávila (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Voto de Pesar** pelo falecimento da Prof. Doutora Fátima Sequeira Dias apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- **Voto de Pesar** “pelo falecimento da professora universitária e investigadora histórica Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Pesar** pelo falecimento de Emiliano Carneiro, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo, usaram da palavra a Sra. Deputada Berta Cabral (*PSD*), a quem coube a apresentação do voto, e o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

- **Voto de Pesar** “pelo desaparecimento físico de Francisco Ernesto de Oliveira Martins”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*).

#### **Agenda da Reunião:**

**1 - Continuação da apresentação e debate da Petição n.º 17/2012 - alteração ao artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 - estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua exploração sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética, apresentada pelo clube de caçadores de Vila Franca do Campo, na qualidade de primeiro subscritor.**

Usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Renato Botelho (*PSD*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

**2 - [Petição n.º 20/2012](#) - salvem o Pocinho, no lugar do Monte, freguesia da Candelária, apresentada por Jorge Manuel Laranjo da Costa, na qualidade de primeiro subscritor.**

Após a leitura do relatório pela Sra. Relatora da Comissão, Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), intervieram de seguida os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

**3- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 3/X - recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA, S.A., e respetiva tutela para que tomem medidas no sentido de garantir a abertura do aeroporto de Santa Maria no período compreendido entre as 21.30h e as 24h, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, o qual foi aprovado por unanimidade.**

Após a justificação da urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

**4- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 13/X – recomenda ao Governo da República que desenvolva todas as iniciativas da sua competência para a viabilização do aeroporto de Santa Maria como aeroporto de referência para escalas técnicas à aviação civil dos Açores e salvaguarde os legítimos interesses da região e das suas populações, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.**

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*), passou-se para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

**5- [Projeto de Resolução n.º 3/X](#) - recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA, S.A., e respetiva tutela para que tomem medidas no sentido de garantir a abertura do aeroporto de Santa Maria no período compreendido entre as 21.30h e as 24h, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.**

O diploma foi retirado pelo proponente, após a sua apresentação.

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

**6- Projeto de Resolução n.º 13/X** – recomenda ao Governo da República que desenvolva todas as iniciativas da sua competência para a viabilização do aeroporto de Santa Maria como aeroporto de referência para escalas técnicas à aviação civil dos Açores e salvaguarde os legítimos interesses da região e das suas populações, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira, usando posteriormente da palavra as Sras. Deputadas Aida Amaral (*PSD*) e Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação o Projeto foi aprovado por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.*

**Presidente:** Bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Peço ao Sr. Secretário para fazer a chamada.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**Arlinda Maria Focha Nunes Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde** Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

**Berto** José Branco **Messias**

**Catarina** Paula **Moniz Furtado**

**Carlos** Alberto Medeiros **Mendonça**

**Cláudia** Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

**Domingos** Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

**Duarte** Manuel Braga **Moreira**

**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**

**Iasalde** Fraga **Nunes**

**Isabel** Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

**José Manuel** Gregório de **Ávila**

**Lara** Fernandes **Martinho**

**Lizuarte** Manuel **Machado**

**Lúcio** Manuel da Silva **Rodrigues**

**Luís** Carlos Martins **Maciel**

**Manuel** Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

**Marta** Cristina Moniz do **Couto**

**Miguel** António Moniz da **Costa**

**Paulo** Alexandre Vieira **Borges**

**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**

**Renata** **Correia Botelho**

**Ricardo** Manuel Viveiros **Cabral**

**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Aida** Maria Melo **Amaral**

**António** Augusto Baptista Soares **Marinho**

**António** Lima Cardoso **Ventura**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**Berta** Maria Correia Almeida Melo **Cabral**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

**Humberto** Trindade Borges de **Melo**

**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**José** Maria de Medeiros **Andrade**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

**Nuno** Alberto Lopes **Melo Alves**

**Luís** Virgílio de Sousa da **Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal da Conceição Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, esta manhã os nossos trabalhos estão reservados para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos. Vamos começar pelos votos.

Para a apresentação do Voto de Congratulação sobre a Orquestra Juvenil da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação**

A Orquestra Juvenil da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico, completou 25 anos de existência, 25 anos de música, 25 anos de cultura.

A Orquestra escolar iniciou a sua atividade em 1987, na festa de Natal da sua Escola que também consumou 35 anos de ensino ao serviço da ilha do Pico e do concelho de São Roque do Pico, em particular. A 9 de outubro de 1991, formou-se, então, a Associação da Orquestra Juvenil.

O entusiasmo juvenil, a sabedoria dos formadores, a vocação e o gosto musical dos alunos, a sua ligação a muitas das várias filarmónicas da ilha do Pico, a

persistência, a ambição e dedicação foram sem dúvida a chave do sucesso de 25 anos a fazer e a oferecer música.

O gosto pela música impôs-se às dificuldades e isso é patente nas suas atuações, abrilhantando e espalhando melodias em muitos eventos culturais que se tem realizado ao longo dos seus 25 anos por todas as ilhas dos Açores e pelo Continente.

Ao ritmo da sua afinada entoação, destacam-se, entre outras atividades, concertos no Dia dos Açores na Expo'98, o lançamento do seu primeiro CD em 1999, intitulado "*Um Hino à Escola*", sendo o seu segundo CD lançado em dezembro de 2003, com grande sucesso, com o título "*Notas, pautas e... Memórias*". Destacam-se igualmente a participação no intercâmbio musico-cultural realizado com a Orquestra da Quinta do Anjo de Palmela, a participação nas festas de Vila Franca do Campo, nas festas da Praia da Vitória, participação nas festas do concelho de Loures, bem como no encontro nacional de escolas com boas práticas, realizado na cidade do Porto em 2007. Não menos importante e motivo de realce, a permanente atuação nos palcos da ilha e do concelho, onde já tem lugar de qualidade reservado nas festividades locais.

Foi, assim, que ao longo da sua vida musical levou a tantas paragens e elevou o nome da escola, concelho, ilha e região.

A Orquestra aniversariante sempre atuou com base no lema "*fazer música é gerar cultura*", elevando a cultura musical escolar e acima de tudo promovendo o movimento cultural açoriano.

As felicitações são também extensíveis aos seus maestros, Manuel Vieira Machado fundador e ao continuador Hélder José Neves Bettencourt, pelo magnífico trabalho dedicado que desenvolveram ao longo dos últimos anos.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em Plenário no dia ... de Janeiro de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação:

**“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da Orquestra Juvenil da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico ter completado 25 anos de música e divulgação da cultura açoriana.”**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além da Orquestra Juvenil, ao Conselho Executivo da Escola Básica Integrada/Secundária de São Roque do Pico.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2013.

**Os Deputados Regionais**, Berto Messias, Miguel Costa, Lizuarte Machado, Francisco César e Arlinda Nunes.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para associar o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata a este Voto de Congratulação e referir apenas mais um ou dois pormenores, um dos quais, certamente, o nosso colega Deputado Miguel Costa não referiu por pudor, mas acho que é bastante relevante e deve ser aqui vincado.

Esta orquestra também deve muito (muito) como a Escola de São Roque deve muito, ao Prof. Manuel Tomás Costa.

Gostaria de aqui referi-lo e sublinhá-lo.

Percebendo as razões pelas quais não foi aqui citado, quero fazê-lo por ser por demais justo em relação à criação da orquestra, em relação ao papel crucial que

ele teve na qualificação daquela escola e na qualidade que aquela escola ainda hoje mantem.

Sei, inclusivamente, que o nosso companheiro Deputado Miguel Costa também lá estudou e deve muito aquela escola. Reconhece aquilo que aquela escola representou para ele e para muitos dos que lá passaram.

Esta orquestra teve também um papel fundamental a outro nível: a capacidade que teve para ir selecionar jovens às bandas filarmónicas onde faziam a sua aprendizagem inicial de formação musical e também de formação de vida, pegar nesses jovens e dar-lhes um extra de qualidade. Quando os devolia, por assim dizer, às filarmónicas, eles já iam com outro tipo de capacidade.

Criou-se assim, também, aqui, um espaço de formação mais qualificada para os jovens músicos de São Roque e da Ilha do Pico.

Neste momento continua a ser um grande orgulho para a ilha, e penso que para os Açores, ter uma orquestra juvenil daquela qualidade, agora com o maestro Helder Bettencourt, inicialmente com o maestro Manuel Machado.

Penso que é um orgulho para todos nós nos locais por onde já passou, naquilo que já deixou de cultura e especialmente naquilo que nos deixa todos os dias em termos de formação destes jovens, razões pelas quais nos vamos associar a este voto com muito gosto.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos para um Voto de Congratulação sobre os 150 anos do Seminário de Angra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação**  
**150 anos do Seminário de Angra**

O Concílio de Trento (1545-1563) estabeleceu a instituição de Seminários, no intuito de melhorar a formação do clero.

Nas Bulas de Confirmação de D. Fr. Estevam de Jesus Maria, 27º Bispo da Diocese de Angra, Sua Santidade Leão XII, manifestou o desejo da fundação do Seminário de Angra.

Foi este prelado, embora muitos anos depois, que viu ser estabelecido na Diocese, o Seminário de Angra, no Convento de São Francisco, cuja inauguração solene se realizou a 9 de Novembro de 1862.

Em finais de 1900, uma epidemia de febre tifoide causou a morte a 5 alunos, que foi motivo para influenciar a decisão do governo de entregar ao Seminário o Convento de São Francisco.

No ano letivo de 1908-1909, o Seminário de Angra não foi frequentado devido à peste bubónica que ocorreu na Terceira.

A par da proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, o Seminário de Angra ainda continuou a funcionar no ano letivo de 1910-1911.

No princípio de Outubro de 1911, em virtude de “Ordens Superiores”, o Administrador do Concelho de Angra tomou conta das chaves do edifício, alguns alunos abandonaram o curso e outros regressaram às suas famílias a aguardar que fosse superiormente resolvida.

Os seminaristas da ilha Terceira instalaram-se em casas particulares e recebiam lições na residência dos professores.

Aos alunos que terminavam o curso, a Diocese custeava a ordenação em Roma e depois em Lamego, onde o antigo Bispo de Angra, D. Francisco José, lhes conferia a Ordem Completa.

A necessidade de um Seminário Diocesano levou à compra da casa do Barão do Ramalho, na Rua Duque de Palmela, em 2 de Março de 1914, onde se estabeleceu o internato no ano letivo de 1914-1915, porque a lei não permitia que nos Açores houvesse qualquer instituto com nome de Seminário.

Dado o aumento do número de alunos, D. Manuel Damasceno da Costa reconheceu a precaridade do edifício e com o parecer favorável do Cabido e Conselho Diocesano do Fundo do Culto comprou o solar do Conde da Praia, no alto da freguesia de Santa Luzia, em Angra, para ser construído o Seminário.

O velho solar veio a ser demolido, e a pedra foi aproveitada na obra de adaptação que foi feita à Casa do Barão do Ramalho, por autorização do Senhor Bispo D. Guilherme.

O edifício do Seminário de Angra manteve-se com a nova estrutura dos anos trinta, até ao terramoto do dia 1 de Janeiro de 1980, que destruiu completamente a capela e tornou inabitável a zona dos quartos destinada aos alunos e aos professores.

Toda a Instituição, o Senhor Bispo D. Aurélio Granada Escudeiro e o Ecónomo Padre Doutor Laudalino da Câmara Moniz de Sá, empreenderam a obra de reconstrução do Seminário de Angra, que reabriu no ano de 1985.

Cento e cinquenta anos volvidos, o Seminário Maior reveste-se de uma grande e indiscutível importância no seio da Igreja Católica, sendo uma comunidade educativa eclesial de ensino superior, que continua a acompanhar o processo vocacional dos futuros sacerdotes, na sua dedicação às várias dimensões humana, intelectual, espiritual e pastoral, adaptando-se aos novos desafios de um mundo em mudança.

A par da evolução histórica do Seminário de Angra importa recordar os sacerdotes ilustres que o frequentaram – **D. João Paulino de Azevedo e Castro**, Bispo de Macau, entre 1902-1918;

**D. José da Costa Nunes**, Bispo de Macau, entre 1920-1940, Arcebispo de Goa e Damão, entre 1940-1953, que recebeu os títulos honoríficos de Primaz do Oriente e de Patriarca das Índias Orientais e, posteriormente, de Vice-Camarlengo da Santa Sé; **D. Manuel Medeiros Guerreiro**, Bispo de Meliapor e depois de Nampula; **D. José Vieira Alvernaz**, Bispo de Cochim, coadjutor do Patriarca das Índias e depois Arcebispo de Goa e Patriarca das Índias Orientais; **D. Jaime Goulart**, Bispo de Tomar entre 1945-1971; **D. José Pedro da Silva**, Bispo de Tiava, do patriarcado de Lisboa e posteriormente Bispo de Viseu; **D. Paulo Tavares**, Bispo de Macau, entre 1961 e 1973, antes, diplomata na Secretaria de estado do Vaticano, entre 1947 e 1961.

Realçam-se, também, as Marcas e Heranças do Seminário de Angra – **Estudantina Santa Cecília**, fundada no bispado de D. Francisco José Vieira e Brito (1892-1901) – era o elemento orquestral de todas as festas do Seminário; **Academia de São Tomás de Aquino**; **Academia Dr. Cardoso Couto**; **Instituto Açoriano de Cultura (1955)**; **Semana de Estudos (1961-1966)** e a festa comemorativa do **primeiro centenário da fundação do Seminário de Angra, no dia 9 de Novembro de 1962**.

Na última década, o Seminário de Angra tem uma média de 20 alunos de todas as ilhas e um corpo de professores com habilitação própria em cada cadeira, sendo a sua primeira finalidade formar sacerdotes.

É neste contexto que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Janeiro, aprove um Voto de Congratulação pelos 150 Anos do Seminário de Angra do Heroísmo, dando conhecimento a Sua Excelência Reverendíssima, o

Bispo de Angra, Dom António de Sousa Braga, ao Senhor Vigário Geral, Padre Doutor Hélder Fonseca, ao Senhor Reitor do Seminário, Padre Hélder Miranda Alexandre, a todo o corpo docente, a alunos, funcionários e colaboradores.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais:** Berto Messias, Domingos Cunha, Cláudio Cardoso, Lara Martinho, Paulo Borges e Francisco Coelho.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai associar-se a este voto, reconhecendo e valorizando esta instituição que tanto tem contribuído, ao longo destes 150 anos, para o desenvolvimento e notoriedade da Ilha Terceira e dos Açores.

A sua importância social, cultural e patrimonial assenta e é um bem comum para a sociedade açoriana.

Esta é também uma instituição que referencia os Açores no mapa mundo.

Em especial queríamos vincar o seu aspeto de formação humana e na persistência na formação de determinados valores que são importantes para a sociedade açoriana.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para apresentar um Voto de Congratulação tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **50º Aniversário da Associação de Desportos da Ilha do Faial**

A Associação de Desportos da Ilha do Faial (ADIF) completou no passado mês de Agosto cinquenta anos de existência.

A ADIF foi fundada a 14 de Agosto de 1962 pelo Angústias Atlético Clube, Fayal Sport Club e Sporting Clube da Horta, com o objetivo de enquadrar, promover e dirigir a prática de todas as modalidades desportivas que não estavam legalmente constituídas em Associações próprias.

Desde a sua fundação que esta Associação procurou regular e difundir a prática das modalidades desportivas que acolheu, organizando anualmente as respetivas provas e muitos outros eventos desportivos de âmbito local, regional e até nacional e que muito contribuíram para o desenvolvimento e incremento do desporto na ilha do Faial.

Atualmente integra as modalidades de Voleibol e Atletismo, tendo como associados os clubes: Associação Desportiva e Cultural dos Bombeiros Voluntários da Horta; Castelo Branco Sport Clube; Associação de Voleibol do Capelo e o Clube Independente de Atletismo da Ilha do Faial.

Reconhecendo a importância desta Associação na implantação, apoio e desenvolvimento de muitas modalidades desportivas na ilha do Faial, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário a

17 de Janeiro de 2013, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo quinquagésimo aniversário da Associação de Desportos da Ilha do Faial.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Direção da Associação de Desportos da Ilha do Faial e aos órgãos sociais dos Clubes seus filiados.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Jorge Costa Pereira, José Andrade, Luís Garcia e Berta Cabral.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs.

Membros do Governo:

Cinquenta anos é uma marca histórica.

A Associação de Desportos da Ilha do Faial felizmente atingiu esta marca.

Esta, ao longo destes 50 anos, tem desempenhado um papel fundamental no incremento do desporto na Ilha do Faial, nomeadamente e nos últimos anos no atletismo e na modalidade do voleibol.

Os resultados desportivos assim o comprovam, quer numa lógica regional, quer numa lógica nacional.

No entanto, e porque a oportunidade assim o exige, é extremamente importante referenciar o papel que a Associação de Desportos da Ilha do Faial tem tido no incremento da formação e da educação nas crianças e jovens da nossa terra.

Por tudo isto, naturalmente o Grupo Parlamentar do PS associa-se a este voto, desejando e congratulando a Associação de Desportos da Ilha do Faial que continue a trabalhar em prol do desporto faialense.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Para apresentar um Voto de Congratulação sobre os 25 anos de elevação a Santuário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Angra do Heroísmo, tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

#### **25 anos de elevação a Santuário da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Angra do Heroísmo**

Por volta de 1470 foi mandado edificar pelo fundador de Angra, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o primeiro templo angrense, a seguir ao de São Salvador.

Através dos séculos tem-se mantido uma devoção profunda a Nossa Senhora da Conceição, sendo esta Igreja o maior Centro Mariano de Peregrinação da cidade de Angra e das paróquias da ilha Terceira.

Na sequência do sismo de 1980, a sede paroquial da Conceição foi instalada no Liceu, nos Bombeiros e nos Celeiros ao longo de sete anos.

Com a reabertura do templo reconstruído, que coincidiu com o Ano Episcopal Mariano, o pedido de elevação da Igreja da Conceição a Santuário Mariano foi feito a 24 de Janeiro de 1987, pelo então Pároco, o Padre Adão Teixeira, entretanto falecido.

A Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Angra do Heroísmo foi elevada à dignidade de Santuário Diocesano, a 8 de Dezembro de 1987, pelo então Bispo de Angra, Dom Aurélio Granada Escudeiro, no decorrer do Ano Episcopal Mariano.

Foram seus reitores, os padres Adão Teixeira (1987-1994), João Maria Mendes (1994-1996), Jorge Mendonça (1996-2002) e Francisco Dolores (2002-2012).

Tal como hoje, os diáconos eram ordenados naquela igreja, na festa da Conceição no seu dia próprio

Quatro razões alargaram o horizonte das celebrações: os 25 anos de reabertura da igreja paroquial, de elevação a Santuário Mariano Diocesano, de instituição no ministério de Leitor e Acólito a trinta leigos da ilha Terceira e a ordenação de cinco diáconos para a igreja diocesana.

Este ano na missa de ordenação de cinco diáconos, presidida pelo Senhor Bispo de Angra, Dom António de Sousa Braga, registou-se a presença de cerca de 27 sacerdotes, alguns dos quais vindos das ilhas de onde são originários, as Confrarias, os Franciscanos e diversos Movimentos de devoção à Virgem Imaculada.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Janeiro, que aprove um Voto de Congratulação pela celebração dos 25 Anos do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Angra do Heroísmo, dando conhecimento ao Senhor Bispo de Angra, Dom António de Sousa Braga, ao Senhor Vigário Geral, Padre Doutor Hélder Fonseca, ao Senhor Reitor do Santuário, Padre Francisco Dolores, à Junta de Freguesia da Conceição e a toda a comunidade católica Mariana.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais**, Berto Messias, Domingos Cunha, Cláudia Cardoso, Lara Martinho, Paulo Borges e Francisco Coelho.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(\*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

A bancada parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação pelos 25 anos de elevação da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Angra do Heroísmo, a Santuário, porque a devoção dos terceirenses a Nossa Senhora da Conceição é profunda e secular.

O culto naquele Templo Mariano tem ali o seu lugar maior e grande centro de peregrinação.

Ano após ano vai-se mantendo e crescendo a fé e a devoção a Nossa Senhora da Conceição, com forte presença da população em todas as cerimónias religiosas.

Por isso, é com muita satisfação que nos associamos e votamos favoravelmente este voto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra para apresentar um Voto de Saudação o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

**Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Saudação**

A Filarmónica Recreio dos Artistas, de Santa Cruz da Graciosa, completou este mês 100 anos de existência.

Fundada a 1 de janeiro de 1913, é a segunda mais antiga desta ilha, depois da Sociedade Filarmónica União Praisense (1889) mas antes da Sociedade Filarmónica União Popular Luzense (1938) e da Filarmónica União Progresso Guadalupe (1963).

Junta-se agora às quatro dezenas de bandas centenárias entre as 100 filarmónicas das 9 ilhas dos Açores. E confirma assim o dinamismo dessa mais representativa expressão da cultura popular açoriana. Desde a mais antiga – a Filarmónica Triunfo, fundada em 1846 na cidade da Ribeira Grande – até à mais recente: a Sociedade Filarmónica Recreativa e Cultural de Nossa Senhora dos Anjos, constituída em 2012 na freguesia da Fajã de Baixo.

A única banda que comemora este ano um século de existência nos Açores, a Filarmónica Recreio dos Artistas, associa longevidade e vitalidade. A banda de 50 executantes dinamiza igualmente uma orquestra ligeira, um conjunto musical, um quarteto de saxofones e um grupo de violas da terra, para além de uma escola de música com mais de uma dezena de alunos.

Nas últimas décadas percorreu outras ilhas açorianas, com destaque para o primeiro lugar no concurso organizado em 1968 na cidade de Angra do Heroísmo; alcançou outras terras portuguesas, com uma participação no Festival Internacional da Madeira em 2003; e visitou portugueses de outras terras, com a sua deslocação de 2005 aos Estados Unidos da América para as Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra.

Filiada no Centro de Cultura e Desporto do INATEL e sócia fundadora da Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores, é Pessoa Coletiva de Utilidade Pública desde 1990.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores um **Voto de Saudação** à Filarmónica Recreio dos Artistas, da vila de Santa Cruz, na ilha Graciosa, pelo centenário da sua fundação.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, João Costa, Valdemiro Vasconcelos, José Andrade, Berta Cabral e Cláudio Lopes.

**Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentar um voto de congratulação sobre a mesma matéria, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Congratulação**

No passado dia 1 de janeiro a Filarmónica Recreio dos Artistas entrou no grupo restrito das instituições centenárias da Região Autónoma dos Açores.

Em 1913 surgiu a Filarmónica Recreio dos Artistas, após uma cisão com outra filarmónica, a Liberdade, num processo complicado que terá levado o seu principal fundador e primeiro maestro, Francisco Cordeiro Júnior, ao banco dos réus e à extinção desta última.

O fundamento da sua constituição – aliás, tal como aconteceu com todas as outras filarmónicas da Região – prendeu-se com a necessidade de promover a animação das festas profanas, dignificar e acompanhar as manifestações da fé do nosso povo.

Hoje a Recreio dos Artistas está muito ativa, com uma boa dinâmica cultural, fruto da interação entre várias gerações. As suas atividades são destinadas a diversas idades, desde crianças até aos mais maduros.

Neste momento têm uma filarmónica, uma escola de música, uma escola de violas, uma banda ligeira, um quarteto de saxofones e ainda promovem aulas de sensibilização musical para crianças de tenra idade. São cerca de cento e trinta elementos, enquadrados por jovens executantes com experiência e dirigidos por uma professora com Mestrado em Educação Musical, que se tem dedicado ao projeto de forma abnegada.

É sabido que são as mulheres e os homens de boa vontade que dirigem esta e outras instituições similares, e são eles que lhes dão vida.

Todos sabemos que são mulheres e homens de espírito empreendedor que conseguem seguir em frente, ultrapassar as dificuldades, sem nunca virarem a cara á luta.

Cada aniversário, cada centenário tem de ser uma homenagem às pessoas que fazem coisas, que se dedicam ao bem comum, mesmo em prejuízo das suas vidas pessoais.

Nunca poderemos esquecer aquelas e aqueles que depois de cada crise da Recreio dos Artistas a souberam reerguer.

É o caso do atual Presidente da Direção, José da Cunha Bettencourt, que há 23 anos dirige aquela instituição depois de ter passado por momentos difíceis.

No entanto não poderemos esquecer, também, todos os outros que a trouxeram até aqui, desde sócios, músicos e dirigentes, de modo a que as novas gerações possam agora usufruir dela.

No passado dia 1 de janeiro estiveram os sócios daquela instituição de parabéns e, mais do que os sócios, estiveram a Graciosa e os Graciosenses de parabéns, porque hoje podem contar com uma Filarmónica Recreio dos Artistas centenária e capaz de enfrentar as dificuldades do futuro.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 17 de Janeiro de 2013, emita o seguinte Voto de Congratulação:

**“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da Filarmónica Recreio dos Artistas ter completado 100 anos de existência, prosseguindo objetivos de cultura e progresso.**

**Esta congratulação é extensiva a todos os seus sócios, executantes, alunos, direção e restantes órgãos sociais.”**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento, além da referida instituição, à Federação de Bandas Filarmónicas dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2013.

**Os Deputados Regionais**, Berto Messias, José Ávila, Francisco César, Arlinda Nunes e Miguel Costa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentar um Voto de Protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Protesto**

## **Incumprimento por parte do Governo da República na transferência dos terrenos do Aeroporto de Santa Maria para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores**

Com a construção do Aeroporto Internacional de Santa Maria, em 1944, a ilha de Santa Maria assumiu um papel central nas ligações aéreas através do Atlântico, servindo de ponte de escala obrigatória para o reabastecimento e comunicações de aeronaves que atravessavam o Atlântico nas ligações entre a Europa e a América, tendo a economia local ficado dependente, quase em absoluto, das atividades a ele desenvolvidas.

No entanto, o avanço tecnológico verificado no sector da aviação, com a conceção de aeronaves de maior autonomia de voo, originou um decréscimo, a partir da década de 70, da importância deste aeroporto.

Em 1978, quando o Aeroporto de Santa Maria deixou de ser gerido pela DGAC (órgão integrante do Governo da República) e passou a ser gerido por uma empresa pública (ANA, EP), altura esta em que Portugal já detinha uma Autonomia consagrada na Constituição da República, bem como um Estatuto Político-Administrativo e Governo Regional, sufragado e em pleno funcionamento, iniciaram-se os problemas do Aeroporto e da rentabilização das infraestruturas, fruto do sucessivo desinvestimento que a empresa ANA, EP, atual ANA, SA, brindou a ilha de Santa Maria e o seu Aeroporto.

Do património atualmente geridos pela empresa ANA, SA, para além das infraestruturas aeroportuárias e diretamente relacionadas com o funcionamento do Aeroporto, consta cerca de 200 habitações e outros edifícios complementares, que remontam à data da instalação do Aeroporto, maquinarias diversas, redes de águas e drenagem de águas residuais, numa área total de cerca de 1.901.185 m<sup>2</sup>, encontrando-se aqui incluídos já alguns equipamentos que, no passar dos anos, foram sofrendo desanexações pontuais, como é o caso

do Hotel, Clube Asas do Atlântico, Igreja do Aeroporto, só para referir algumas.

Em Maio de 2011, já com a privatização da ANA. SA, no horizonte, e após longas negociações por parte do Governo dos Açores, foi assinado um Acordo com o objetivo de se efetivar a transferência dos terrenos não afetos às operações aeroportuárias do Aeroporto de Santa Maria e respetivas infraestruturas para posse da Região Autónoma dos Açores, que apenas será efetivado após a entrada em vigor de um Decreto-Lei que promulga o referido acordo. Refira-se que a implementação desse Acordo, iria permitir que as habitações existentes fossem transferidas para as pessoas que aí habitam, com os consequentes benefícios para a dinamização das empresas de construção civil local associado à reabilitação daquele parque habitacional.

Desde então, o Governo da República, do PSD e CDS-PP, não efetivaram a respetiva e esperada transferência dos terrenos, prejudicando muitos marienses que esperam para que lhes seja atribuída uma moradia em definitivo.

Perante este cenário, desde o início que o Governo dos Açores e os Deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Santa Maria, têm agido no sentido de contrariar esta demora, quer com contatos permanentes com a empresa concessionária, quer com o Ministério da Economia – Secretaria de Estado das Obras Publicas, Transportes e Comunicações, que tem a tutela da ANA SA.

No dia 28 de Novembro de 2012, um grupo de trabalho criado no âmbito do Concelho de ilha de Santa Maria, de que fizeram parte os deputados do PS por esta ilha, o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente do Concelho de ilha, teve oportunidade de reunir com o Secretário de Estado dos Transportes, tendo sido garantida a efetivação da transferência dos terrenos do Aeroporto para a Região até final do ano de 2012, o que mais uma vez não se veio a verificar.

Perante os factos acima descritos, e porque passados quase 2 anos urge resolver em definitivo a transferência dos terrenos do Aeroporto de Santa Maria, não afetos às operações aeroportuárias, e das respetivas infraestruturas para a Região, dando cumprimento ao aludido protocolo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-administrativo e do Regimento desta Assembleia, propõem que:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o seu mais veemente protesto pela atitude do Governo da República, penalizadora da população de Santa Maria, em particular a que reside na zona do Aeroporto, ao não cumprir, até à presente data, com o acordo estabelecido em Maio de 2011, para a transferência dos bens imóveis do domínio público aeroportuário de Santa Maria, não afeto às operações aeroportuárias, para integração no domínio privado da Região Autónoma dos Açores.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Presidente da República, à Assembleia da República e ao Ministério da Economia.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2013

**Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, Berto Messias, Duarte Moreira, Bárbara Chaves, Francisco César, Arlinda Nunes e Miguel Costa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

**(\*) Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente este voto, isto porque para nós o mais importante é o desenvolvimento da Ilha

de Santa Maria e o aeroporto tem, para nós, uma enorme importância estratégica para o mesmo desenvolvimento.

Para nós, mais intrigas e mais protagonismo é tudo o que menos interessa aos marienses.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** A causa do aeroporto de Santa Maria é uma causa de ilha, não do partido A ou B.

O Grupo de Trabalho que foi constituído aquando do novo NOTAM do aeroporto do Santa Maria, constituído pelo presidente de Câmara, pelo Presidente da Assembleia Municipal, por um Deputado eleito de cada partido, do PSD e do PS, demonstra bem a condição apartidária deste Grupo de Trabalho para a defesa da ilha e do aeroporto de Santa Maria.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação de um Voto de Protesto.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Protesto**

O mês de Março de 2010 será recordado pelos Faialenses como uma data de má memória para a sua ilha. Concretizou-se a deslocalização da indústria conserveira COFACO e consumou-se o encerramento da Radionaval da Horta.

O Faial protestou, mas fê-lo com a lisura de quem entende que, ao esgrimir argumentos válidos e compreensíveis, a sua contestação será atendida. Porém, assim não o entendeu o Governo da República.

Continuaram a falar mais alto os interesses dos grupos económicos, no caso da COFACO. Continuaram as políticas que não estancam o esvaziamento económico e demográfico de várias ilhas, provocando o aumento de assimetrias e a sua consequente desertificação, como revela o recente estudo que aponta para a progressiva diminuição populacional em oito ilhas .

A decisão do Governo da República, de deslocalizar a parte operacional da Radionaval, da ilha do Faial, consumada a 7 de Janeiro de 2013, acentua esta política de desertificação.

Nenhuma razão técnica obrigava a esta deslocalização. A única razão imposta foi a economicista, condicionada pelas restrições financeiras do governo da República à Marinha.

Esta lógica economicista não olha para a necessária coesão do território, não olha para as pessoas e mesmo, do ponto de vista económico, é deveras discutível o seu acerto.

Para o Faial e suas gentes, foi mais uma perda para a já frágil economia da ilha. Acentua o sentimento de abandono e mesmo de tristeza, pelo encerramento de uma instituição a que a população tinha uma ligação afetiva.

O Bloco de Esquerda/Açores não subscreve esta decisão, por lesiva dos interesses da ilha do Faial, da sua população e da sua economia.

Assim sendo, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o mais veemente protesto pela deslocalização da parte operacional da Radionaval.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro da Defesa, e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, 17 de Janeiro de 2013

**Pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares**

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo anunciar a esta câmara que não acompanho este Voto de Protesto. Não acompanho, porque há aqui uma vadiagem temática absolutamente incompreensível.

Eu não sei especificamente a respeito do quê é que a Sra. Deputada protesta e contra quem. A leitura do texto não revela em relação a quem é que a Sra. Deputada está a protestar.

A Sra. Deputada fala da COFACO e depois, a seguir, fala da Radionaval. Fala das competências nacionais, mas não fala nas competências regionais.

O que é que quer que o Governo da República faça, no caso da COFACO, Sra. Deputada?

É absolutamente incompreensível a forma como está formulado o Voto de Protesto, não se sabendo quem é o autor, ou seja, quem é que é o alvo do protesto e não se percebe qual é precisamente o protesto.

Não tendo conhecimento objetivo sobre estas matérias, Sra. Deputada, a senhora protesta por tudo e por nada.

Não se percebe qual é o seu objetivo, o que é que pretende atingir politicamente e qual é a determinação que a anima nesta matéria.

Discordo e votarei contra o protesto.

Protesto contra o protesto.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma figura regimental nova!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Protesta, porque protesta!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

(\*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Estação Radionaval da Horta encerrou não por ser desnecessária.

A Estação Radionaval da Horta encerrou, porque as suas funcionalidades foram transferidas para São Miguel.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E defendidas pelo Governo!

**O Orador:** Foi a Estação Radionaval transferida para São Miguel, em primeiro lugar, para satisfazer um desejo e uma opção de natureza político-estratégica das chefias militares que, desde há muitos anos, aspiram e defendem a colocação da estação na proximidade do Comando, em São Miguel, sobre o pretexto de se instalar uma moderna central de comunicações integrada na rede NATO.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Em segundo lugar, a Estação Radionaval da Horta foi encerrada porque diversos Governos da República, de diversas cores partidárias, acolheram esta vontade das chefias militares, deram-lhe sequência e permitiram que ela fosse concretizada.

Infelizmente, porém, este voto parece-nos profundamente incompleto, porque omite a responsabilidade direta que o Governo Regional dos Açores teve neste processo de encerramento da Estação Radionaval da Horta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E da câmara municipal do partido socialista!

**O Orador:** Com efeito, em vez de lutar ao lado dos faialenses, de todas as suas instituições e forças vivas para que a Estação Radionaval ficasse na Horta, o Governo Regional de Carlos César apressou-se a fazer um negócio com o Governo da República de José Sócrates, que envolveu outros imóveis da Região, para levar daqui para fora a Estação Radionaval.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Esse negócio foi assinado em julho de 2009. Para que não restem dúvidas nesta casa, Sra. Presidente, vou ler uma parte desse acordo:

“A Região Autónoma dos Açores e o Ministério da Defesa Nacional acordaram na cedência mútua dos direitos de utilização, pelo período de 30 anos, de parcelas de terreno e imóveis, sendo que a Região cede uma parcela de terreno na zona de Santana, Concelho de Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel, para a instalação de uma moderna central...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... de comunicações marítimas que integrará a rede NATO, e o Ministério da Defesa, por seu lado, cede, nos mesmos moldes e com reciprocidade integral de direitos e deveres, o edifício do Hospital da Boa Nova, em Angra do Heroísmo; o Castelinho de Santa Clara, em Ponta Delgada; e, a médio prazo, algumas parcelas do complexo da Rádio Naval, na cidade da Horta” (fim de citação).

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Como se verifica, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, o Governo Regional foi parceiro e colaborador ativo no encerramento da Estação Radionaval da Horta.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E catalisador!

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Mas apesar desta omissão importante, o Voto do Bloco de Esquerda merecerá a nossa votação favorável, porque nesta luta e neste objetivo, estamos, estivemos e talvez vamos estar juntos.

A nossa posição sobre este assunto não depende do Governo da República.

Apresentámos nesta casa uma Resolução contra o encerramento da Estação Radionaval, mas não foi aprovada, porque o Partido Socialista chumbou-a para ser amigo de Sócrates e de César.

**Deputados João Costa e Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Bem recordado!

**O Orador:** Agora, que o Governo da República é outro e considerando que este voto omite diretamente responsabilidade do Governo Regional, já acreditamos que este voto terá o voto favorável do Partido Socialista.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Radionaval, como foi aqui muito bem dito, lembrado muito bem pelo Sr. Deputado Costa Pereira, já conheceu nesta casa diversos episódios.

O que este voto vem provar hoje é que também a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda tem algum incómodo em criticar o Governo Regional dos Açores...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Incomodo nenhum!

**O Orador:** ... e em se lembrar exatamente da votação que o Partido Socialista teve ao votar contra um Voto de Protesto do Partido Social Democrata.

Mas já nos habituámos ao Partido Socialista dual, para usar um termo da Agenda Açoriana para o Desenvolvimento: quando o Governo era do camarado Sócrates, cerrava fileiras e defendia o camarada; quando o Governo era do camarada, até cedia terrenos num lado e era colaboracionista com o camarada para prejudicar uma ilha em favor do Governo da República e dos mais altos anseios dos generais e almirantes. Foi sempre essa a postura do Partido Socialista. Um Governo Socialista que tudo apoiava.

Agora, espero que para manter a coerência, o Partido Socialista jamais poderá ter outro comportamento diferente daquele que teve aqui nesta casa no passado. Mas não é isso que vai acontecer. Mais uma vez vai novamente na sua política de crítica pura e não fundamentada, de guerrilha absoluta contra o nosso Governo da República, contra o Governo de Portugal, mais amigo até do Governo Socialista dos Açores e do Partido Socialista do que dos partidos que o suportam. É tão generoso e tão bondoso que até vos empresta dinheiro...

*(Risos de alguns deputados da bancada do PSD)*

... para pagar as dívidas e a taxas de juros muito simpáticas,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E para fazer campanha!

**O Orador:** ... coisa que não faria ou não fez, por exemplo, ao seu congénere da Madeira.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A Radionaval da Horta teve, e a meu ver tem, uma importância muito grande para este concelho. O seu encerramento não foi, nem será, uma boa opção para a Ilha do Faial.

Este é apenas mais um caso da lógica economicista e de esvaziamento autonómico que tem caracterizado o Governo da República ...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E Sócrates!

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** ... e, neste caso, os Governo da República anteriores a este em funções.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Diga o nome!

**O Orador:** O Faial tem protestado em sedes próprias, ...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E na sede do Parlamento!

**O Orador:** ... na comunicação social e o povo na sua generalidade, mas infelizmente por imposições da Marinha, da NATO e do próprio Governo da República não conseguiram atingir os objetivos.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E do Memorando!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não disse isso!

**O Orador:** Sr. Deputado, se me deixasse acabar, agradecia. Obrigado.

Hoje, assistimos aqui a um Voto de Protesto do Bloco de Esquerda, infelizmente, no registo que é normal, do Sr. Deputado Costa Pereira, numa tentativa de sacudir a água do capote, de incutir as responsabilidades ao Governo Regional, mas a verdade, Sr. Deputado e Srs. Deputados desta casa, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É que o senhor votou contra!

**O Orador:** ... é que na véspera das eleições legislativas nacionais o PSD (e não foi o PSD da República, mas sim o PSD do Faial!) associou-se ao próprio candidato Pedro Passos Coelho e à sua equipa e também aos candidatos pelo

círculo regional dos Açores do PSD e colocaram um panfleto em casa das pessoas, dos habitantes desta ilha onde dizia: “O que fizeram os Deputados do PS na Assembleia da República para lutar contra este encerramento? O que disseram Renato Leal e Luísa Santos...

**Deputados Luís Garcia (PSD) e Artur Lima (CDS-PP):** Nada!

**O Orador:** ... na Assembleia da República sobre a Radionaval da Horta?”.

Mais. Também colocavam neste rol a cadeia da Horta e o edifício do Carmo.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E é verdade!

**O Orador:** Sr. Deputado, ouça!

A então candidata, a Dra. Lídia Bulcão, e o PSD-Faial assim se associava, iriam permitir que a Radionaval da Horta não fosse encerrada e a cadeia da Horta sofreria melhorias consideráveis para os seus....

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Isso é falso! Não está lá!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Essa parte já não está lá!

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues está no uso da palavra.

**O Orador:** Agora, e como é apanágio dessa bancada, vêm aqui incutir as responsabilidades no Governo Regional, numa lógica de mentira premeditada. É esta a verdade.

Vêm agora colocar-se aqui como uns anjinhos, mas não são! Acabei de prová-lo!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Estão a dizer aqui que estás a inventar!

**O Orador:** O Governo Regional agiu com verdade e boa-fé, não mentindo aos açorianos. É esta a verdade.

Numa lógica de presente e futuro salvaguardou as instalações da Radionaval da Horta evitando mais um abandono, o que tem sido prática do Governo da República, de mais um edifício do Estado dando-lhe utilidade e de preferência uma utilidade reprodutiva e de fomento de emprego.

**Deputadas Benilde Oliveira e Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E... Faltou qualquer coisa!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Estão a dizer aqui que estás a inventar!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá associar-se naturalmente a este Voto de Protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Gostaria de dizer o seguinte:

Se é verdade que a decisão é da República, não é menos verdade que o Governo Regional dos Açores foi cúmplice ativo na tomada desta decisão.

Portanto, não tenhamos, sobre isso, qualquer tipo de dúvida.

Relativamente a esta decisão, a outras que já foram tomadas e a outras que virão a ser tomadas, que dizem respeito ao serviço do Estado na Região, são contributos negativos para aquilo que é a coesão territorial do nosso país, designadamente na Região Autónoma dos Açores.

Infelizmente só temos a lamentar que o Governo Regional dos Açores tenha sido um cúmplice ativo nesta tomada de decisão. Esperemos que daqui para a frente, relativamente a decisões do Governo da República de encerramento de serviços do Estado em qualquer das ilhas da Região ou a qualquer decisão do Governo da República de tentar transferir competências que são suas para a Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional tenha uma outra atitude,

atitude que infelizmente e relativamente a este caso não teve, foi um cúmplice ativo e com isso prejudicou certamente a população do Faial e os faialenses.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Costa Pereira pede a palavra?

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Faz favor.

(\*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É para informar a Mesa e câmara que vamos fazer chegar à Sra. Presidente uma cópia do folheto, que distribuímos na altura da campanha, em que desmente claramente as declarações do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)*

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Não desmente!

**Presidente:** O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues pede a palavra para?

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Para uma interpelação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** À Mesa!

**Presidente:** Srs. Deputados...

**O Orador:** Peço desculpa! Para informar a Mesa que na intervenção, e pode-se comprovar no Diário das Sessões, eu não disse... O que eu disse e estava no panfleto...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas disse ou não disse?

Disse que não disse!

**O Orador:** Eu li o que estava no panfleto. Citei o que estava no panfleto.

Eu não disse...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pois não! Mas disse!

**Presidente:** Srs. Deputados, o Sr. Deputado está a fazer uma interpelação à Mesa.

**O Orador:** O que estava no panfleto, Sra. Presidente, foi citado.

O que eu aleguei, à parte do panfleto...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Ah!

**O Orador:** ... eu não disse que estava escrito no panfleto.

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Os senhores só não perceberam porque não quiseram!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E como é que vão votar?

Vamos ver a votação. Vai ser interessante!

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Deputado, isso foi fácil!

**Presidente:** Prestadas que estão as informações, passemos então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Protesto foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, uma informação.

Temos no público alunos do Curso Técnico de Gestão da Escola Profissional da Horta, a quem saúdo, junto com o docente que os acompanha.

*(Aplausos da Câmara)*

Para apresentar de um Voto de Pesar sobre o Cónego José Lima, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

Nasceu no Cabeço Chão, lugar da freguesia das Bandeiras da Ilha do Pico no dia 5 de setembro de 1928, filho de Pedro dos Santos do Amaral Mendonça e de Rosa Lima Mendonça. As marcas do local climatericamente privilegiado e da ilha enxofrada nunca o largaram pela vida fora.

Oriundo de uma família excecional, profundamente cristã, os apelos guindaram-no a cargos de grande responsabilidade na Igreja Açoriana.

Fez os seus estudos no Seminário Episcopal de Angra. Após a sua ordenação sacerdotal em 1 de junho de 1952 foi colocado na Madalena do Pico apenas por 9 meses. O eco dos seus méritos chegavam a outras paragens. Mas sempre garantiu que esses meses foram os mais fantásticos da sua vida.

Angra esperava-o para décadas de trabalho profícuo sobretudo na área da juventude. Foi nomeado professor do Seminário Episcopal de Angra, onde exerceu as funções de Diretor Espiritual entre 1969 e 1974, do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo e da Escola do Magistério Primário de Angra, funções que acumulou com a de Reitor da Igreja de Nossa Senhora da Guia.

Em 24 de abril de 1972 foi nomeado Cónego da Sé de Angra e em 14 de janeiro de 1992 foi eleito Deão do Cabido da Sé, dignidade de que ainda era titular. Por Rescrito do Santo Padre, a 5 de setembro de 1983, foi-lhe concedido o título de Monsenhor, na categoria de Prelado Doméstico e em 10 de junho de 2006, também por Rescrito do Santo Padre foi elevado à categoria de Protonotário Apostólico.

A 1 de outubro de 1974, por Provisão do Bispo de Angra, foi nomeado Vigário Geral da Diocese, ofício eclesiástico que exerceu até 26 de novembro de 1989, tendo desde 28 de março de 1984, simultaneamente, desempenhado as funções de Moderador da Cúria Diocesana de Angra.

Por provisão de 14 de janeiro de 1992 foi nomeado Vigário Episcopal para o Clero e por provisão de 3 de outubro de 2006 foi nomeado Delegado Episcopal para o Clero e Vida Consagrada. Foi ainda membro do Conselho para os Assuntos Económicos, do Colégio de Consultores, do Conselho Episcopal e Presidente da Comissão Diocesana de Arte Sacra, bem como Capelão da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, dando particular assistência ao Centro Juvenil Beato João Baptista Machado.

A 7 de julho de 1988 foi condecorado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República com o grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública, em 2000 recebeu da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a Medalha de Ouro de Honra Municipal e em 2009, no dia da Região Autónoma dos Açores, foi condecorado com a Insígnia Autónoma de Mérito Cívico.

Tantos e tantos que passaram pelas aulas de Religião e Moral do velho Liceu, jamais o esquecerão.

Os títulos de Cónego e Monsenhor foram o culminar de uma carreira brilhante e exemplar que, segunda a opinião generalizada dos Açorianos, podia e devia ter ido mais além.

Paladino de nobres ideais, ancorados numa coerência inquebrantável, numa simplicidade tocante, numa sensibilidade e disponibilidade ímpares, numa fraternidade edificante, ao passar a fronteira da morte vai deixar um enorme vazio.

Mas o Padre Lima foi, acima de tudo, um Picaroto de gema. Na humildade, no arrojo, sobretudo, numa simplicidade cativante.

O Cais do Mourato vai chorar por ele, e nós choramos a perda irreparável de um cidadão e de um padre exemplar.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, não pode ficar indiferente perante a morte de uma figura tão marcante da nossa vida religiosa, social e cultural.

Na nossa finitude caminhante deixamos-lhe bem vincados a nossa admiração, o nosso apreço, o nosso aplauso.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores, reunida na cidade da Horta no dia 17 janeiro de 2013, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Monsenhor José de Lima do Amaral Mendonça, homem do Pico, sacerdote dos Açores, cidadão do mundo, amigo fraterno de tantos que com ele partilharam a Vida.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família e à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013.

**Os Deputados Regionais do PS**, Berto Messias, Lizuarte Machado e Miguel Costa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(\*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP queria apenas salientar aqui que vai associar-se a este Voto de Pesar pelo falecimento de uma pessoa que marcou de forma inegável a sua passagem por todos os sítios onde esteve e sobretudo também na Ilha Terceira, onde tivemos o gosto de o conhecer e tratar com ele.

Obviamente que este é um voto merecido e necessário, com o qual fazemos questão de nos associar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentar um Voto de Pesar de idêntico teor dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

Cónego José Lima

Foi hoje a enterrar uma das mais marcantes personalidades da Igreja nos Açores.

Monsenhor Cónego José Lima do Amaral Mendonça nasceu nas Bandeiras, Ilha do Pico, a 5 de setembro de 1928, e faleceu ontem em Angra do Heroísmo com 60 anos de sacerdócio exemplar.

Desde a sua ordenação a 1 de junho de 1952, foi sempre intenso e notável o seu contributo espiritual e impulsionador para a dinamização da nossa Diocese.

Diretor Espiritual do Seminário de Angra, foi professor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo durante 21 anos e mereceu, por isso, a condecoração do Presidente da República Portuguesa, com o grau de Comendador da Instrução Pública, em 1988, e a Medalha de Honra do Município de Angra do Heroísmo, no ano 2000.

Fica na história da Igreja dos Açores pelo seu reconhecido desempenho como Vigário Geral da Diocese de Angra, de 1974 a 1989, servindo sucessivamente os bispos D. Manuel Afonso de Carvalho e D. Aurélio Granada Escudeiro.

As importantes distinções religiosas que recebeu demonstram a valia do trabalho que prestou.

Foi nomeado Cónego capitular da Sé de Angra em 1972, Prelado Doméstico de Sua Santidade pelo Papa João Paulo II em 1983 e Protonotário Apostólico pelo Papa Bento XVI em 2006.

Recebeu ainda a provisão de Deão da Sé Catedral em 1992, quando nomeado Vigário Episcopal para o Clero, e foi membro distinto do Colégio dos Consultores, do Colégio Episcopal e do Conselho para os Assuntos Económicos., além de presidente do Secretariado da Juventude.

Mais que as funções exercidas e as honrarias recebidas, o seu exemplo de vida perdurará para sempre na memória coletiva do povo açoriano.

As suas homilias, a sua eloquente simplicidade e a sua obra marcam a igreja dos Açores.

Mas a sua humildade, a sua vida de educador e de cidadão fazem com que perdure singularmente como uma das maiores figuras da cidadania da nossa Região.

Monsenhor José de Lima vai ficar na memória de várias gerações de alunos do Liceu de Angra e do Seminário de Angra e vai ficar saudosamente na recordação de todos os que privaram com a sua alegria e espiritualidade.

Os Açores perderam um dos seus mais humildes maiores.

Que perdure o seu exemplo.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo falecimento de Monsenhor Cónego José

Lima do Amaral Mendonça, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados**, Duarte Freitas, António Marinho, Jorge Costa Pereira, António Ventura, Luís Garcia, José Andrade, Cláudio Lopes, Luís Rendeiro e Judite Parreira.

**Deputados António Marinho e Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para um Voto de Pesar sobre o falecimento de Manuel Ferreira dou a palavra ao Sr. Deputado José Andrade.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

Manuel Ferreira

“*Alto como as estrelas e livre como o vento*”, Manuel Ferreira não morreu a 1 de dezembro de 2012. Permanece vivo na sua biografia de 96 anos e na sua bibliografia de 36 títulos.

A vida e a obra do jornalista e escritor ficarão gravadas a ouro na grata memória do povo açoriano, que ele tanto enalteceu, muito para além das merecidas honrarias que ainda conheceu: Comendador da Ordem de Mérito, Insígnia Autónoma de Reconhecimento, Cidadão Honorário de Vila Franca do Campo

e de Santa Cruz das Flores, Medalha de Ouro de Ponta Delgada e consagração toponímica na **Rua Manuel Ferreira** da sua cidade natal.

Nasceu em Ponta Delgada a 29 de janeiro de 1916 e dedicou a sua vida profissional de 46 anos aos Serviços Municipalizados de Abastecimento de Água. Mas foi na incansável determinação de atividades paralelas que notabilizou o seu espírito regionalista e que perpetuou a sua capacidade historiadora.

A primeira metade da sua vida foi emprestada ao jornalismo de intervenção.

Desde a fundação do jornal académico “Arco-Íris” no Liceu Antero de Quental até à direção executiva do então semanário **Açoriano Oriental**, foi o mais carismático chefe de redação do diário **Correio dos Açores** em dois períodos marcantes ocorridos entre 1937 e 1975.

A segunda metade da sua vida foi doada à literatura de investigação.

Desde o emblemático livro de estreia e de consagração ***O Barco e o Sonho*** em 1979 até ao anunciado título póstumo sobre Marquês de Pombal em 2013, deixa mais de três dezenas de obras publicadas de exaltação açoriana e apologia autonomista, como ***Açores – Armas e Barões Assinalados*** (1981), ***Ponta Delgada – A História e o Armorial*** (1992), ***A Simbologia do Açor na Heráldica dos Municípios Açorianos*** (1996), ***Galeria Ressuscitada: A Autonomia e os Primeiros Autonomistas*** (1997), ***Açores – Origens, Raízes e História*** (1999), ***O Açor Eterno*** (2005).

Jornalista, ficcionista, biógrafo, historiador, regionalista e autonomista, Manuel Ferreira foi, sobretudo, e como certamente preferia ser recordado, UM GRANDE AÇORIANO.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo desaparecimento físico de Manuel Ferreira, enaltecendo a importância do seu legado perene para a História e para a

Autonomia das suas e nossas Ilhas, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, António Marinho, José Andrade e Berta Cabral.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para um Voto de Pesar tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

**Comendador Manuel Ferreira**

**Escritor - Investigador – Jornalista**

O Comendador Manuel Ferreira, grande, escritor, eminente investigador e distinto jornalista açoriano, faleceu no dia 1 de Dezembro, com 96 anos de idade, na cidade de Ponta Delgada, onde nasceu.

Era o decano dos jornalistas e um dos grandes escritores da “Açorianidade”.

Foi agraciado com a Insígnia Autónoma de Reconhecimento pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 2007.

Recebeu a Medalha de Ouro Municipal, por ocasião dos 460 anos da cidade de Ponta Delgada.

O seu gosto pela literatura manifesta-se desde os tempos do Liceu Nacional de em Ponta Delgada, onde funda e orienta a publicação académica *Arco-Íris*, onde se bateu arduamente pela concretização do monumento ao poeta Antero de Quental.

É uma das principais figuras da imprensa açoriana e micaelense no Século XX. Os tempos áureos como jornalista vive-os entre os anos de 1937 e 1975, Chefe de Redação do “Correio dos Açores” e por dois períodos Chefe de Redação do jornal “Açoriano Oriental”.

“Fervoroso e defensor da terra e da solução dos seus problemas, dando um cunho polémico, talvez frequentemente incisivo e contundente, mas sempre autêntico e norteado pelos nobres ideais, ao serviço da colectividade e dos seus mais lídimos valores”, como escreveu Gustavo Moura no jornal “Açoriano Oriental”.

“É um jornalista de garra como poucos”.

“E, é a alma açoriana que Manuel Ferreira soube descrever ou retratar com mãos de mestre nos contos que escreveu”, com disse Armando Côrtes Rodrigues.

“Funcionário público de profissão, recto na sua vida e atendendo às suas antipatias que acarreta o percurso dum ponto ao outro sem curvas de conveniências, conclui--se que sempre foi um jornalista de escola, Manuel Ferreira não fantasia: conta, como poucos sabem contar, com leveza e verdade, as humilhações a que esteve sujeito o nosso povo durante séculos, os seus usos e os costumes, as festas, as alegrias e as tristezas”, mencionou o Dr. Fernando Lezaola, no Diário dos Açores de 30 de Janeiro de 1980.

A partir da segunda metade dos anos 70, liberto das tarefas profissionais, jornalísticas e burocráticas, dedica-se plenamente à escrita e à investigação, publicando *trinta e cinco (35) obras entre 1979 e 2012*, todas elas contributos para a literatura e historiografia açorianas.

Destacamos entre a vastíssima produção literária, “ *O Morro e Gigante*”, “*Açores - Armas e Barões Assinalados*”, “*Vitorino Nemésio e a Sapateia Açoriana - Loucura ou Traição*”, “*Viola de dois corações*”, “*Ponta Delgada - A História e o Armorial*”, “*Pedras para o Templo*”, compilação dos artigos que o Correio dos Açores dos Anos 60 e 70, constituíram campanhas travadas com arrojo, dentro dos limites consentidos pelo regime salazarista, “*A Simbologia do Açor na Heráldica dos Municípios Açorianos*”, “*Turismo em S. Miguel - 100 anos*”, “ *Açores - Origens, Raízes e História*”, “*Antero Imortal*”, “*As voltas que Santa Clara deu*”, “*O Açor Eterno*”, e o última obra publicada e apresentada no vale formoso de S. Miguel, “*O Vulcão das Furnas - Encantos e Temores*”.

As capas dos livros de Manuel Ferreira são da autoria do exímio Pintor Tomaz Borba Vieira.

O seu “ex-libris“ é da criação do jovem artista Santaclarenses, José Manuel Cabral – Um açor ou antes um tradicional Milhafre, de bico adunco e asas abertas, cobrindo o colar das nove ilhas, com o seu lema que o orientou toda a sua vida – “*Alto como as Estrelas / Livre como o Vento*”.

Todos os grandes escritores têm um obra emblemática, o conto “O Barco e o Sonho” de Manuel Ferreira é uma obra de referência na literatura Açoriana, foi publicado pela primeira vez em 1979, depois foram publicadas muitas outras edições e na última, escrevia a Professora Dra. Fátima Sequeira Dias, no seu prefácio, “O livro “*O Barco e o Sonho*” representa o melhor espírito das ilhas e o melhor passado recente dos Açorianos”.

“Obra de valor da literatura Açoriana, que vale a pena ler e guardar nas bibliotecas da gente dos Açores e de todos os que se interessam pela literatura”.

Um jornal continental em 1980, referenciou-o como um livro da “Literatura açoriana de raiz lusíada, mas de sabor e sentido regionalista, sem esquecer a expressão própria e universal do Homem das ilhas, na sua linguagem e maneira

de ser, prisioneiro das brumas oceânicas, vítima das grandes convulsões sísmicas, no degredo de dois palmos de terra e no gradeamento de cada ilha”.

“O Barco e o Sonho” é um documento autêntico, da história da emigração açoriana e foi brilhantemente adaptada à televisão, com a mestria do realizador Zeca Medeiros.

O padre Dinis da Luz também escreveu que “O best-seller de Manuel Ferreira, ”*O Barco e o Sonho*” é um dos melhores livros publicados no arquipélago até hoje, quer do ponto de vista literário quer do ponto de vista regionalista.

O escritor Dias de Melo, também, redigiu sobre o romance ”*O Barco e o Sonho*”, “Porque o seu livro de histórias é também História”, “mas o que importa vincar é que, com este livro, o Manuel Ferreira preencheu com honra para si e para todos nós, o seu lugar nas Letras dos Açores e de Portugal”.

O Dr. Rui Galvão de Carvalho no Diário dos Açores, em 31 de Janeiro de 1980, logo após a publicação do livro de contos deu o seu sábio parecer, “Durante a leitura que fizemos destes belos contos, saturados de açorianidade e escritos em português de lei, tivemos a impressão agradável e saborosa, de que havíamos regressado aos tempos saudosos dos grandes mestres da prosa”.

“A escrita de Manuel Ferreira vem recheada de descrições especificamente regionais, o que vem ajudar ainda mais a revelação do ambiente insular, descrições a que não falta colorido, realismo e pormenor”.

“O Barco e o Sonho, na pureza rectilínea do seu estilo, é também mais um grande contributo para o enriquecimento do espaço literário dos Açores”, disse Álvaro de Oliveira, no jornal “A União”.

“Manuel Ferreira, no seu estilo bem vivo e característico, com talento e garra, sem lisonja nem falsa modéstia, situa-se ao lado dos nossos melhores escritores e ocupa, por mérito próprio, o lugar a que tem jus na Literatura Açoriana”, escreveu João Brum Alvernaz.

O distinto jornalista açoriano, Comendador Manuel Ferreira, disse numa entrevista ao Diário de Notícias do distinto Diretor de então, Mário Mesquita que, a história e a cultura açorianas são de raiz e profunda cepa lusíada, mas podem, e devem, tomar o seu cariz próprio e autónomo, fugindo ao seguidismo, à mediocridade e à influência de mais cinco séculos de colonialismo em todas as suas formas e formulas de exploração económica e humana.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sublinha todas estas palavras escritas por estes respeitáveis açorianos ao longo dos anos.

Os Açores elevaram-se com as suas letras, com as suas dignas palavras e com as suas nobres ideias.

O Comendador Manuel Ferreira foi e será sempre um Grande Homem, um Ilustre Açoriano, um notável Autonomista e uma das personalidades mais importantes da literatura açoriana.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento e dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas condolências.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013.

**Os Deputados Regionais,** Berto Messias, Ricardo Cabral, Carlos Mendonça, Renata Correia Botelho, Francisco César, Arlinda Nunes e Miguel Costa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Deduzo que não haverão inscrições. Passemos então à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

*Eram 11 horas e 42 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Valdemiro Vasconcelos ocupou o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 16 minutos.*

Pedia aos líderes o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Para a leitura de um Voto de Pesar tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

### **Voto de Pesar**

Jornal “A União”

O diário “A União” deixou de existir a 30 de novembro em Angra do Heroísmo, encerrando assim um notável património de 34.000 edições em 120 anos de publicação ininterrupta.

Fundado a 3 de dezembro de 1893, propriedade da Diocese de Angra desde 1924, era o jornal mais antigo da Terceira e o terceiro mais antigo da Arquipélago, depois do “Açoriano Oriental” (1835) e do “Diário dos Açores” (1870).

Foi também o terceiro diário de referência histórica a encerrar nos Açores só nos últimos oito anos, depois do “Telégrafo” em 2004, com 112 anos, e do “Correio da Horta” em 2007, com 76 anos – ambos nesta ilha do Faial.

Pelas 200.000 páginas de “A União” passou parte importante da história política, económica, social, cultural e desportiva de Angra, da Terceira e dos Açores num espólio prestigiante da imprensa regional portuguesa que agora fica definitivamente descontinuado.

Desde o fundador Manuel Vieira Mendes da Silva até ao último diretor Marco de Bettencourt Gomes – passando pelas direções marcantes de Cunha de Oliveira, Coelho de Sousa e Álvaro Monjardino – o jornal “A União” preencheu um espaço próprio com iniciativas editoriais de projeção regional, como o suplemento de artes e letras “Glacial” nas décadas de 60 e 70.

O seu desaparecimento enfraquece a informação da Terceira e empobrece a imprensa dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo encerramento do diário “A União” na cidade de Angra do Heroísmo, considerando o seu contributo à comunicação social dos Açores que agora fica mais pobre, devendo comunicar-se aos seus funcionários de então, bem como à Diocese de Angra a decisão desta votação.

Horta, Sala das Sessões, 17 de maio de 2013

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Judite Parreira, Luís Rendeiro, Cláudio Almeida, Renato Cordeiro, José Andrade, Jorge Macedo e Berta Cabral.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados (e é só!):

Da minha parte, da parte do PPM, nós apoiamos. Vamos votar favoravelmente este Voto de Pesar, embora o que eu gostasse de fazer aqui era um Voto de Protesto em relação ao processo que conduziu o encerramento do Jornal “A União”.

Há coisas que não percebo.

O Jornal “A União” resistiu à crise do final do Séc. XIX, resistiu ao final da Primeira Guerra Mundial e à Primeira Guerra Mundial, resistiu à crise da década de 30, resistiu à Segunda Guerra Mundial, resistiu ao regime salazarista. Já agora, resistiu ao Gonçalvismo.

Durante todo este tempo, estas crises cíclicas tremendas, o jornal resistiu.

Não percebo porquê agora, na atual contingência, na atual conjuntura. A Diocese e também o Sr. Bispo têm especiais responsabilidades. É preciso que se diga isto.

Eu sei que a igreja é uma instituição influente e é uma instituição reconhecida pelos açorianos, mas também tem falhas e é criticável. É preciso ter a coragem política de o dizer.

Eu considero que este processo foi muito mal conduzido. Foi um património histórico da Ilha Terceira e dos Açores que foi destruído. A igreja não quis encontrar as alternativas que tivessem permitido a sobrevivência deste jornal. Elas existem e até existem do ponto de vista institucional.

Eu quero deixar aqui a minha crítica à Diocese de Angra e aos responsáveis que conduziram este processo e que levaram ao enfraquecimento daquele que é o património dos Açores nesta área, na área do jornalismo, na área da comunicação.

Quero deixar bem veemente este protesto pela forma como as coisas foram conduzidas.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer, naturalmente, associar-se ao lamento pelo encerramento do Jornal “A União”, que ocorre na sequência, ao que se sabe, de uma proposta da sua última administração que não pôde ou não soube encontrar outras opções.

É certo que, desde logo, há a lamentar a perda de emprego de um conjunto de trabalhadores; é certo que se perde um jornal diário, mais que centenário, e um jornal que sempre foi, e continuará a ser com certeza, algo de fundamental nas sociedades e na vida dos povos, como espaço de formação, de informação, mas também e sobretudo de debate político, um espaço de participação cívica e de cidadania.

É óbvio que há aqui um património histórico que se interrompe. É verdade que sob esse ponto de vista a Terceira e os Açores ficam mais pobres. É bom fazer esse registo e é bom que a sociedade civil encontre alternativas de informação, de formação, de debate e de participação. É o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sinceramente deseja.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente também para nos associarmos a este voto que eu esperei que nunca fosse feito.

Infelizmente assistimos ao desaparecimento de um dos mais importantes títulos da comunicação social escrita da Terceira e dos Açores, além da perda ao nível do pluralismo democrático e de opinião, tão essencial nos nossos dias, e a falta que faz sobretudo ao nível da informação, particularmente da Ilha Terceira mas

de todos os Açores, já que tinha colaboradores permanentes com artigos de opinião praticamente de todas as ilhas dos Açores.

É com muita pena que o CDS, e eu particularmente, vejo desaparecer o meu vizinho de porta há mais de 20 anos, no meu caso, e mais que centenário na Ilha Terceira e nos Açores.

Não posso deixar, tomando as palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho que dizia que não pôde ou não soube, de acrescentar que não quis a administração da União fazer um derradeiro esforço para salvar o jornal “A União”, que no meu entender não era a causa da dificuldade financeira da Diocese.

Também aqui registo que não houve nenhuma vontade por parte da Diocese de Angra em fazer em derradeiro esforço para salvar o seu título.

Se a diocese tinha problemas financeiros, ou tem problemas financeiros, “A União” não era certamente o principal problema financeiro. Mas diz o povo que “é a sardinha que derruba o burro”. Se calhar, “A União” foi a sardinha. Aconteceu-lhe ser a sardinha.

Termino enfatizando, como aqui foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que tenho pena que nem a sua administração esteve ao nível de salvar este título, propondo alternativas, propondo a redução de páginas, propondo uma série de medidas, recorrendo a outros apoios.

Enfim, havia uma série de medida que eram necessárias tomar.

Não tenho conhecimento (pode ter sido falha ou deficiência minha) de nenhuma medida que a administração tenha tomado para salvar o jornal “A União”.

Também é com pena que digo que não vi a Diocese dispensar o mínimo de carinho a este título tão importante para a democracia, para o pluralismo e para a sociedade açoriana.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passemos então à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentação de um Voto de Pesar, dou a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

No dia 6 de Janeiro de 1954, nasceu em Goa, na então Índia Portuguesa, Vasco António dos Reis Magos Rocha Rodrigues.

Em 1957 vai para Angola onde faz os estudos liceais no Liceu Diogo Cão, tendo posteriormente rumado a Lisboa onde faz o 6º e 7º anos no Liceu D. João de Castro.

Em 1972 ingressa na Faculdade de Medicina no Hospital de Santa Maria e termina o curso em 1979 no Hospital Pulido Valente.

A 16 de Março de 1981, chega á ilha Graciosa, como médico de clínica geral, naquela que se tornou na maior viagem da sua vida!

Desde então o Sr. Dr. Vasco Rodrigues tratou os doentes da ilha e de quem a visita, com competência, dedicado zelo, abnegação, responsabilidade e disponibilidade permanente.

É reconhecido que o Sr. Dr. Vasco atendeu os seus utentes e não só, fora do seu horário normal de trabalho e em qualquer lugar, granjeando, também por isso, a simpatia e amizade dos graciosenses.

É ainda sabido que, por diversas vezes, durante os mais de 30 anos em que serviu a Graciosa, o Dr. Vasco permaneceu naquela ilha sozinho, em alguns

casos por períodos relativamente longos, e nem por isso virou a cara à luta ou deixou de atender alguém.

No longo período de tempo em que permaneceu em funções, o Dr. Vasco viu chegar e partir muitos colegas de profissão que, por um motivo ou outro, não permaneceram ao serviço da nossa ilha.

Para além de socorrer quem estava doente, foi também, em muitas circunstâncias, um amigo e confidente com quem muitos desabafaram mágoas e adversidades da vida, mas também partilharam alegrias e momentos inesquecíveis.

Para além de médico o Sr. Dr. Vasco também desempenhou outras funções, desde logo de chefia no próprio Centro de Saúde, bem como integrando-se em órgãos sociais de algumas coletividades da nossa ilha e colaborando na organização de vários eventos.

Em 2004 foi eleito, como independente nas listas do PSD/Açores, deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Na Coligação Açores!

**O Orador:** No passado recente demitiu-se dos cargos que desempenhava na gestão de programas regionais, nomeadamente Doenças Cerebrovasculares, e Diabetes e Nutrição, por ter sido injustiçado nas suas competências profissionais e de dedicação ao serviço público, como reconheceu a Ordem dos Médicos.

Ainda assim o Dr. Vasco Rodrigues nunca recusou atender ninguém que o procurava.

O Dr. Vasco Rodrigues casou na ilha Graciosa onde viu nascer um filho.

O empenho que colocou na defesa das questões graciosenses e a disponibilidade que sempre demonstrou para com as instituições que representou deram-lhe o merecido reconhecimento público, e foi assim que no dia 22 de Maio de 2011 recebeu o título de cidadão honorário da ilha Graciosa atribuído pela Câmara

Municipal de Santa Cruz da Graciosa após proposta nesse sentido apresentada por um grupo de cidadãos.

Vasco Rodrigues faleceu no passado dia 27 de Novembro, com apenas 58 anos de idade.

O seu desaparecimento empobrece a ilha Graciosa e as causas a que se dedicou. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação do seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu pesar pelo falecimento do Dr. Vasco Rodrigues, cujo percurso de vida sempre demonstrou o seu empenho pela sua terra de adoção e pelas gentes da ilha Graciosa

Que deste voto seja dado conhecimento à família enlutada.

Horta, sala de sessões, 17 de Janeiro de 2013

**Os Deputados:** Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, João Costa, Valdemiro Vasconcelos, Luís Garcia, José Andrade, Jorge Macedo e Berta Cabral.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção para citar um conhecido pensador que dizia: “se quiseres suportar a vida fica pronto para aceitar a morte”.

A verdade é que por mais que nos preparemos nunca aceitamos a morte, porque a morte é uma violência.

Mais violento é ainda quando a morte leva quem ainda muito tem para dar aos seus e aos outros.

Foi assim com o Dr. Vasco Rodrigues. A morte levou-o sem avisar, mais cedo, quando ainda tinha muito para dar.

Por fim, faço outra citação:

“Houve alguém que perguntou:

- Homem, és grande ou vil?

Perante a ausência da resposta retorquiu:

- Morre e saberás.”

O Dr. Vasco partiu. O povo sabe que foi grande.

É por isso que o Grupo Parlamentar do PS se vai associar a este Voto de Pesar do PSD.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com muita tristeza que eu, pessoalmente, e também o Grupo Parlamentar do CDS, me associo a este voto de pesar da partida súbita de um amigo.

Conheci muito bem o Dr. Vasco Rodrigues, médico exemplar, amigo dos seus doentes e de certo modo um visionário no que dizia respeito aos cuidados de saúde.

Permitam-me que conte, resumidamente esta história:

Conheci o Dr. Vasco Rodrigues em 1994.

Quando ainda não se pensava em alargar os cuidados de saúde oral às ilha mais pequenas, quando as pessoas tinham que fazer deslocações para vir tratar uma simples cárie dentária, o Dr. Vasco Rodrigues, e também o Dr. Rocha Lourenço que fazia deslocações à Graciosa, iniciou a deslocação de médicos dentistas à Ilha Graciosa.

Foi o primeiro a fazê-lo!

Eu fui o primeiro a lá ir, permitam-me a imodéstia.

Deu-se início ao embrião que alterou a maneira de estar nos cuidados de saúde.

Daí se intensificou também a deslocação de especialistas.

Era um visionário para os seus doentes.

Era um amigo dos seus doentes.

Era um apaixonado pela sua terra, que muitas vezes (é bom que se diga, porque fui seu confidente algumas vezes) lhe foi ingrata e madrasta. Isso também tenho que dizer, porque era ele que me dizia.

Muitas vezes, como se diz no voto, foi injustiçado pelo poder, não pela sua falta de competência, mas pelas suas opiniões.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**O Orador:** Isso é que verdadeiramente o magoava, quando era ultrapassado por aqueles, nalguns casos seus discípulos, que por outras preferências ou por outras simpatias o ultrapassavam e o passavam a chefiar, mas quando era para resolver os casos verdadeiramente graves o Dr. Vasco estava sempre pronto, apesar da injustiça de que era vítima, a ajudar os seus colegas e os seus doentes. Por isso, a Graciosa tem uma eterna dívida de gratidão para com o Dr. Vasco Rodrigues, que o fazia também de uma forma generosa e nunca se preocupando se estava de serviço, se estava de prevenção, se ganhava ou não.

Assisti várias vezes, em casa dele, quando ele próprio estava de folga, os doentes o procurarem porque estavam aflitos, e fosse a que horas fosse, nunca foi recusado ver e dar o seu apoio, o seu carinho e o seu melhor saber aos doentes da Graciosa e também dos Açores.

Por isso lamento como amigo (foi uma grande perda para a Ilha Graciosa, para os Açores e sobretudo para os seus amigos e a sua família) a grande falta que o Vasco Rodrigues fez à sua família sobretudo, mas também à nossa terra.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentar o Voto de Pesar referente ao falecimento da Prof. Doutora Fátima Sequeira Dias tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento da Prof. Doutora Fátima Sequeira Dias**

Faleceu a Professora Doutora Fátima Sequeira Dias, aos 54 anos de idade, depois de uma longa e duríssima batalha contra uma doença que não se poupa a ceifas.

A nossa região despediu-se, no que concerne ao efémero inerente à natureza humana, de uma figura notável. De uma referência grande da Cultura, de uma referência grande da Academia, de uma referência grande do viver insular destas ilhas – e, em particular, da ilha de São Miguel.

Mas essa transitoriedade subjacente à nossa presença física neste mundo breve é, em datas assim, suplantada por tudo o que um nome como o seu encerra de permanente, de intemporal, de perene. Fátima Sequeira Dias escapará, pois, sem sombra de dúvida, aos cruéis limites do tempo e permanecerá entre nós, incontornável e obrigatória, quer pela vasta e valiosa obra que nos lega, quer pela memória expressiva que deixa em todos quantos com ela contactaram.

Natural de Ponta Delgada, Maria de Fátima Silva Sequeira Dias nasceu a 12 de Outubro de 1958 e veio a falecer, na passada semana, na mesma cidade. Era Professora Catedrática da Universidade dos Açores, com um vasto e brilhante

percurso académico e profissional, que se iniciou com a Licenciatura em História pela mesma Universidade, passou por vários pontos do mundo (em estágios e como bolsista em Bergen, em Genebra ou na Califórnia) e terá conhecido um dos seus pontos cimeiros com a Dissertação de Doutoramento, intitulada *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A casa Bensaude e os Açores. 1800-1871* e galardoada com o prestigiado prémio *Recent Doctoral Research in Economic History*.

Ao longo da sua carreira de docente assumiu igualmente, no seio daquela que foi sempre a sua Universidade, vários cargos de gestão, de entre os quais destacamos os contributos como Diretora do Curso de História, como Coordenadora do Curso Livre de Estudos do Género “A Mulher na Sociedade Contemporânea”, como Pró-Reitora para as Relações Universidade / Sociedade (que lhe valeu um Louvor por parte do então Reitor, Professor Doutor Vasco Garcia, em *Diário da República*), como Coordenadora da Pós-Graduação em Direito Regional, como Presidente do Conselho Científico e como Presidente do Conselho do Departamento de Economia e Gestão.

Vasta e rica foi também a sua participação cívica na imprensa açoriana e a sua produção literária. Debruçou-se, ao longo de toda a sua obra, sobre a história das nossas ilhas e sobre a evolução económica da região. Da Casa Bensaude à presença dos Judeus nos Açores nos séculos XIX e XX, passando, entre outras referências, pela Fábrica de Tabaco Micaelense, pelo Ateneu Comercial de Ponta Delgada ou pelo Aeroporto João Paulo II em Ponta Delgada, Fátima Sequeira Dias manteve sempre a sua paixão atenta pela História e Economia dos Açores. Recentemente, granjeou o que podemos considerar um sucesso mais “popular”, com o seu peculiar *Dicionário Sentimental da Ilha de São Miguel*, sobre o qual disse: “Este pequeno dicionário sentimental de bolso não é mais do que um pequeno dicionário de bolso que tem sido feito ao longo dos últimos anos, de memórias e recordações, para ir transportando a ilha nas

errâncias da minha vida. [...]”. Estamos certos de que levou no coração a sua ilha – e a sua região – nesta que terá sido a sua derradeira errância.

A par das suas inquestionáveis qualidades de Historiadora, Professora e Escritora, que perdurarão na nossa herança cultural e científica, Fátima Sequeira Dias distinguia-se pelas suas qualidades pessoais. Quem, de entre os que a conheceram em qualquer das suas funções, não recorda, pois, o seu aguçado sentido de humor, a inteligência – tão cheia de graça – com que ia olhando o mundo, a gargalhada franca com que sempre nos dava conta da sua presença?

Fátima Sequeira Dias partiu mas não morreu. Ofereceu-nos, por via do seu contributo intelectual, a riqueza do seu pensamento. Ficará assim connosco, por essa inegável força cultural e pela energia imensa do seu sorriso.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento e que dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas e sentidas condolências.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais:** Berto Messias, Renata Correia Botelho, Ricardo Cabral, Catarina Furtado, Francisco César e Miguel Costa.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se a este voto com profunda convicção e também com óbvio pesar.

Porque tive o prazer de ser amiga e de ser colega, ainda que com um estatuto académico diferenciado, da Prof. Doutora Fátima Sequeira Dias (a Fátima,

como todos e todas lhe chamávamos) permitam-me um testemunho pessoal sobre essa convivência.

A Fátima Sequeira Dias foi, de facto, uma mulher extraordinária, a vários níveis, desde logo, na minha opinião de amiga, pelas características raras do seu carácter e do seu pioneirismo nesta Região.

A Fátima era humilde, quando outros tinham todas as razões para ser arrogantes!

Era popular, quando outros teriam todas as razões para serem elitistas!

Era jovial, quando outros teriam todas as razões para serem depressivos!

E era solidária, quando outros teriam todas as razões para serem indiferentes.

A Fátima foi, sobretudo, uma mulher corajosa, corajosa pela forma intensa e criativa com que se associou à defesa de causas, ditas fraturantes, na sociedade açoriana.

Foi sempre, em todas as circunstâncias da sua vida, pessoal, social e académica, uma lutadora:

Uma lutadora serena, mas implacável e inquebrável;

Uma lutadora pela emancipação das mulheres e pela recusa de qualquer tipo e de qualquer forma de paternalismo.

Conhecer a Fátima Sequeira Dias, conviver com ela a vários níveis, desfrutar do seu inimitável sentido de humor, militar com ela em causas e lutas comuns, foi uma oportunidade que perseverei e guardarei sempre como uma querida recordação.

Muito obrigada.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Dou a palavra ao Sr. Deputado José Andrade para apresentação de um Voto de Pesar.

**Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Pesar

Fátima Sequeira Dias

A impressionante manifestação de pesar que lhe prestaram no cemitério de S. Joaquim, na sua cidade de Ponta Delgada, tem mais força que as palavras. Mas, também por isso, impõe-se formalizar no órgão máximo da Região, para futura memória institucional, a consternação açoriana pelo desaparecimento prematuro de Fátima Sequeira Dias – a cidadã ativa, a professora cativante, a investigadora incansável.

Desde o primeiro dia, 12 de outubro de 1958, até ao último, 7 de janeiro de 2013, a sua vida valeu a pena.

A sua formação académica foi intensa. Começou na Universidade dos Açores, com a licenciatura de História em 1981, e aqui acabou como professora catedrática do Departamento de Economia e Gestão, mas passou pelo mestrado em Economia do Desenvolvimento na Universidade Livre de Bruxelas, pela pós-graduação em História da Europa Contemporânea no Instituto de Estudos Europeus de Bruxelas e ainda pela investigação no Centro de História Económica Marítima de Bergen e no Centro de Economia Internacional de Genebra.

A sua vivência universitária foi dinâmica. Na Universidade dos Açores, exerceu as sucessivas funções de diretora do Curso de História, pró-Reitora para as

Relações Universidade/Sociedade, presidente do Conselho Científico e presidente do Conselho do Departamento de Economia e Gestão.

A sua produção literária foi notável. Publicou duas dezenas de obras, especialmente sobre a história económica dos Açores, estudando e divulgando instituições e empresas como a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, o Ateneu Comercial de Ponta Delgada e o Aeroporto de Ponta Delgada ou a Casa Bensaúde, a Fábrica de Tabaco Micaelense, a SAAGA e a SATA. Mas também de temática diversa como os 450 anos da Cidade de Ponta Delgada, o Dicionário Sentimental da Ilha de São Miguel ou Os Judeus nos Açores nos séculos XIX e XX.

A sua obra importante e interessante vai permanecer no nosso património tanto quanto o seu sorriso fácil e verdadeiro perdurará no nosso coração.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo falecimento da professora universitária e investigadora histórica Maria de Fátima Silva de Sequeira Dias, do qual deve ser dado conhecimento formal à respetiva família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais:** António Marinho, Jorge Macedo, Cláudio Almeida, António Ventura e Bruno Belo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo inscrições, passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentação de um Voto de Pesar, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

Emiliano Manuel Arruda de Castro Carneiro, conhecido por todos como Engenheiro Emiliano Carneiro, deixou o mundo dos vivos no passado dia 10 de Janeiro, com 86 anos de idade e uma vida cheia de realizações.

Um distinto cidadão dos Açores, um reconhecido técnico e gestor, uma referência de iniciativa, criatividade e capacidade de concretização.

Quando ainda não se falava de cidadania Emiliano Carneiro exerci-a nas mais diversas Instituições.

Quando ainda não se falava de empreendedorismo Emiliano Carneiro empreendia.

Quando ainda não se falava em concertação social Emiliano Carneiro gerava consensos e harmonizava forças conflitantes.

Nascido em 1926, licenciou-se em Agronomia em 1953, começando por trabalhar na Estação Agrária da Junta Geral de Ponta Delgada.

Foi uma das mais destacadas figuras da sua geração com uma vasta e rica carreira profissional e cívica o que o levou a ser galardoado pelo Presidente da Republica.

Distinguiu-se como reconhecido engenheiro agrónomo e sobretudo, como gestor e administrador de grandes empresas regionais nas áreas da produção agroalimentar e distribuição.

Ganhou projeção regional com a sua ação à frente da Câmara do Comercio e Industria dos Açores, através da “federação” das três Camaras do Comercio de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

Enquanto Presidente da Câmara do Comércio e Industria de Ponta Delgada teve influência decisiva em matérias da sua área de atuação e de

interesse coletivo, nomeadamente na construção e ampliação do Aeroporto de Ponta Delgada.

Era um estudioso empenhado em tudo quanto se relacionasse com o desenvolvimento dos Açores, tendo publicado vários trabalhos, estudos e relatórios sobre questões de desenvolvimento económico e social.

Além da sua atividade profissional, Emiliano Carneiro esteve sempre empenhado em questões de ordem social e cívica.

Foi fundador e primeiro Presidente da secção regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros, esteve na origem da criação do “Rotary Club de Ponta Delgada”, de que foi o primeiro presidente e da Associação Seniores de São Miguel, à qual também presidiu.

O Engenheiro Emiliano Carneiro por onde passou deixou a sua impressão digital, marcou a diferença, traçou um rumo.

Era um homem de ideias novas e de novas ideias.

Toda a sua vasta atividade foi caracterizada pela maneira afável como se relacionava com as pessoas e a disponibilidade que sempre manifestava quando era solicitado a participar em qualquer função ou tarefa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Emiliano Manuel Arruda Castro Carneiro.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à família.

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais:** José Andrade, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Rendeiro, Humberto Melo e Jorge Macedo.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(\*) **Deputado Pedro Moura (PS)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este voto, uma vez que o Engº Emiliano Carneiro foi uma pessoa que prestou um grande contributo para o desenvolvimento de áreas fundamentais da nossa economia, nomeadamente para o setor agropecuário.

Presidente da UNILEITE e também Presidente da SINAGA, colaborou desde sempre com uma série de inovadoras iniciativas no âmbito de projetos agropecuários e lá mais para o fim da sua vida foi também um importante elemento no Grupo Sousa Lima, também com projetos inovadores, com a AGRAÇOR, por exemplo, criação de porcos, fábrica de razões, etc.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista presta assim também a sua homenagem, associa-se e vai votar este voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Colocamos então o Voto de Pesar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentação de um Voto de Pesar referente ao falecimento de Francisco Ernesto Oliveira Martins, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Exma. Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmos. Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

**Francisco Ernesto de Oliveira Martins**

Nascido a 24 de Outubro de 1930, o investigador e colecionador terceirense Francisco Ernesto de Oliveira Martins faleceu a 12 de Novembro último, na sua cidade de Angra do Heroísmo, com 82 anos de idade.

Como investigador, publicou 39 livros desde 1979. Os seus trabalhos valorizaram a arquitetura, o mobiliário, a estatuária, os objetos que contam a história dos Açores no mundo e que trazem o mundo inteiro às nossas ilhas.

Como colecionador reuniu, em cinco décadas, um espólio único na Casa-Museu Francisco Ernesto de Oliveira Martins – a casa senhorial do século XVII, na Rua de São Pedro, onde viveu – que testemunha cinco séculos de história dos Açores em peças de mobiliário, arte sacra, moedas, selos, esculturas em marfim, porcelanas.

Foi considerado como “um dos paladinos dos valores histórico-culturais dos Açores” nas palavras de Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História.

Homenageado pelo Município de Angra do Heroísmo com a Medalha de Honra em 2004 e condecorado pela Região Autónoma dos Açores com a insígnia autonómica de mérito cívico em 2011.

Senhor de uma inteligência superior, de uma insaciável curiosidade e de uma excepcional memória fotográfica, tinha um humor finíssimo e um sentido de oportunidade acutilante.

Colecionador por paixão, amante da beleza que os objetos encerram, a forma como com eles se relacionou e o diálogo que, em seu redor, foi capaz de estabelecer, levou a que Francisco Ernesto de Oliveira Martins superasse o colecionador para atingir o estatuto de verdadeiro perito de arte, sendo mesmo considerado um dos grandes especialistas, se não o maior entre os maiores, da história das artes plásticas e decorativas dos Açores

Através de um aturado trabalho de investigação, foi dando vida aos objetos que colecionou, acrescentou valor, e deu cor ao conhecimento que hoje temos da vida dos nossos antepassados.

Percorreu as nove ilhas da nossa Região para proceder ao registo de muitas peças ainda desconhecidas, numa tarefa de interesse público cuja importância se torna de justiça realçar.

Com os inventários de arte que organizou e as notícias históricas que recolheu, pôde erguer uma obra que ajudou a reescrever a História dos Açores, em particular de Angra, no contexto de região geoestratégica do comércio mundial nos séculos XVI a XIX, materializada nos objetos que procurou, estudou e trouxe à luz do nosso conhecimento.

Homem de uma simplicidade única, que habitualmente assiste aos que atingem a verdadeira dimensão da imortalidade e reconhecem, na sua ação, o contributo que devem à consciência coletiva do conhecimento humano.

Extraordinário contador de histórias, fazia do convívio, com quantos se interessam pelas temáticas que dominava, momentos únicos, com a magia de quem está perante um verdadeiro contador de segredos.

A vasta obra que publicou espelha a profunda preocupação que teve, nas cinco décadas de intensa pesquisa, em esclarecer aspetos nebulosos relacionados com a classificação das peças. A ele se fica a dever a colocação do mobiliário açoriano, com especial destaque para o terceirense, no panorama do móvel português e indo-português, a nível da história da arte do mobiliário no mundo, tornando-se referência incontornável em todos os estudos, teses de doutoramento e publicações que, sobre o tema ou com ele relacionado, têm vindo a lume nas últimas duas décadas.

O seu desaparecimento, como homem de cultura e, sobretudo, homem a quem as ilhas devem um extraordinário trabalho de recolha, classificação e inventariação de objetos únicos, que escrevem de modo objetivo a História dos

Açores, que de outro modo, na sua maioria, teriam desaparecido ou saído da Região para sempre, deixa um enorme vazio no nosso panorama histórico-cultural.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar** pelo desaparecimento físico de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, em memória daquele homem que, pelo seu contributo à História e à Cultura dos Açores, deixou para as gerações futuras um legado de tão grande significado, devendo-se comunicar aos seus familiares a decisão desta votação.

Horta, Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2013

**Os Deputados Regionais:** Duarte Freitas, António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associar também a este voto pelo falecimento de Francisco Ernesto, uma figura verdadeiramente incontornável da história terceirense, da história de Angra particularmente, e também da história dos Açores.

Era um historiador incansável, um homem curioso, um copilador sôfrego de material que recolhia com grande interesse e que lhe permitiu construir a sua Casa Museu, em Angra, que é conhecida e é um valioso espólio da Região.

Devo dizer que também pessoalmente tive oportunidade de o conhecer. Era uma figura ímpar da nossa história, um dos homens de grande simplicidade, apesar dos seus conhecimentos e da capacidade que teve, ao longo da sua vida,

de fazer da compilação de objetos e do seu estudo parte da nossa história e da nossa cultura coletiva também.

Era um homem simples, de trato fácil, um bom conviva e que neste fim de ano se soma a tantos outros cuja vida deixámos de ter a oportunidade de partilhar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto, com pesar, pela perda de um homem que era iluminado em muitos sentidos e que também foi um iluminador de caminhos para muitos de nós.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passemos à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, terminou o tempo regimental para este Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Vamos encerrar para o almoço.

Regressamos à tarde com a Agenda da Reunião.

Bom almoço.

*Eram 13 horas.*

*(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na mesa pelo Deputado Rogério Veiros.)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

*Eram 15 horas e 05 minutos.*

Vamos dar início à discussão da Agenda da Reunião, com uma informação prévia.

Conforme deliberado em Conferência de Líderes foram adicionados dois pontos à nossa Agenda inicial, nomeadamente os pontos 13 e 14.

Vamos continuar o debate da **Petição n.º 17/2012 - alteração ao artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 - estabelece o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos, com vista à sua exploração sustentável, bem como os princípios reguladores da atividade cinegética, apresentada pelo clube de caçadores de Vila Franca do Campo, na qualidade de primeiro subscritor.**

O relatório foi apresentado ontem pelo Sr. Deputado José Ávila, Relator da Comissão de Economia, pelo que estão abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero saudar os peticionários da Petição 17/2012, uma vez que esta é uma forma democrática de participação e de intervenção na sociedade, defendendo os interesses que entendem por bem apresentar à Assembleia.

Esta Petição tem como objeto a alteração de um artigo, nomeadamente o artigo 84º do Decreto-Lei 202/2004. É uma lei da República.

Acontece que os Açores têm legislação própria no que diz respeito à caça, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional 17/2007/A, de 9 de junho, que possui diversos decretos regulamentares regionais.

Se há Petição que teve um efeito prático e quase imediato foi esta, uma vez que o Decreto Regulamentar Regional 22/2012/A, de 13 de novembro de 2012, vem dar sequência àquilo que foi proposto no âmbito da Petição, ou seja, aumentar as matilhas de cães de 10, como estava previsto no anterior Decreto Regulamentar Regional, para 12.

De facto, o artigo 71º do Decreto Regulamentar Regional 22/2012/A, refere, no seu ponto 3, alterando o que vinha de trás, que é permitida a utilização de matilhas com o máximo de 12 cães.

No seu artigo 62º, no ponto 2, a mesma situação, diz que é permitida a utilização de matilhas com o máximo de 12 cães. Na altura ficou claro em Comissão, para todos os partidos com assento na Comissão de Economia, que esta alteração seria relativamente pacífica. Na altura, o Governo Regional, pelo então Secretário Regional da Agricultura e Florestas, demonstrou essa abertura que teve uma consequência prática ainda antes da própria Petição subir a plenário, também motivada pelo período eleitoral que nós tivemos.

Por isso, e nesta primeira intervenção, nada mais há a acrescentar. Só fazer nota que, de facto, as petições e a intervenção da sociedade encontram nesta casa, muitas vezes, simpatia e nós vamos – e o Governo responde – ao encontro daquilo que são as legítimas aspirações da população dos Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Deputado Renato Cordeiro.

**Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar os meus votos de um próspero ano de 2013, para todos os presentes, na expectativa de se encontrar as soluções que possam conduzir a nossa Região a dias melhores.

Como católico que sou, até tem graça, no Dia de Santo Antão, falar em cães e em caça.

*(Risos de alguns Deputados da câmara)*

Sras. e Srs. Deputados:

Ao olhar para esta Petição do Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo, entende-se que, a caça, para além da componente lúdica que lhe está associada, é um fator estrutural da sociedade, estimulando um sã convivência com a natureza, troca de experiências e até mesmo a manutenção das espécies cinegéticas e domésticas ligadas ao sector.

A redução do número de cães, de 12 para 10 por grupo de caçadores na caça de batida e de corricão ao coelho bravo, veio aumentar o número de grupos de caçadores, o que tem implicações negativas na sustentabilidade das espécies cinegéticas.

Parece-nos ter sido essa a grande preocupação dos caçadores de Vila Franca do Campo que os levou a tomar esta iniciativa de apresentar esta Petição a este Parlamento, pelo que o nosso grupo se congratula por isso.

O objetivo da Petição é o de rever a aplicação do disposto na alínea b), do artigo 84º do Decreto-lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, ficando previsto o aumento de 10 para 12 cães, e a adição de 2 cachorros.

O Governo Regional, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2012, procedeu a alterações aos artigos 71º e 72º, indo deste modo ao encontro das expectativas dos caçadores açorianos.

O que o Governo Regional não fez, quando da transposição da legislação nacional para a legislação regional, foi ter em conta a realidade das nossas ilhas no que diz respeito à capacidade para criar “campos de treino”.

Ora, é precisamente aí que esta Petição dos caçadores de Vila Franca do Campo se centra e propõe que, em vez da criação de campos de treino, para se proceder à aprendizagem dos jovens cães, se permitisse a entrada de jovens cães nas matilhas para aí adquirirem os conhecimentos necessários para integrarem os grupos de caça.

O legislador regional, quanto a este ponto, não teve o cuidado de diferenciar a realidade do nosso arquipélago da realidade do território continental, não se

dando conta de que um “campo de treino” para cães de parar é diferente de um “campo de treino” de caça ao coelho bravo, com cães do tipo podengo.

Nas nossas ilhas, face à sua dimensão e geografia, não temos condições para criar um campo de treino eficaz para este tipo de caça, nem muito menos temos associações capazes de os manter financeiramente.

Estes campos de treino irão dar origem a outros problemas, implicando uma maior fiscalização na sua utilização, e para a qual, na opinião do Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo, não existem meios suficientes. Poder-se-á, até, estar-se a criar condições para que dentro dos grupos de caçadores, haja alguém que cace fora da época venatória, ou ainda pior, crie condições para a propagação da doença vírica hemorrágica (DVH) do coelho bravo.

Para treinar os novos cães nos campos de treino, seria necessário a criação de coelhos bravos em cativeiro, o que só é possível com o cruzamento destes com coelhos domésticos, correndo o risco de contrair a DVH, e, por escapatório de alguns animais do campo de treino, poder-se-ia contaminar a fauna cinegética, tendo assim resultados catastróficos.

De facto, parece que a solução encaminha-se por acrescentar à matilha os dois cachorros devidamente identificados para efeitos de aprendizagem e uma perfeita simbiose com o meio ambiente e com a cultura tradicional da caça Açoriana.

Mas deverá ser sempre acompanhada da devida fiscalização, permitindo a sustentação da nossa fauna, acrescentando a preocupação com a caça ilegal efetuada de madrugada ou que uma matilha em excesso ponha em causa este tema.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para fazer eco de uma preocupação dos clubes de caçadores das nossas ilhas. A falta de sinergia entre as associações de caçadores e o Governo Regional. Temos que saber tirar

proveito das potencialidades das nossas ilhas. O coelho bravo, que chega a ser uma praga nas ilhas de São Jorge e Flores, poderá ser potenciador de outras oportunidades económico-turísticas.

Para atingirmos este desejado potencial, temos que criar os meios necessários para que possamos ver os caçadores da Região, do continente, e quiçá do estrangeiro, a circular entre as nossas nove ilhas.

Há que estimular a organização de jornadas, de feiras gastronómicas temáticas e até, quem sabe, trabalhar para a criação de um produto com a “Marca Açores”, num circuito comercial de carne cinegética.

Tenho esperança que dias melhores virão para a nossa economia. Mas temos que fazer o trabalho de casa. E há ainda muito por fazer, e em muitos campos, como podemos agora apreciar com esta Petição do Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(\*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, felicitar os peticionários pelo uso do direito de Petição, Petição esta que trouxe resultados imediatos. Como dizia, e bem o Sr. Deputado Duarte Moreira, se calhar porque estávamos em véspera de eleições, o Governo Regional achou por bem trazer nova legislação para a Região em relação a esta matéria, indo ao encontro daquilo que era a solicitação desta Petição, mesmo antes dela subir a plenário.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** A 13 de novembro de 2012 as eleições já tinham sido!

**O Orador:** No entanto, aquilo que nos parece que era um bocadinho desproporcionado não é a questão de aumentar o número de animais da matilha de 10 para 12.

Aquilo que nos parece desproporcionado é a Petição, em determinado parágrafo, mencionar que pretende diminuir o esforço de caça.

Como todos sabemos, fazemos legislação para a Região e não específica para uma ilha.

Portanto, o calendário venatório ilha a ilha é que faz o controlo da espécie de caça, nomeadamente do coelho bravo.

Se trazem a esta casa uma Petição que nos pede a diminuição do esforço de caça, no caso de São Jorge e das Flores pede-se precisamente o contrário, pede-se que haja um esforço de caça.

Este Clube de Caçadores, faz uma Petição a pensar na ilha de São Miguel onde, feliz ou infelizmente, há menos caça, nomeadamente de coelho bravo.

Estarmos aqui a criar legislação regional específica só para uma ilha não faz sentido.

É essa parte que condenamos na Petição em relação ao aumento do número de animais. Para o CDS isso é totalmente indiferente e o Governo já acautelou, através do Decreto Regulamentar Regional que foi frisado aqui pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, datado de 13/11/2012, aquela que era a sua solicitação, deixando de fora a tal questão dos dois animais juniores que podiam começar a sua aprendizagem em termos de caça.

No entanto, o que nos parece que em relação à caça era importante salvaguardar (e isso sim, se calhar seria motivo de uma petição ou de outras iniciativas, até porque o próprio Grupo Parlamentar do CDS-PP já teve essa iniciativa nesta casa que já foi chumbada inclusive pela bancada que suporta o Governo do Partido Socialista) é um recurso cinegético que a Região tem para captar turistas.

Todos sabemos que num período homólogo entre novembro 2010/2011, a Região perdeu 35 mil dormidas. É muita coisa!

Embora o Governo Regional tenha assumido compromissos aquando da discussão do Projeto de Resolução do CDS que visava criar pacotes turísticos atrativos à Região, nomeadamente para aquelas ilhas que têm muita caça e que até trazem enorme prejuízos aos agricultores, que é considerada como uma praga e podia tornar-se numa mais-valia em termos turísticos para a Região, é essa a grande falha do Governo Regional.

Mais uma vez o CDS-PP quer despertar o Governo para essa matéria.

Fica já anunciado que no futuro apresentará uma nova proposta em relação a essa matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não existirem mais inscrições.

Sendo assim passamos para o ponto 2 da nossa Agenda: **Petição n.º 20/2012 - salvem o Pocinho, no lugar do Monte, freguesia da Candelária, apresentada por Jorge Manuel Laranjo da Costa, na qualidade de primeiro subscritor.**

Para apresentar o relatório tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, relatora da CAPAT.

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Relatório no âmbito da apreciação da Petição n.º 20/2012 – Salvem o Pocinho no lugar do Monte freguesia da Candelária**

## **INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 11 de janeiro de 2013, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 20/2012 – “Salvem o Pocinho no Lugar do Monte freguesia da Candelária”.

A mencionada Petição, contendo 804 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 5 de julho de 2012, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

## **Capítulo II**

### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012/A, de 20 de novembro, as matérias relativas a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

## **Capítulo III**

## 1. APRECIACÃO DA PETIÇÃO

### *a) Da admissibilidade*

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

### *b) Objeto da petição*

Os peticionários pretendem que a Assembleia Legislativa mande averiguar se as obras realizadas no Pocinho, lugar do Monte, freguesia da Candelária, inserida na zona protegida da Cultura da Vinha do Pico, património da Humanidade, cumprem as regras ambientais estipuladas para a zona.

### *c) Diligências efetuadas*

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências:

- i. Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor;
- ii. Audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar;
- iii. Audição do Presidente da Câmara Municipal da Madalena;
- iv. Audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais;
- v. Solicitação de pareceres escritos às ONGA e Associações locais com intervenção em matéria de ambiente, designadamente, Associação de Jovens Nova Criação, Círculo da Amigos do Pico e Núcleo do Pico da Associação “Os Montanheiros”;
- vi. Visita ao local.

As diligências realizadas são sucintamente descritas abaixo:

### **i. AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS**

A Comissão procedeu à audição dos Peticionários na pessoa do primeiro subscritor da petição, Senhor Jorge Manuel Laranjo da Costa. A audição

decorreu no dia 21 de agosto de 2012, na delegação de S. Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

O **Presidente da Comissão** saudou o exercício do direito de petição e procedeu ao enquadramento da audição, após o que deu a palavra ao peticionário, para uma primeira intervenção.

O **Peticionário** começou por referir os registos de todos os partidos de que a obra é um atentado ambiental e que, na sua opinião, não corresponde ao que foi aprovado. Considera que é um monte de entulho coberto de pedra que, de acordo com o seu conhecimento empírico, já não existirá no próximo inverno. Referiu tratar-se de uma zona protegida, com imensas restrições por parte dos serviços de ambiente.

Disse que os Peticionários pretendem que se faça o que está no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), com solução semelhante, por exemplo, à do Cais Mourato. Para o peticionário, o Pocinho é uma baía muito bonita e muito frequentada por ser a única zona balnear daquele troço da costa.

Segundo o Peticionário, os subscritores reuniram com o Secretário Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), que solicitou duas semanas para redesenhar o projeto, mas a obra prosseguiu e só parou com a visita de Vasco Cordeiro ao local. Após esta visita, foram acordados vários pontos com o SRAM, entre os quais, rebaixar o muro para 70 cm acima da estrada e recuar o enrocamento para recuperar o solário. Contudo, apenas terá ocorrido o rebaixamento do muro e a obra está parada. A situação foi reportada ao governante. Ao concluir a sua intervenção, o Peticionário considerou que as ações desenvolvidas não melhoram a paisagem e que o que foi prometido não foi cumprido.

O Deputado **Luis Silveira**, do **PP**, saudou o peticionário e referiu as declarações proferidas pelo SRAM na sua audição, segundo as quais, houve acordo com os peticionários e população para abaixar o muro, recuá-lo e fazer um solário, prosseguir com a obra no cais, mantendo o traçado inicial e a caleira

para escoamento da água do mar. Referiu que nunca foi apresentado aos Deputados qualquer projeto para aprovação. O Deputado pretendeu saber qual o sentimento dos Peticionários face à obra e o que acham que deve ser feito para resolver a situação.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** referiu que foi acordado com o SRAM não fazer a caleira e que a população continuará a lutar pela demolição da obra e pelo cumprimento do POOC.

O Deputado **Hernâni Jorge**, do **PS**, usou da palavra, referindo que o fazia na qualidade de deputado eleito pelo círculo eleitoral da ilha do Pico. O Deputado deu nota da informação prestada pelo SRAM, na audição pela Comissão, relativa ao acordo alcançado com o movimento Salvem o Pocinho e recordou que, na ocasião, transmitiu ao governante que a solução indicada seria pior do que a inicialmente projetada. Para o Deputado, o projeto da Consulmar era um mau projeto, mas melhor do que o remendo que saiu da reunião ocorrida no mês de julho. Para o Deputado deverá voltar-se à intervenção que foi pensada no ano de 2008 e alertou que os desenhos do POOC não podem ser considerados um projeto mas apenas um princípio de ordenamento que deve ser concretizado. Considera fundamental que se faça uma ponderação adequada do que deve ser ou não feito no local e que o problema tem que ser encarado com frontalidade.

Comentando a intervenção do Deputado, o **Peticionário** disse discordar da mesma uma vez que o que ficou acordado não coincide com o que foi transmitido pelo SRAM à Comissão. Considera que o cais desabou por falta de alicerce, uma vez que tiraram do porto todo o calhau miúdo. O peticionário reiterou que o que está a ser feito é pior do que o que estava antes e não corresponde ao que foi acordado e por isso continuam a lutar.

O Deputado **Cláudio Lopes**, do **PSD**, saudou o Peticionário pela abrangência da petição e pertinência da mesma ao reunir cidadãos de todos os quadrantes políticos e partidários e considerou que a obra em causa é um crime contra a

natureza. O Deputado relevou a legitimidade da petição e o direito dos cidadãos reagirem contra a atuação da administração e considerou que o facto de as petições incidirem maioritariamente sobre questões de ambiente e património é um reflexo do estágio cultural da nossa população.

Quanto à intervenção em causa, considerou que a mesma não cumpre o objetivo de proteção de pessoas e bens nem acautela a estética, pelo que é dinheiro desperdiçado. Acrescentou que, dos contatos que fez, se conclui que a obra não confere segurança nem respeita o valor histórico e riqueza paisagística da zona. Para o Deputado, o Governo tem que ter a humildade de perceber que erra e tem que ouvir as pessoas. A concluir o Deputado pretendeu saber qual, na opinião do Peticionário, a intervenção que melhor serviria o Pocinho.

Respondendo ao Deputado, o **Peticionário** começou por referir a grande adesão à página do movimento na internet e o voto sobre a matéria que foi objeto de deliberação da Assembleia Municipal respetiva. Quanto à intervenção, referiu a proteção da boca do porto, deixando a zona balnear e fazendo um muro na estrada, com aproveitamento da zona à frente para solário e requalificação da zona de merendas.

O Deputado **Luís Silveira** considerou existir uma grande contradição em relação ao projeto, uma vez que o SRAM disse nunca ter existido outro projeto enquanto os Deputados dizem que o projeto não corresponde ao que foi aprovado. Referiu ter questionado o SRAM sobre a não construção do molhe e se tal se devia aos custos envolvidos e que aquele respondeu tratar-se de uma impossibilidade de construção devida à força do mar. O Deputado recordou, também, que o SRAM referiu que a obra resultava da solicitação do empreendimento turístico local e que o Governo não pretendia requalificar a zona balnear dado tratar-se de competência municipal.

O **Peticionário** comentou a intervenção do Deputado e referiu que a população questionou a proteção da boca do porto face à força do mar, mas que a questão

nunca foi aprofundada. Segundo o Peticionário, foi dito que os donos do Pocinho Bay compraram uma licença de *whale whatching* pelo que o porto não poderia ser mais fechado, sob pena de impedir a entrada dos barcos. Para os peticionários, há um grande interesse em defender o Pocinho Bay e a obra foi feita assim para acabar com o solário e levar as pessoas para fora dali.

Usou da palavra o Deputado **Hernâni Jorge** que disse apenas conhecer o projeto da Consulmar e que quem falou num projeto diferente foi o Deputado Artur Lima, no dia 18 de junho de 2012. Acrescentou que o Presidente da Junta de Freguesia da Candelária sempre pediu a intervenção e fez pressão para que se fizesse a recuperação do Pocinho. Alegadamente, a obra vem na sequência dos temporais de 2007. Esclareceu que a obra em curso corresponde ao que foi dito pelo SRAM na Comissão.

O Deputado **Luis Silveira** esclareceu que o SRAM referiu que a obra era feita por reivindicação da unidade hoteleira e que foi a população que transmitiu ao Deputado Artur Lima que havia outro projeto. Concluiu considerando que a obra em curso corresponde ao que foi dito pelo SRAM.

O Deputado **Hernâni Jorge** usou novamente da palavra para clarificar o teor das declarações do SRAM junto da Comissão e que a obra em curso corresponde ao que foi afirmado, reiterando que é disso que discorda. Para o Deputado, há que proceder à limpeza da zona e conferir dignidade à intervenção no local. O Deputado concluiu a sua intervenção desejando que a Assembleia exerça o mandato que recebeu dos cidadãos que a elegeram.

## **ii. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR**

A Comissão ouviu o Secretário do Ambiente e do Mar na sua reunião do dia 16 de julho de 2012. A audição parlamentar do governante foi solicitada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP ao abrigo do disposto no artigo 102.º do

Regimento da Assembleia Legislativa Regional, tendo a Comissão deliberado, por unanimidade, inclui-la no âmbito das diligências de análise da petição objeto do presente relatório.

O **Secretário Regional do Ambiente e do Mar Álvaro Meneses** iniciou a sua intervenção referindo que a obra no Pocinho, com previsão de custo de cerca de € 135.000,00, tem dois objetivos: i) Proteção costeira, já que o local tem sofrido inundações sucessivas, com o mar a atravessar a estrada e invadindo a unidade hoteleira que se encontra no outro lado da estrada; ii) Proteção da zona de solário. Continua referindo que o projeto inicial era o enrocamento numa extensão de 8 metros de proteção, para uma ondulação de 8 metros de altura. Reduziu-se a altura do talude para uma proteção de 4 metros de ondulação, diminuindo-se a altura do talude para 75 cm. Refere que vai ser retomada a obra, que dará alguma proteção, não na totalidade, mas que foi a que se chegou a acordo com a população.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** começou por considerar que a obra do Pocinho é uma obra necessária, que deve ser feita em salvaguarda do património privado e público, associando-se ao governo regional na necessidade de intervenção no local. Prosseguiu elogiando o movimento criado, porque a obra não satisfazia as pessoas da zona, visto que em termos estéticos não ia de encontro ao que desejava a população, evidenciando o facto de 800 pessoas se terem associado à iniciativa. Segundo o Deputado, existia um projeto inicial para aquele local que não avançou devido a questões financeiras, mas que seria o mais adequado tecnicamente. Contudo, como era muito oneroso, foi substituído pelo atual. Questionou o Secretário Regional sobre o valor do primeiro projeto e o valor do atual; qual a solução mais equilibrada que será adotada e qual será o seu custo. Questionou, igualmente, se existiram contatos com outras entidades.

Em resposta, o **Secretário Regional** esclareceu que houve um pequeno esboço de projeto no POOC da ilha do Pico, desenvolvido por arquitetos afetos ao plano, que tinha em conta apenas questões estéticas e não associadas à proteção costeira. O projeto atual tem a ver com uma questão de cálculo, feito com pedras, porque dissipa melhor a força da ondulação, referindo que o custo é o mesmo. Esclareceu, ainda, que a reunião realizada para discussão do assunto do Pocinho foi pública e que quer o Presidente da Câmara Municipal da Madalena, quer o Presidente da Junta de Freguesia optaram por não comparecer na mesma. Acrescentou que não há motivo para falar com ninguém porque se trata de uma obra do governo regional.

O **Deputado Luís Silveira (CDS-PP)** pretendeu saber se o Governo Regional solicitou parecer a essas entidades, tendo o **Secretário Regional** esclarecido que depois da obra projetada falaram com pessoas da freguesia e que o Diretor Regional dos Assuntos do Mar contactou já com outras pessoas no decorrer da obra. Relativamente ao Presidente da Câmara Municipal da Madalena, o **Secretário Regional** referiu que o mesmo tornou público o seu parecer, optando por não falar com o Governo dos Açores sobre o assunto. Por último, esclareceu que sendo, uma obra do Governo Regional, não há a obrigatoriedade legal de se solicitar parecer ou de informar as autarquias.

O **Deputado Luís Silveira (CDS-PP)**, questionou o governante sobre o rebaixamento da cota do muro, tendo o **Secretário Regional** referido que será feito um muro com 75 cm de altura, que corresponde a um abaixamento do período de retorno inicialmente prevista de 25 anos para 5 anos, com uma proteção de ondulação de 4 metros.

O **Deputado Luís Silveira (CDS-PP)** na sua última intervenção questionou o **Secretário Regional** sobre o facto das caleiras a construir serem encaminhadas para terrenos privados, bem como se a zona de solário será ou não para construção, já que as zonas balneares são da responsabilidade das autarquias.

O **Secretário Regional** esclareceu que, relativamente à caleira, esta permite que os salpicos que vêm do mar sejam canalizados novamente para o mar e que a mesma será fechada com um gradeamento, intersetando a água e canalizando-a novamente para o mar. Esclareceu, ainda, que o projeto previa a realização de um solário no cais e que o que vai ser criado é uma superfície junto à água que reduzirá a força das ondas que atingirão a base do enrocamento.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** questionou o **Secretário Regional** sobre o número de pessoas que estavam no local e se estavam em representação dos peticionários, quais os prejuízos ao nível da estética e se a intervenção é a ideal para essa zona, indagando se não poderia ter-se optado por um quebra-mar mais na zona do mar, protegendo a zona de terra e não fazendo um muro na zona de terra como está projetado.

Em resposta, o **Secretário Regional** esclareceu que os contatos realizados foram com as pessoas que integraram o movimento cívico. Referiu que o objetivo era proteger dos galgamentos, pelo que colocar pedras no mar não iria resolver o problema. Referiu, ainda, que o molhe que lá está é um dissipador de energia e iria permitir que o mar galgasse o talude.

A **Deputada Zuraida Soares (BE)** questionou o **Secretário Regional** sobre a metodologia seguida para contato com os primeiros signatários, querendo saber quem os contactou e como. Concluiu que o **Secretário Regional** acha normal um contato com os signatários da petição, mas não acha normal o contato com o presidente da Câmara Municipal da Madalena, questionando se não seria normal o estabelecimento de um contato com essa entidade.

Respondendo à Deputada o **Secretário Regional** referiu que os contatos foram organizados com os signatários, sendo a reunião desenvolvida na zona balnear. Quanto aos autarcas, esclareceu que o Governo Regional mantém uma postura de abertura, tendo referido que falou informalmente com o Presidente da Câmara Municipal e que lhe transmitiu que se tivesse alguma coisa a dizer que

o contatasse e que a única questão que o fez não manter novo contato com o autarca se deveu ao facto deste não o ter contactado e ter tornado pública a sua opinião.

O **Deputado Cláudio Lopes (PSD)** disse que não percebe nada de física das ondas, mas que alguns marítimos da área dizem que uma boa proteção para essa área seria um quebra-mar. Referiu, ainda, que embora o Secretário Regional dissesse que o projeto inicial era tecnicamente o mais adequado, na sequência do movimento cívico, o alterou para uma solução menos boa.

O **Secretário Regional** esclareceu que quanto mais se subir o muro de dissipação, maior é a dissipação e menor o perigo de galgamento. Acrescentou que a vontade das pessoas era ter um muro mais baixo, não olhando para as questões de proteção da unidade hoteleira, mas sim para as componentes estéticas. Referiu que continua a ser um bom projeto, mas com menor proteção costeira e mais zona balnear, continuando a ter em conta a proteção da unidade hoteleira.

O **Presidente da Comissão, Deputado Hernani Jorge (PS)** referiu que qualquer proteção a Oeste não seria uma boa solução em termos de proteção, porque não existe um problema de correção da ondulação, mas sim uma elevação na zona interior do portinho. Considerou que a ondulação de 6 a 8 metros entra a Sul e que os galgamentos e enxurradas não seriam solucionados. Terminou fazendo votos de que o novo projeto contemple tudo o que importa conter para a proteção da zona.

O **Deputado Paulo Ribeiro (PSD)** referiu que o projeto inicial previa um período de retorno de 25 anos, tendo sido reduzido para 5 anos o que, concluiu, indica que a obra seria mais aligeirada. Questionou, assim, o governante sobre a razão que levou a essa redução tão significativa, já que estão em causa questões de segurança.

O **Secretário Regional** esclareceu que não há uma redução na proteção costeira do local, havendo sim a probabilidade da onda passar por cima do molhe. Prosseguiu esclarecendo que o problema é de energia cinética e que a obra é feita para dissipar essa energia, referindo que o mar irá galgar mais vezes o molhe, mas sem energia.

O **Deputado Luís Silveira (CDS-PP)** discordou da atual localização do molhe, questionando se foi equacionada a construção do mesmo molhe no cais, tendo o **Secretário Regional** informado que o projetista avaliou várias hipóteses, incluindo a colocação de um quebra-mar na zona das baixas que lá existem, tendo concluído que seria inútil, já que provocaria a sobrelevação na zona interior da baía e não iria fazer a dissipação da onda.

Tendo os deputados regionais da comissão terminado as suas questões, o **Secretário Regional Álvaro Meneses** reforçou três pontos que considerou importantes: i) a obra reduz energia da onda, impedindo de causar danos no outro lado da estrada; ii) o período de retorno não vai fazer diminuir a proteção, apenas o galgamento será mais frequente; iii) o projeto apresentado no POOC do Pico tinha apenas em conta as questões paisagísticas e não de proteção costeira.

### **iii) AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MADALENA**

A Comissão procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal da Madalena na sua reunião de 3 de janeiro de 2013, na delegação do Pico da Assembleia Legislativa.

No início da audição o **Presidente da Comissão** agradeceu a presença do autarca e procedeu ao enquadramento da diligência.

Na sua primeira intervenção, o **Presidente da Câmara Municipal da Madalena** referiu que o município não teve intervenção no projeto da obra em

causa, do qual não tiveram conhecimento e que foi já no decurso da obra que foi confrontado com a situação através de pessoas do movimento “Salvem o Pocinho”.

O autarca acrescentou que falou com o então Diretor Regional do Ambiente a quem pediu que, na possibilidade de se fazerem alterações ao projetos, das mesmas fosse dado conhecimento à Câmara Municipal e à respetiva Junta de Freguesia, para que estas pudessem participar e que a autarquia esteve sempre disponível para colaborar.

Referiu que, mais tarde, a Câmara Municipal veio a prestar um esclarecimento relativo a uma vala, tendo, para o efeito, solicitado previamente informação à Direção dos Assuntos do Mar.

Para o autarca, teria sido possível regularizar a situação mais cedo se as autarquias tivessem podido participar ao nível do projeto e que a realização de uma proteção pelo exterior teria evitado o transtorno e contestação que se verificaram. Na opinião do autarca, o muro que foi inicialmente construído descaracterizava o local, enquanto as obras do cais já estão regularizadas.

O Deputado **Luis Silveira**, do **CDS-PP**, pediu ao Presidente da Câmara informação sobre se lhe foram prestados esclarecimentos sobre o projeto e alterações à intervenção, conforme solicitado. Referindo-se à audição do Secretário Regional do Ambiente e do Mar sobre a matéria, pediu ao autarca que comentasse a afirmação de que o Governo Regional não requalificaria a zona balnear por se tratar de competência municipal.

Quanto à primeira questão, o **Presidente da Câmara Municipal da Madalena** comentou que se o município da Madalena tivesse posse das zonas costeiras não teria que pedir autorização para intervenções em zonas balneares. Segundo o autarca, houve sempre colaboração com o Governo quanto à intervenção nestas zonas. Considerou que a intervenção feita no Pocinho está fora da

capacidade de realização da Câmara Municipal, a qual tem feito algumas pequenas intervenções de requalificação em zonas de lazer, mas não em portos. O Deputado **Luís Garcia**, do **PSD**, pretendeu saber se o autarca considera que o objetivo de proteção de pessoas e bens foi alcançado com a intervenção realizada. O Deputado perguntou ainda, se houve colaboração da Câmara Municipal, qual o voto que foi aprovado sobre a matéria na Assembleia Municipal e se o município entende que o Pocinho foi salvo com esta intervenção.

Respondendo ao Deputado, o **Presidente da Câmara Municipal da Madalena** reafirmou ter manifestado a sua disponibilidade aos diretores regionais mas que nada aconteceu. Para o autarca, é óbvio que a intervenção que foi realizada salvaguarda o empreendimento, mas considera que o objetivo principal teria que ser proteger de fora, para impedir o mar de entrar, e que essa questão não foi resolvida, embora o muro que foi construído sirva de barreira. Segundo o autarca, o objetivo do movimento era que o muro fosse mais singelo e com menos impacte negativo. Concluiu dizendo que o o Pocinho vai continuar mas que nunca voltará a ser o que era.

#### **iv. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DOS RECURSOS NATURAIS**

A Comissão procedeu à audição do Secretário Regional dos Recursos Naturais na sua reunião do dia 10 de janeiro de 2013. O governante fez-se acompanhar pelo Diretor Regional dos Assuntos Mar.

O **Presidente da Comissão** saudou o Secretário e o Diretor Regional e procedeu ao enquadramento da presente audição no âmbito da petição em análise.

Ao iniciar a sua intervenção, o **Secretário Regional** cumprimentou o Presidente da Comissão e as Deputadas e Deputados e manifestou o seu agrado em participar da audição e prestar os esclarecimentos necessários.

Quanto à matéria em apreciação, referiu que evolução do processo é conhecida de todos. Trata-se de uma obra que nasceu para proteger a orla marítima, relativamente à qual foram equacionadas várias soluções a avaliados custos, tendo sido escolhida a intervenção que foi depois implementada. Constatou que a dimensão do enrocamento era maior, tendo sido, posteriormente, encontrada outra solução visando um melhor enquadramento do muro de proteção. Prosseguiu referindo que os habitantes foram envolvidos na discussão, da qual se concluiu pela redução da altura do muro.

Segundo disse, o Governo vai manter a solução atual, que será avaliada nas alturas de maior agitação marítima. O Laboratório Regional de Engenharia Civil procederá à monitorização da obra. Face aos resultados da avaliação da estrutura e da sua evolução será ponderada a necessidade de alterações.

O **Diretor Regional dos Assuntos do Mar** considerou que se tratou de um processo muito interessante, porque envolveu a população e essa interação permitiu ponderar melhorias que poderão ser introduzidas e que estão a ser presentemente estudadas. Trata-se, nomeadamente, da melhoria da zona balnear, realização de alinhamentos e trabalhos de preservação da memória histórica do local.

O Deputado **Luís Rendeiro**, do **PSD**, referiu a importância de conhecer o projeto da obra em causa. Considerou tratar-se de um processo mais complicado que interessante, que começou pelo fim. O Deputado solicitou o acesso ao projeto para que a Comissão avalie a respetiva evolução e pretendeu saber se a obra que foi construída corresponde à que foi projetada.

O Deputado **Luis Silveira**, do **CDS-PP**, saudou o Secretário Regional e considerou que o processo envolveu muita gente, sobretudo a população local, e

lamentou que este envolvimento não tenha acontecido mais cedo. O Deputado felicitou o Secretário Regional e o Diretor Regional pelo retrocesso da posição do Governo no que respeita ao arranjo da zona balnear, lembrando que o anterior titular da pasta do ambiente rejeitara esta intervenção por se tratar de competência municipal. Para o Deputado, além da questão da proteção da orla costeira há que atender à utilização de recreio e lazer do local em causa. Lembrou a intervenção do Deputado Hernâni Jorge, na anterior legislatura, relativamente à obra em causa e quis saber se foram cumpridas todas as alterações acordadas com a população em julho de 2012. O Deputado quis, também, ser esclarecido sobre o ponto de situação da requalificação do projeto inicial e pediu o envio desse projeto à Comissão.

Respondendo aos Deputados, o **Secretário Regional** esclareceu que o projeto tem duas componentes, uma que está concluída e que será monitorizada pelo LREC e outra que visará a requalificação paisagística com arranjo da área de apoio à zona balnear. O governante esclareceu, ainda, que obras realizadas pelo Governo não necessitam de autorização da autarquia.

Usou da palavra o Deputado **Luís Garcia**, do **PSD**, que se referiu à realização de uma reunião entre os Deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral do Pico, o então Secretário Regional do Ambiente e do Mar e o empreiteiro, em que terá sido acordada uma determinada intervenção que não foi concretizada. O Deputado pediu ao governante que esclarecesse este aspeto. Considerando ser verdade que as obras governamentais não carecem de aprovação camarária, o Deputado quis saber porque é que não foi pedido parecer à Câmara Municipal e porque é que não foram comunicadas à autarquia as alterações ao projeto, tal como havia sido acordado. Por último, o Deputado perguntou se a Câmara será envolvida na segunda fase do projeto.

O Deputado **Pedro Moura**, do **PS**, interpelou o Presidente da Comissão, pedindo-lhe que esclarecesse se o objeto em apreciação é um projeto que já foi

executado ou um projeto futuro. Para o Deputado, e de acordo com o que pode observar no local, o que estava em causa era um projeto de proteção da orla costeira, que foi pedida pela população.

O **Presidente da Comissão** esclareceu que o objeto dos trabalhos da Comissão é uma Petição sobre uma obra que foi realizada e não sobre projetos.

O **Secretário Regional**, respondendo aos Deputados, considerou que a história já foi debatida e reconheceu a existência de aspetos que poderiam ter sido tratados de outra forma. Para o governante, o que importa é “salvar o Pocinho”, pelo que o governo veio à Comissão afirmar que vai manter a intervenção atual e melhorar o arranjo paisagístico e que nesta parte envolverão a autarquia.

O **Diretor Regional** usou da palavra para esclarecer que a reunião a que se referiu o Deputado Luís Garcia foi uma reunião informal, destinada a discutir várias soluções, não tendo sido assumidos quaisquer compromissos. Esclareceu, também, que esteve presente o projetista e não o empreiteiro, o que aliás nem seria possível na fase em que o processo se encontrava. O Diretor Regional reiterou a sua avaliação de que foi um processo muito interessante porque as pessoas, ao sentirem que os seus interesses não estavam acautelados, reagiram pelos meios adequados e gerou-se um grande envolvimento. Lembrou que a componente paisagística nasceu das reuniões entre o Governo e a população.

O Deputado **Luís Silveira** considerou que as alterações efetuadas melhoraram substancialmente a obra e reiterou o seu pedido de esclarecimento quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos com a população em julho de 2012.

O Deputado **Luís Rendeiro** quis saber se existe um ou dois projetos para o Pocinho. Quanto à requalificação da zona balnear, entende que tem de haver participação da autarquia uma vez que esta tutela a zona. Quanto à intervenção da população, considerou que a mesma aconteceu para pressionar a alteração de um projeto que não correspondia ao pretendido pela população.

Comentando as intervenções antecedentes, o **Secretário Regional** considerou que seria bem melhor se intervenções desta natureza não necessitassem de ser realizadas e a natureza permanecesse intacta. Porém, entende que se encontrou a melhor solução.

O **Diretor Regional** lembrou que o local tem problemas de orla costeira desde o século XIX e que a intervenção realizada procurou obstar a situações dessa natureza. Referindo-se novamente à reunião realizada com o projetista e Deputados, disse que se tratou de uma reunião onde foram exteriorizados os interesses da população através dos seus representantes. Quanto à participação da população, numa primeira fase foram comunicadas as suas intenções, que foram depois colocadas à consideração do projetista. Numa segunda fase procurou-se conciliar as diferentes posições e foram comunicadas à população as propostas não acolhidas. Para o Diretor Regional, quando os cidadãos sentem que os seus direitos e ansiedades não têm correspondência é adequado manifestarem-se e fazerem valer os seus direitos.

O Deputado **Luís Silveira** reiterou a questão do cumprimento dos compromissos assumidos com a população. Para o Deputado, o processo culminou com a visita ao local ao atual Presidente do Governo, após a qual a obra parou. O Deputado reiterou que a obra melhorou com as alterações introduzidas e espera que suporte a força do mar.

O **Diretor Regional** enunciou as questões que a população pretendeu assegurar e esclareceu que não foi acolhida a pretensão de destruir o resto de um muro de betão porque tal colocaria em causa a segurança das pessoas. Também não foi acolhida a pretensão de dispor de uma passagem pedestre do cais até ao centro da baía, dado o custo envolvido. Quando às demais pretensões, serão acauteladas no âmbito da intervenção paisagística.

#### **v. CONTRIBUTOS DE OUTRAS ENTIDADES**

A Comissão solicitou pareceres escritos às ONGA e Associações locais com intervenção em matéria de ambiente, designadamente, Associação de Jovens Nova Criação, Círculo da Amigos do Pico e Núcleo do Pico da Associação “Os Montanheiros”, as quais não responderam.

#### **vi. VISITA AO LOCAL**

A Comissão visitou o local de realização das obras no dia 3 de janeiro de 2013, pelas 17 horas.

### **Capítulo IV**

#### **SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS**

O *Grupo Parlamentar do PS* saúda a participação dos cidadãos através do instrumento de participação política do direito de petição, regista que o Governo Regional acatou os principais reparos da população relativamente à obra inicialmente edificada e assinala o empenho dos Deputados do PS eleitos pela ilha do Pico na resolução do problema.

O *Grupo Parlamentar do PSD* saúda a participação da população neste processo que conseguiu minorar o impacto da obra realizada, obrigando o Governo a recuar. Lamenta que a auscultação da população e das entidades locais, designadamente as autárquicas, não tenha sido feita pelo Governo na fase de preparação desta intervenção. Caso essa auscultação tivesse sido realizada no tempo e na forma adequados e se tivesse sido tida em conta, certamente ter-se-ia evitado a realização de uma obra que não agradou a ninguém e que obrigou às alterações hoje conhecidas que implicaram adicionais e desnecessários gastos de dinheiros públicos e transtornos às populações.

O *Grupo Parlamentar do CDS-PP* felicita a participação da população através da presente petição e inúmeras outras iniciativas, as quais despertaram as diversas forças políticas representadas no Parlamento Regional dos Açores, bem como o próprio Governo Regional, conseguindo-se um retrocesso e

algumas melhorias em relação ao projetado inicialmente, as quais teriam sido desnecessárias e com claros ganhos, caso o Governo tivesse auscultado a população antes de fazer a referida intervenção no local.

A *Representação Parlamentar do PCP* saúda a participação popular através da Petição em análise e considera que a solução adotada pelo Governo Regional na satisfação dos objetivos pretendidos pelos peticionários e pelo movimento popular minimizou os impactes paisagísticos negativos, embora a solução encontrada não seja a mais adequada para a resolução do problema que é a proteção da orla costeira.

## **Capítulo V**

### **CONCLUSÕES**

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 20/2012, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A obra em causa encetou-se por iniciativa do Governo Regional e responde a uma necessidade da população de proteção da zona costeira e melhoria da zona balnear.
2. Foram ponderadas duas soluções técnicas, designadamente uma de realização de um enrocamento e outra pelo mar, que se revelou manifestamente desproporcionada na sua relação custo/benefício e tecnicamente impossível.
3. A solução, tal como executada ao nível estético e paisagístico, não teve o acolhimento da população da ilha do Pico, pelo impacte paisagístico negativo que causou no local.
4. O Governo Regional foi sensível à reação desencadeada e, no que era essencial, a obra foi corrigida tendo-se obtido um equilíbrio aceitável relativamente ao que estava edificado.

5. O processo não teve, na sua fase inicial, a participação pública e das entidades locais que seria desejável.

6. O Governo irá proceder a uma requalificação que deverá beneficiar a envolvente paisagística.

7. O Governo enviará à Comissão o projeto de requalificação paisagística.

8. A obra de proteção da orla costeira será monitorizada pelo LREC.

Considerando que a Petição foi subscrita por 804 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Ponta Delgada, 11 de janeiro de 2013

**A Relatora, Isabel Rodrigues**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente, Francisco Coelho**

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(\*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de saudar os peticionários desta Petição, em primeiro lugar, e depois tentar, em nome da bancada do PSD, com o máximo de realismo e a maior objetividade, pronunciar-me sobre aquilo que consideramos ter sido o desenrolar de um processo algo sinuoso em relação a esta intervenção do Governo na zona do Pocinho.

O Pocinho é uma pequena baía, antiga e histórica, do lugar do Monte, da freguesia da Candelária, utilizada como zona balnear, e frequentada por muitas

centenas de pessoas, em redor da qual ao longo dos últimos anos se foram realizando arranjos urbanísticos e paisagísticos que foram transformando aquele local numa zona de lazer muito utilizada na época estival.

Este sítio tem a particularidade de constituir um núcleo patrimonial protegido e a proteger, incluído na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha, da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade.

Trata-se, portanto, não de um sítio qualquer, mas sim de um sítio de elevada sensibilidade ambiental.

O Governo decidiu, e bem, fazer ali uma intervenção no sentido de proteger a orla costeira nesta zona e de a requalificar, já que os galgamentos do mar têm vindo a degradar aquela zona e tendo mesmo já destruído, e continuando ameaçar destruir, património natural e também património edificado daquela zona.

Refira-se que naquele local exista inclusivamente um empreendimento turístico de excelente qualidade, de turismo em espaço rural, denominado “Pocinho Bay”, que na sequência dos temporais de 2007 foi atingido e danificado.

Mais do que necessária esta intervenção ela estava perfeitamente justificada.

O Governo entendeu assim proteger e requalificar aquela baía. Terá naturalmente equacionado duas ou três soluções para a mesma e perante as soluções que equacionou, orçamentou-as naturalmente, e fez a sua opção.

A nosso ver, a opção feita pelo Governo foi no sentido de uma intervenção minimalista e o mais barato possível, para com cerca de 120 mil euros o Governo calar a boca a uma parte da população que reclamava esta intervenção e fazer aquilo que na gíria popular se diz querer “agradar a gregos e a troianos”, só que, infelizmente, e como acontece na realidade, é quase sempre (senão sempre!) impossível.

Permitam-me que faça aqui um parêntese nesta intervenção para me referir a uma parte mencionada agora mesmo pela Sra. Relatora e que consta do

relatório. Aconteceu na audição ao Sr. ex-Secretário Regional do Ambiente e do Mar. Quando questionado sobre as soluções possíveis, ele afirmou que aquela solução que era apontada por algumas pessoas, nomeadamente pessoas experimentadas na vida do mar, marítimos experientes, de que a melhor intervenção seria a proteção à boca da baía do Pocinho, era uma solução tecnicamente impossível.

Eu não posso aceitar esta resposta de ânimo leve, porque acho que ela não tem qualquer cabimento. Não é tecnicamente impossível.

Poderá o governante dizer que é uma solução cara. Eu aceito.

Poderá dizer que é uma solução cujo rácio custo/benefício é inaceitável. Também aceito.

Poderá o governante dizer que o Governo Regional não tem dinheiro para a melhor solução. Também aceito.

Agora dizer que é tecnicamente impossível, não posso aceitar. Isso é querer passar um atestado de ignorância àqueles que percebem da vida marítima e do impacto das ondas do mar na orla costeira.

**Deputado João Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo inicia a intervenção e a obra começa por surgir, mas deste surgimento, sendo uma obra tão má, tão desenquadrada, tão horrorosa, gerou imediatamente a contestação das pessoas, nomeadamente daqueles que todos os anos utilizam aquela zona de lazer e de banhar.

Surge um grupo de pessoas que se organiza e procura explicações do Governo.

O Governo, numa primeira instância, tenta “levar água ao seu moinho” insistindo que aquela é a melhor solução e a solução necessária.

Não satisfeitos, os populares organizam-se formalmente numa petição, uma petição que reúne 804 assinaturas, criando paralelamente um site denominado “Salvem o Pocinho”.

Pelas redes sociais milhares de pessoas aderem a este movimento de contestação e de protesto.

A Petição é dirigida a este Parlamento, naturalmente porque os peticionários pretenderam recorrer a este órgão de Governo próprio da Região por não encontrarem respostas positivas da parte do Governo para uma asneira colossal que ali se estava a realizar.

Acontece que quando a obra decorria estávamos em plena campanha eleitoral.

Assim o Pocinho tornou-se palco por onde desfilaram praticamente todos os líderes partidários candidatos às eleições.

Nenhum deles, da direita à esquerda, teve outra reação que não fosse classificar esta obra como um atentado à natureza. Inclusivamente o Dr. Vasco Cordeiro, na qualidade de candidato, segundo dizem, quando por lá passou terá de imediato ligado ao Presidente do Governo para mandar parar aquela obra. Ela parou efetivamente durante algum tempo.

Neste período de paragem os peticionários foram de novo ouvidos pelos governantes e deste encontro resultou um compromisso entre as partes que ficou reduzido a escrito, com um conjunto de aspetos que eram necessários rever neste projeto.

A obra está concluída e continuam, segundo afirmam os peticionários, a não terem sido cumpridos alguns quesitos que constavam deste memorando escrito e acordado entre as partes.

Convém ainda referir que esta novela passou-se sempre em termos formais nas costas e à revelia das entidades locais: Junta de Freguesia e Câmara Municipal, entidades que o Governo fez questão de marginalizar sempre em todo o processo.

Ao longo deste processo e sobre esta obra ficaram registadas dezenas ou centenas de frases nas redes sociais, das quais eu destaquei algumas só para uma mera ilustração.

Desde logo, este título que o site da internet recebeu, de “Salvem o Pocinho”, constitui em si próprio um grito de alerta às autoridades.

Depois, outras frases como: “A Câmara da Madalena discorda da solução encontrada. O Presidente da Câmara da Madalena lamenta opções de Governo para a salvaguarda do Pocinho”.

O próprio texto da Petição diz: “Graves alterações e infrações ambientais ocorrem no lugar do Pocinho”.

“Muro da vergonha. É uma vergonha o que estão aqui a fazer. É uma vergonha o que lá foi feito e vamos continuar a lutar. Tenho a certeza que vamos conseguir voltar a ter o nosso Pocinho tão bonito como era.”.

“As obras que decorrem no Pocinho estão a descaracterizar totalmente aquele lugar”.

“Requalificar sim, destruir não!”.

Mas há uma frase que para mim vale muito em termos de opinião técnica, que selecionei e passo a referir. Ela vem de um ilustre académico, um profundo conhecedor e defensor do nosso património natural açoriano, o Prof. Doutor Vitor Hugo Forjaz. Diz o seguinte:

“Estimo que salvem mesmo o Pocinho, porque o projeto era uma barbaridade e a zona precisa de um quebra-mar semi-submerso bem enquadrado”.

Minhas senhoras e meus senhores:

Há, porém, um aspeto que devo deixar aqui bem sublinhado. Esta profunda e tão generalizada contestação não teve origem político partidária. Gostava que isto ficasse bem claro.

Desde logo, as mais de 8 centenas de peticionários reúnem pessoas de todos os quadrantes partidários.

Por outro lado, os dois deputados socialistas eleitos pelo Pico teceram críticas muito duras em relação a esta intervenção e afirmaram mesmo terem sido

desrespeitados pelo Governo, já que o que estava a decorrer não correspondia ao que havia sido combinado com eles.

Basta recordar, para quem esteve na reunião da CAPAT, recentemente realizada no Pico, a dureza das afirmações do Deputado Lizuarte Machado sobre esta matéria e com as quais estou em pleno acordo.

Basta ler no relatório da Comissão as afirmações do ex-Deputado Hernâni Jorge sobre esta matéria.

Mas, curioso!...

Curioso é sabermos agora que o ex-Deputado Hernâni Jorge é hoje Diretor Regional do Ambiente.

E então? O que dirá e o que fará hoje o novo Diretor Regional do Ambiente relativamente ao Pocinho que sofreu esta intervenção tão desastrosa, na opinião dele como ex-Deputado?

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

**O Orador:** Já termino, Sra. Presidente.

Esta é a pergunta que se impõe.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** É com o Diretor Regional dos Assuntos do Mar, não é com ele!

**O Orador:** Para já sabemos que o agora Diretor Regional do Ambiente deu uma entrevista, sábado passado, à Rádio Pico e terá afirmado, quando questionado sobre esta matéria, qualquer coisa como o seguinte: a Direção Regional do Ambiente não tem nada a ver com as intervenções e a esfera de competências das outras direções regionais do Governo, nomeadamente a Direção Regional dos Assuntos do Mar, que tem a tutela desta obra.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** E é verdade!

**O Orador:** Isto é, no mínimo, surreal!

Aproveito a presença do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais para, sendo o titular da Secretaria que engloba estas duas direções regionais, peça o

mínimo de bom senso a estes dois diretores regionais, peça que se entendam e articulem as suas ações no terreno.

**Deputados Jorge Macedo e Luís Garcia (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (já estou a terminar, Sra. Presidente):

Apreciamos hoje neste Parlamento uma Petição que corresponde a um ato de cidadania que se revelou eficaz e que deve ser consequente.

Foi eficaz, porque denunciou e bem uma iniciativa errada do Governo, que o Governo demorou a admitir e a rever.

Deve ser consequente, porque em fase desta diligência popular esta Assembleia, este órgão regional próprio da Região, deve recomendar, deve mesmo avisar o Governo para que situações destas não voltem a ocorrer, para que os governantes tenham mais humildade e respeito pelas populações, para que os governos tenham mais respeito e consideração pelas entidades públicas...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

**O Orador:** ... e por quem legitimamente as representa.

Peço também, por último, ao Sr. Presidente do Governo, que há 5 ou 6 meses teve o bom senso de pedir ao Sr. Presidente do Governo de então para interromper esta obra, que exija agora dos seus novos membros responsabilidade política das suas funções, como elas o exigem.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(\*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar devo realçar e saudar a participação dos cidadãos através do instrumento de participação política do direito de petição, vincando a forma

entusiasmada, é certo, mas sempre ordeira e responsável como abordaram o assunto.

A obra já concluída foi motivada essencialmente por uma necessidade de proteção da zona costeira do Pocinho.

De entre as soluções estudadas, considerou o Governo Regional que aquela que foi contemplada era a melhor solução e que garantiria os maiores níveis de segurança desejados para aquela zona balnear.

De facto, a solução implementada não agradou a população local que considerou sobredimensionada, inestética, não favorecendo a qualidade paisagística do local.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sobretudo não resolvendo o problema!

**O Orador:** Mas foi louvável não só o comportamento cívico da população como também o comportamento do Governo Regional que foi sensível à reação popular tendo a obra sido corrigida em alguns dos seus aspetos mais significativos, nomeadamente ao nível da volumetria do enrocamento em pedra, entre outros pormenores estéticos, tendo sido obtido, como referido no relatório da CAPAT, um equilíbrio aceitável em relação ao que estava inicialmente previsto.

O Governo Regional não faz obras para calar a boca, certamente.

O Governo Regional faz obras, porque os locais necessitam de obras para o conforto e para a segurança daquelas pessoas e daqueles bens. E isso foi feito.

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mesmo quando faz mal feito, ou alguma coisa corre menos bem...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Faz “mal feito”! A boca fugiu para a verdade!

**O Orador:** ... tenta corrigir como foi o caso.

Nesta fase, depois de concluídos os trabalhos, competirá ao Governo monitorizar o comportamento da obra de proteção da orla costeira, através de

um acompanhamento técnico, que deverá ser feito pelo Laboratório Regional de Engenharia com competência na matéria.

Acresce a isto o facto do Governo Regional estar a executar, como combinado com a população e com os representantes do “Movimento Salvem o Pocinho”, um projeto de requalificação da envolvente à zona intervencionada, favorecendo assim o seu enquadramento paisagístico.

Concluindo, considera-se que, depois dos momentos que motivaram alguma discordância sobre a obra de proteção da orla costeira do Pocinho, foi conseguido entre as partes uma solução aceitável, mas que deverá ser devidamente acompanhada e melhorada, aliás, como já assumido pelo Governo Regional.

Disse.

**Deputados Berto Messias e Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(\*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para saudar os peticionários pelo direito de Petição, Petição esta que moveu a Comissão Parlamentar competente a inúmeras iniciativas e que, desde logo, despertou o CDS, tendo sido o primeiro partido a visitar o local e a chamar a atenção do Governo para aquela barbaridade que se estava ali a cometer.

Fê-lo, porque foi chamado a isso por inúmeros cidadãos daquela ilha.

Aquando da sua visita ao local e posterior a esta, foi motivo de inúmeros adjetivos, alguns deles bastante depreciativos, por parte dos proprietários do aldeamento turístico que lá existe, denominado “Pocinho Bay”.

De facto, inicialmente tivemos alguma dificuldade em perceber o porquê de tais adjetivos, o porquê de tamanho incómodo em ir a um partido político visitar o local...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e em despertar para a comunicação social aquela aberração que ali se estava a fazer.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Veio a perceber-se, quando no âmbito da audição ao primeiro peticionário nos disse o seguinte (passo a ler, porque está no relatório):

“Para os peticionários, há um grande interesse em defender o Pocinho Bay e a obra foi feita assim para acabar com o solário e levar as pessoas para fora dali.”

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Pior do que isto é que o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Mar, da altura, confirmou no âmbito da sua audição que aquela intervenção tinha sido feita a pedido dos proprietários do “Pocinho Bay”.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Escandaloso!

**O Orador:** O Governo Regional, em detrimento de uma zona balnear...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Escandaloso! É isso que o senhor precisa de ouvir!

**O Orador:** ... visitada por muita gente que usufrui daquele espaço e não é ouvida, favorece só e apenas uma unidade hoteleira, independentemente da qualidade que existe no local.

Portanto, percebeu-se logo o porquê de se fazer a obra daquela forma e sem ouvir a população, até porque, como disse e bem o Deputado Cláudio Lopes, o Sr. Secretário, da altura, do Ambiente e do Mar, disse na Comissão que a obra foi feita daquela forma a pedido do “Pocinho Bay” e não foi feita, conforme a população reivindica, por questões de custos, mas sim por questões técnicas.

Foi isso que nos disse o Sr. Secretário Álamo Meneses e é isso que está no relatório.

**Deputado Francisco César (PS):** Desonestidade argumentativa!

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco César, não estou a ser desonesto. Estou a precisar o que foi dito em Comissão e o que está inclusive relatado.

**Deputado Francisco César (PS):** Ah aí um pequeno pormenorzinho de linguagem!

**O Orador:** Percebeu-se claramente o porquê daquela obra ser feita daquela forma.

De facto, o CDS foi daqueles que na própria Comissão, aquando de aprovar as conclusões deste relatório, assumiu que a obra hoje tem um impacto negativo muito menor ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... do que aquele que tinha inicialmente.

Mas também não é menos verdade, Sr. Deputado Francisco César,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Interesses privados!

**O Orador:** ... que os próprios Deputados do Partido Socialista, da Ilha do Pico, reafirmaram e continuam a afirmar que aquela não é a obra que estava prevista para o local, que aquela não é a obra que foi acordada com eles para efetuar naquela localidade.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, hoje atual Secretário Regional do Ambiente, disse no âmbito das audições (vou ler a frase, peço desculpa ao Sr. Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge) uma frase tão simples quanto esta:

“Para o Deputado, há que proceder à limpeza da zona e conferir dignidade à intervenção no local.”

Foi isso que disse o Deputado Hernâni Jorge, hoje Diretor Regional do Ambiente.

Se é certo que aquela não era a obra adequada para o local, ao contrário daquilo que nos diz o Sr. Deputado Miguel Costa, não é menos certo que há um compromisso, manifestado e anunciado à Comissão pelo Sr. Secretário dos

Recursos Naturais, com tutela nesta matéria: “está a ser desenvolvido um projeto para a requalificação paisagística da zona”.

Aqui, sim, tem o Sr. Diretor Regional do Ambiente totais responsabilidades, ao contrário daquilo que disse em declarações a uma rádio da Ilha do Pico, recentemente.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado não se inibiu de o dizer, frontal e claramente, como já o fez muitas vezes nesta casa, em relação a outras matérias (aqui quero reconhecer a sua frontalidade e defesa das pessoas que o elegem, em detrimento seja qual for a posição do Governo), na Comissão, no passado dia 3 de janeiro, que aquilo é uma obra, menos o que foi acordado com os Deputados do Pico para lá fazer. Diz que aquilo deveria ser tudo retirado dali e que discorda em absoluto daquilo que está feito naquele local.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Discorda o Sr. Deputado Lizuarte Machado e discorda a maioria dos Deputados desta casa, nomeadamente os da oposição.

Se calhar, falta coragem a mais alguns Deputados da bancada que suporta o Governo para o dizer e afirmar nesta casa, na defesa total e global dos primeiros interessados, que é o povo que os elege para os defender e não para defender um governo seja ele qual for.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Esperamos, nós, CDS, que o projeto que neste momento está a ser desenvolvido, para a requalificação paisagística da localidade, não use dos mesmos critérios que usou este projeto que está ali implementado. Que ouça a população e que vá ao encontro daquelas que são as ambições e, inclusive, os compromissos do Governo, na anterior legislatura, para com a população.

Também não é menos certo que feliz, ou infelizmente, só se conseguiu o melhoramento, embora não seja o ideal e o que se pretendia, porque estávamos

em véspera de eleições e porque o candidato Vasco Cordeiro se dirigiu ao local. As afirmações que fez e que estão patentes na página do PS-Açores são muito claras: “não é a obra ideal, não é a obra adequada, é preciso ser revista e eu próprio vou comunicar com o Sr. Presidente do Governo Regional para mandar suspender a obra”, coisa que não aconteceu.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso era o que o senhor devia ter dito!

**O Orador:** Esperemos, porque vamos estar em véspera de eleições, desta vez autárquicas, que não seja preciso usar das mesmas ferramentas em relação ao novo projeto de embelezamento paisagístico.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Nós não defendemos interesses privados, os senhores é que defendem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Infelizmente, a história do Governo Regional está recheada destas autênticas barbárias, do ponto de vista da intervenção ambiental.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** É porque é nova!

**O Orador:** Lembro-me do célebre episódio da Fajã do Calhau, outra barbária...

**Deputada Catarina Furtado (PS):** O senhor já foi lá?

**O Orador:** ... que foi cometida na Ilha de São Miguel, exatamente devido aos grupos de pressão local a que o Partido Socialista não resiste, nem resistiu nestes casos.

Ficou provado, em relação a esta questão específica, que os Deputados da oposição têm muitas vezes travado esta falta de sensibilidade ambiental, mas o que é decisivo nesta questão é o envolvimento das pessoas (das populações)

nesta matéria, quando aquilo que está a ser feito e está à vista de toda a gente significa que há desrespeito total pelo ambiente, pelas condições ambientais e um desrespeito total pela população.

Neste sentido, foi feita pedagogia neste caso. O que a população deve fazer, sempre que existam estes casos (e existem muitos na nossa Região), é ter a coragem de confrontar o Governo Regional com aquilo que está a ser feito, para que algo possa ser invertido, como foi esta situação.

Estão os peticionários de parabéns em relação à iniciativa que tomaram.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não é certamente só uma questão de praxe parlamentar, mas será sobretudo a manifestação do apreço democrático que nos move quando a cada petição que é analisada nesta Assembleia começamos sempre (nós, qualquer deputado ou deputada de qualquer bancada parlamentar) por saudar os peticionários e as peticionárias pela sua iniciativa cidadã. Não é por praxe, dizia eu, mas por apreço democrático, pelo seu lado cívico de peticionários.

No caso concreto desta Petição, com o título “Salvem o Pocinho no lugar do Monte na freguesia da Candelária”, queria começar exatamente como começamos sempre, saudando os peticionários e as peticionárias, fazê-lo de uma forma efusiva, sem desmérito nenhum para com todas as outras Petições e subscritores de outras petições, mas enfatizando de uma forma especial esta Petição e estas peticionárias.

Faço pela seguinte razão:

A história que levou a esta tomada de posição frontal, corajosa e sobretudo teimosa destes peticionários já foi aqui contada de maneira mais do que

completa, seja pelo Deputado Cláudio Lopes, seja pelo Deputado Luís Silveira. Portanto, penso que há muito pouco a acrescentar à história para além do que já foi dito.

Mas vale sempre a pena aproveitar a oportunidade para indiretamente falarmos de uma outra questão que esta Petição, sem a identificar de forma direta, acaba por a deixar inscrita nas entrelinhas. Estou a referir-me aos sobrecustos das obras públicas nesta Região. Podem chamar-lhe de derrapagens. Eu neste momento estou a chamar de sobrecustos.

Este exemplo, desde o início da história, da obra no Pocinho, é paradigmático nas razões desse sobrecusto.

Temos uma obra feita por um Governo Regional na altura fechado nos seus gabinetes a fazer o contrário daquilo que tinha anteriormente acordado, a decidir fazer uma obra sem ouvir quem quer que seja, sem ouvir as autarquias, no caso a Câmara e a Junta de Freguesia e, pior do que isso, sem informar ninguém da sua intenção e da sua iniciativa.

Um Governo que começa a executar uma obra e que perante a indignação das populações para a obra, altera o projeto. A obra, entretanto prossegue o seu caminho, até que por fim chega o agora Presidente do Governo Regional, então candidato do Partido Socialista, e a obra pára definitivamente até melhores dias. Pergunto: no fim de toda esta saga, quanto é que custou aos bolsos dos contribuintes açorianos...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Boa pergunta!

**A Oradora:** ... este processo de avanços e de recuos?

Pergunto também: é este um caso isolado?

Todos e todas nós sabemos, Sras. e Srs. Deputados...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que não é!

**A Oradora:** ... que não é.

Não vale a pena trazer à colação desta questão a obra da Fajã do Calhau, aqui já referia, a obra do porto de Rabo de Peixe, novamente em curso, ou das Portas do Mar, ou de tantos outros exemplo espalhados, por cada uma das nossas ilhas. Pergunto novamente: é este o rigor e a transparência de que o Governo Regional tantas vezes nos fala?

É rigor não ouvir ninguém, alterar projetos, gastando centenas de milhões de euros em poucos anos, sem que ninguém seja responsabilizado por tal?

Falta ainda acrescentar a este panorama as birras e as guerrilhas político-partidárias entre Partido Socialista e PSD, ao nível das relações entre o Governo Regional e as autarquias da nossa Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, estaria bem, e seria até motivo de alguma graça, não fora o facto de tudo isto ser feito à custa do dinheiro de todos em proveito de alguns, exatamente o dinheiro que depois falta para aquilo que é essencial e para quem mais precisa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero saudar a iniciativa popular, sobretudo valorizando a participação deste movimento e a indignação que foi manifestada pela população, por quem conhece aquela zona, conhecia e conheceu a obra que ali foi feita.

Em resultado não só da Petição, mas de toda a movimentação que foi feita contra a obra que o Governo Regional ali estava a fazer, levou a que houvesse uma inversão ou que o Governo arrepiasse caminho e reformulasse a intervenção que estava em curso.

É de facto verdade que esta indignação popular, esta movimentação popular minimizou os impactos negativos com a consequente paragem da obra.

No entanto há aqui uma questão que nos parece fundamental: é que, de facto, se se minimizou os efeitos, a verdade é que também se concluiu, pelos trabalhos da Comissão, de que a solução que foi encontrada, ou a meia solução que foi encontrada, não resolve o problema.

O objeto da obra é a proteção da orla costeira naquela zona.

Aquela solução não é efetivamente a mais adequada, como todos percebemos, quem visitou o Pocinho, quem conhece aquela zona da nossa Região, mas também pela opinião de alguns académicos, alguns até já aqui referidos, mas sobretudo por quem conhece bem o mar.

Temos aqui, nesta sala, neste Parlamento, um picaroto que conhece muito bem o mar e cuja opinião é exatamente esta: tudo aquilo que lá está seria para sair e fazer em condições.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para este nosso ponto nº 2, pelo que vamos avançar na nossa ordem de trabalhos.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

**Deputado Berto Messias (PS):** Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

**Presidente:** É regimental. Voltamos às 4 e meia.

*Eram 15 horas e 55 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 50 minutos.*

Informo o plenário que ontem deu entrada um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que visa, sobre a mesma temática do Projeto de Resolução do PCP que consta no ponto 3 e 4 da nossa Agenda.

Desta forma, ficou decidido em Conferência de Líderes que, caso sejam aprovados os pedidos de urgência das duas iniciativas, ambos seriam discutidos em conjunto.

Para o efeito, os tempos que temos vindo a utilizar para a discussão do processo legislativo comum será ligeiramente diferente para essa discussão tendo cada grupo e representação parlamentar, assim como o Governo, mais 5 minutos.

Informo ainda que está a ser distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados uma proposta de substituição integral do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tal como foi usual na anterior legislatura, será sobre esta proposta de substituição que faremos a discussão e será efetivamente esta proposta de substituição integral que será votada.

Era só para terem em atenção este aspeto.

Assim, passamos de imediato para o ponto 3: **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 3/X - recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da ANA, S.A., e respetiva tutela para que tomem medidas no sentido de garantir a abertura do aeroporto de Santa Maria no período compreendido entre as 21.30h e as 24h**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para, ao abrigo do artigo 146º do Regimento, justificar a urgência do seu Projeto de Resolução.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do PCP foi apresentado passado alguns dias depois de ter aspirado um NOTAM que mantinha o horário de abertura do aeroporto de Santa Maria até às 24 horas.

Decorreram já alguns meses sobre a entrada desta iniciativa.

Hoje, neste plenário, é a primeira oportunidade que temos de o agendar e de eventualmente o discutir.

A urgência tem exatamente a ver com a necessidade de que o aeroporto de Santa Maria possa estar, em termos de abertura, capacitado para acolher todas as aeronaves que o desejarem durante o período em que normalmente tem estado aberto.

A importância da infraestrutura que estamos a falar e os prejuízos que daí advêm, até para a própria concessionária do aeroporto, mas também para o handling da SATA, para o pequeno comércio de Santa Maria, urge que nós, nesta câmara, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, possamos marcar posição, como já fizemos anteriormente, de modo a que o horário de abertura do aeroporto de Santa Maria possa ser alargado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM vai votar favoravelmente este pedido de urgência uma vez que o PCP o apresentou quando a questão era urgente. Continua a ser urgente, mas a conjuntura foi de uma resposta imediata à situação que foi colocada.

Nesse sentido terá o voto favorável do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação do pedido de urgência apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte de Moreira para apresentar o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 13/X – recomenda ao Governo da República que desenvolva todas as iniciativas da sua competência para a viabilização do aeroporto de Santa Maria como aeroporto de referência para escalas técnicas à aviação civil dos Açores e salvaguarde os legítimos interesses da região e das suas populações**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Penso que o pedido de urgência apresentado é claro, tanto mais que estamos em vias da assinatura do contrato de concessão, no âmbito da privatização da ANA, e a urgência de discutir este Projeto de Resolução, nesta casa, tem a ver precisamente com esse facto que se adivinha para muito breve.

Por isso nada mais tenho a acrescentar.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, passamos à votação do pedido de urgência apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovados ambos os pedidos de urgência, estamos em condições de iniciar o debate.

Para uma intervenção inicial tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa do PCP visa contribuir para que aquela infraestrutura, o aeroporto internacional de Santa Maria, possa ser devidamente valorizado e aproveitado.

Tem um enorme potencial. Basta olhar para os mapas de movimento, publicados pela empresa que tem concessionado aquele aeroporto, para se perceber da importância que ele tem para as escalas técnicas, para as aeronaves e para as companhias que atravessam o Atlântico Norte e que utilizam preferencialmente aquele aeroporto.

Entretanto, a administração da ANA, a empresa concessionária, tem vindo ao longo dos últimos anos a desvalorizar, ainda que não de uma forma clara, a importância do aeroporto de Santa Maria.

Isso verifica-se pela falta de investimento e também pela redução do horário de funcionamento.

Aliás, depois de ter expirado o NOTAM que reduziu o horário de funcionamento do aeroporto de Santa Maria para o período das 21.30h às 6.00 da manhã, passado algum tempo, foi emitido um outro NOTAM obrigando, ou informando, que a utilização do aeroporto para escalas técnicas deveria ser requerida até às 13 horas do dia anterior, criando assim mais dificuldades para as aeronaves, designadamente os voos particulares, os voos privados que atravessam o Atlântico Norte.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Fica-lhe bem defender os privados!

**O Orador:** Eu estou a defender o aeroporto de Santa Maria, Sr. Deputado.

Como se pode verificar, já este mês ultrapassaram-se as 40 escalas técnicas no aeroporto de Santa Maria. Hoje, estamos apenas no 17º dia do mês do janeiro.

Entretanto, e por via das imposições ou das restrições que a concessionária tem colocado ao aeroporto de Santa Maria, têm acontecido algumas situações no mínimo caricatas e que eu não posso deixar de referir aqui.

Relativamente à questão das escalas técnicas, recentemente, um avião da Força Aérea Portuguesa pediu para aterrar, para fazer uma escala técnica em Santa Maria, fora do horário de funcionamento, e essa autorização foi negada.

Entretanto, aquilo que foi dito ao piloto foi que declarasse se queria aterrar em Santa Maria.

O piloto considerou que não deveria declarar essa emergência e acabou por aterrar em Ponta Delgada, alguns minutos depois do aeroporto de Ponta Delgada estar encerrado.

Relativamente às questões dos investimentos ou da falta deles, dizer que recentemente também um avião da SATA AIR AÇORES estava já na cabeceira da pista para descolar quando falharam as luzes da pista.

Isto tudo e muito mais eu poderia acrescentar aqui àquilo que a concessionária tem vindo a fazer no sentido de desvalorizar aquele aeroporto, sabe-se lá com que objetivo.

Mas a verdade é esta:

O aeroporto de Santa Maria é importante, não só para Santa Maria, pelos postos de trabalhos diretos e indiretos que promove, é importante para a hotelaria e para a restauração daquele ilha, mas é importante também para a Região Autónoma dos Açores e é importante também no contexto nacional.

Aliás, o aeroporto de Santa Maria, sem nenhum desprimor para outras infraestruturas aeroportuárias existentes na Região, tem excelentes condições naturais para o serviço que presta.

Apesar de todos os avanços tecnológicos que houve, a verdade é que continua a ter muita procura para as escalas técnicas.

Infelizmente, a concessionária tem desvalorizado aquele aeroporto. Cabe à Região, cabe a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assumir a defesa do aeroporto de Santa Maria, assumir a defesa dos interesses dos marienses, assumir, no fundo, a defesa dos interesses dos Açores.

É isso e apenas isso que move a Representação Parlamentar do PCP ao apresentar este Projeto de Resolução.

Entretanto, entrou um outro Projeto de Resolução da autoria do Partido Socialista que ainda não percebemos muito bem (eu pelo menos não tive tempo de ver, porque entretanto estou a intervir) qual foi a última alteração que o Partido Socialista fez ao Projeto de Resolução. Esta é a terceira versão.

A segunda versão tive o cuidado de ler e verifiquei que as alterações até beneficiam o texto, designadamente porque acrescentam a salvaguarda dos postos de trabalho, no último ponto da parte resolutiva. Esta última, a terceira versão, ainda não tive oportunidade de ver qual é a alteração.

Em relação à proposta do Partido Socialista eu, no que diz respeito à parte resolutiva, subscrevo integralmente. Aliás, ela não só vai ao encontro daquilo que é a pretensão do Projeto de Resolução do PCP, como até, porque já passou mais tempo, alarga o âmbito.

O PCP não tem dúvidas nenhuma em dar o seu voto favorável ao Projeto de Resolução que o Partido Socialista apresentou.

Mas há aqui algumas questões que têm que ficar claras e que as açorianas e os açorianos têm que perceber e muito em particular os marienses.

A questão é a seguinte:

O Partido Socialista ao apresentar este Projeto de Resolução, para já, acho que foi lamentável todo o processo, porque foi transformar a defesa dos interesses dos marienses numa luta partidária.

Não se estão a colocar aqui os interesses dos marienses à frente, mas a procurar, designadamente por via dos Deputados do Partido Socialista eleitos por Santa Maria, um protagonismo, que é legítimo, mas que os marienses têm que perceber que é lamentável este parasitismo que o Deputado Duarte Moreira e a Deputada Bárbara Chaves são useiros e vezeiros, porque não só vêm atrás da iniciativa de uma representação parlamentar que tem um Deputado, e que em determinada altura, exatamente na altura em que foi preciso tomar posição tomou (vêm atrás disso!) ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... assim como fizeram um aproveitamento da manifestação popular que foi feita em Santa Maria.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** É verdade, sim senhor!

**O Orador:** Agora vêm parasitar...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso mesmo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que vergonha!

**O Orador:** ... a tomada de posição que o Grupo de Trabalho e o conselho de Ilha de Santa Maria fizeram.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** O trabalho do Deputado Duarte Moreira, o trabalho da Deputada Bárbara Chaves, é zero!

Isto chama-se parasitar!

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que tenha atenção às palavras utilizadas.

**O Orador:** A liturgia regimental não permite o termo parasitar?

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não senhor! O senhor não sabe o que é um parasita?

**O Orador:** Não?!

**Presidente:** Sr. Deputado, apenas apelei à sua moderação, nada mais.

**O Orador:** Depois explico-lhe. Posso até lhe chamar de rémora, não à senhora, mas aos seus colegas.

**Presidente:** Sr. Deputado, pode continuar.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Chamar o quê?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Rémora, Sra. Deputada! Não sabe o que é?

**O Orador:** Rémora!

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Ah! Fica um bocadinho diferente!

**O Orador:** Continuando. Este tipo de procedimento é lamentável.

Mas, quer o Deputado do PCP, individualmente, quer o PCP, como põem à frente dos seus interesses os interesses das populações...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... neste caso, o interesse dos marienses, e o interesse de todos os açorianos, a Representação Parlamentar do PCP, porque considera que a parte resolutiva do Projeto de Resolução que é apresentado pelo Partido Socialista é mais abrangente e concorda com ela, não concorda é com o procedimento, anuncia aqui que vai retirar o seu Projeto de Resolução e vai votar favoravelmente o Projeto de Resolução do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Que lição!

**Deputado Francisco César (PS):** Por que é que não fez isso na urgência?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já lá vamos!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

**Deputado Berto Messias (PS):** Para um protesto, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Lamento ter de usar esta figura regimental, mas tendo em conta os termos e o registo utilizado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires não posso, em nome desta bancada, deixar de protestar por aquilo que foi aqui dito...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ele não se referiu à bancada!

**O Orador:** ... sobre dois colegas desta bancada, ...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** ... pela forma como desempenham as suas funções.

Recordo que estes Srs. Deputados foram eleitos pelo povo de Santa Maria e pelos açorianos.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, para protestar relativamente a este registo.

Também para registar que, tendo em conta o registo do Sr. Deputado do Partido Comunista, parece-nos que tem algumas disfunções democráticas porque, pura e simplesmente, parece discordar do facto do PS ter usado dos instrumentos regimentais e democráticos que estavam ao seu dispor para apresentar uma proposta em defesa dos nossos concidadãos da Ilha de Santa Maria.

Para terminar, dizer-lhe também que esta bancada, com toda a humildade que sempre teve e continuará a ter na atividade política, neste Parlamento e fora dele, não aceita, nem aceitará, de si, nem de nenhum deputado desta casa, qualquer lição de democracia e de cumprimento dos mais básicos princípios democráticos.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra para um contraprotesto?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Com certeza, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Bastarão apenas 30 segundos.

Apenas para reiterar tudo aquilo que afirmei e contestar a acusação que o líder da bancada parlamentar do Partido Socialista me colocou.

Falta de democracia só mesmo dentro da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, não queria voltar a protestar!

**O Orador:** Aí, sim. Essas acusações são remetidas à procedência.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Berto Messias (PS):** Lamento o registo e a falta de humildade democrática!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira para apresentar o **Projeto de Resolução n.º 13/X**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

### **Projeto de Resolução**

Em 1944 os Estados Unidos da América, com a colaboração de técnicos Portugueses, construíram aquele que é ainda hoje considerado o “Porta Avião” fixo do meio do Atlântico, com o objetivo de fornecer apoio logístico aos Aliados, durante a II Guerra Mundial.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso foi excessivo!

**O Orador:** No Ano de 1946 aquela infraestrutura foi entregue à administração Portuguesa, sob gestão da então Direção Geral da Aviação Civil, deixando todo

o equipamento e infraestruturas, imprescindíveis para a aviação comercial, tendo o Aeroporto sido certificado para receber tráfego aéreo civil.

Durante as décadas de 50 e 60, Santa Maria conheceu um desenvolvimento impar na Região, sendo considerada na altura a “América Pequeninina”, situação da exclusiva responsabilidade da atividade do Aeroporto,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso era no tempo de Salazar!

**O Orador:** ... que serviu de apoio a todas as aeronaves que atravessavam o Atlântico, entre a América e a Europa. Santa Maria chega a ter, nesta altura, cerca de 13000 habitantes.

Com a evolução tecnológica ocorrida a partir da década de 60 do século XX, as aeronaves viram aumentada a sua autonomia de voo, deixando de necessitar de tantos reabastecimentos, com a conseqüente diminuição da importância do Aeroporto de Santa Maria, que, mesmo assim, manteve uma atividade significativa durante os anos de 70 e 80 do mesmo século.

No ano de 1978 foi constituída a ANA EP, a quem foi concedida a gestão e administração de diversos Aeroportos regionais, nomeadamente os das Flores, Horta, Ponta Delgada e de Santa Maria, tendo, este último e nessa data, iniciado um contínuo e gradual abandono das suas infraestruturas, afetas e não afetas às operações aeroportuárias.

Em 1980, por decisão do Governo Regional de então, da responsabilidade do PSD, ocorre uma alteração profunda na política aérea dos Açores, deixando o Aeroporto de Santa Maria de servir de “Placa Giratória” do Arquipélago, numa decisão que acentuou ainda mais a perda de importância deste Aeroporto, o que ainda hoje se faz sentir, com as conseqüentes implicações ao nível da sua economia.

Com a diminuição da importância do Aeroporto para apoio à aviação civil, Santa Maria vira-se então para os seus serviços de controlo de tráfego aéreo, ocorrendo a separação dos serviços aeroportuários e navegação aérea, estes

também ameaçados pelo governo central da altura, que planeava centralizar essas funções em Lisboa. A situação ficaria, no entanto, definida pelo então Primeiro-Ministro António Guterres que, em 1996, decide pela permanência do Centro de Controlo Oceânico na ilha, implementado o designado “Projeto NAV II”.

Não obstante o incompreensível abandono com que a ANA SA. votou o Aeroporto de Santa Maria, este continuou, durante os últimos 20 anos, a prestar inúmeros serviços de apoio a escalas técnicas aos voos transatlânticos e, ao contrário do que se quer fazer crer, este negócio encontrou, a partir do início deste século, um novo mercado, nomeadamente o dos voos privados, de pequenas aeronaves em voos de negócios ou de turismo, situação que tem vindo a aumentar.

A 15 de Junho de 2010, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova o Plano Regional do Ordenamento do Território, que aponta para a valorização do Aeroporto de Santa Maria como o Aeroporto de referência para as escalas técnicas nos Açores.

Em dezembro último é privatizada a empresa ANA SA., tendo sido adjudicada à empresa francesa Vinci a gestão dos Aeroportos Portugueses, incluindo os da Região Autónoma dos Açores e cujo procedimento se encontra atualmente em fase de definição e assinatura do contrato de concessão à nova entidade privada. Pela importância que os Aeroportos e Aeródromos das Flores, Horta, Ponta Delgada e Santa Maria têm para os açorianos e para a economia regional, em termos globais;

Atendendo às potencialidades que o Aeroporto de Santa Maria possui para o desenvolvimento e incremento de escalas técnicas, sendo considerado um dos mais seguros Aeroportos do mundo e ser o único Aeroporto dos Açores que, face às atuais contingências e legislação em vigor, não possui qualquer restrição

à sua operacionalidade diurna e noturna, facto que não deve ser desaproveitado e que muitos países ou regiões gostariam de ter;

Tendo em conta a importância económica e social do Aeroporto de Santa Maria para a ilha, bem como a dependência que ainda existe na economia local;

Considera-se de relevante importância que esta Assembleia tome posição sobre a questão da gestão dos Aeroportos e Aeródromos dos Açores, exigindo às entidades competentes a tomada de iniciativas que viabilizem os Aeroportos da Região, em concreto, o Aeroporto Internacional de Santa Maria, que tem sido alvo de um profundo desinvestimento por parte da empresa ANA. SA, que até à data gere esse Aeroporto, face ao cenário de privatização.

Não pode esta Assembleia ignorar o facto de a empresa ANA, SA. que gere 4 Aeroportos regionais e que nem sempre tem igual tratamento para com todas as infraestruturas, bem como não pode deixar passar a necessidade de se salvaguardar os interesses da Região, atendendo à sua especificidade insular e arquipelágica, como aliás tem vindo a ser reiterado pelo Governo dos Açores e por esta Assembleia, junto das Entidades Nacionais.

Não pode esta Assembleia deixar de lamentar o facto de o Governo da República não ter solicitado formalmente parecer aos Órgãos Próprios da Região, numa matéria que é de capital importância para a coesão nacional e regional e para o desenvolvimento económico e social dos Açores, com particular incidência em algumas ilhas, numa clara violação dos termos da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea i) do artigo 34º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo da República que desenvolva todas as diligências necessárias para que, no âmbito do novo contrato de concessão resultante da privatização da ANA SA., garanta que a nova empresa:**

**1. Tome as medidas necessárias para a salvaguarda das capacidades do Aeroporto de Santa Maria para escalas técnicas do Atlântico Norte, conforme consta do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA);**

**2. Aplique, no Aeroporto de Santa Maria, um horário de funcionamento de 24 horas diárias;**

**3. Mantenha, durante todo o horário de funcionamento, a categoria CAT VI, com possibilidade de passagem célere para a categoria CAT IX, sempre que solicitado pelas companhias de aviação que pretendam escalar o Aeroporto de Santa Maria;**

**4. Implemente todos os investimentos previstos e necessários à manutenção e segurança do Aeroporto de Santa Maria, nomeadamente:**

**a) Repavimentação das pistas e taxiway;**

**b) Instalação da nova iluminação das pistas;**

**c) Proceda à substituição da vedação do perímetro do Aeroporto;**

**d) Promova a manutenção, requalificação e modernização da Aerogare.**

**5. Salvaguarde os interesses dos Açores e dos Açorianos, no que concerne ao não aumento das taxas aeroportuárias, à manutenção e melhoria da operacionalidade das infraestruturas, bem como à qualidade do serviço prestados nos Aeroportos e Aeródromos concessionados e que fique garantida a salvaguarda dos atuais postos de trabalho.**

Horta, Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2013.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar início ao debate.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

**Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores vai votar favoravelmente esta proposta de Resolução por entender que ela vem complementar os esforços que têm sido feitos por diversas entidades, desde o Governo Regional, a Câmara Municipal de Vila do Porto, Conselho de Ilha e diversas outras entidades e do próprio PSD/Açores, para que esta situação seja resolvida em benefício dos marienses e também dos Açores.

Nós consideramos o Aeroporto de Santa Maria uma infraestrutura fundamental para a economia da ilha. Mas também sabemos que as dificuldades que tem enfrentado não são de agora e que este problema começou bem antes.

E se é verdade que estamos contra o encerramento noturno, também estamos contra o processo de abandono a que foi votado na última década pelo Governo da República. Sabemos que agora é mais fácil ao Governo dos Açores protestar contra o Governo da República...

Por isso, convém salientar que se os protestos que agora se fazem ouvir com mais veemência tivessem começado a ser feitos em tempo útil, por exemplo, nas muitas vezes que trouxemos esse problema aqui à Assembleia e fomos desconsiderados pelo Governo Regional, talvez agora não fosse necessário este debate.

Nós somos pelos Açores. Fomos contra o abandono a que os diversos Governos da República do PS votaram o aeroporto de Santa Maria, e somos também contra o seu encerramento noturno agora. Não mudámos de opinião nem ficamos mais críticos subitamente.

Quero recordar, que devido à ação de vários intervenientes, e em relação a este problema, já foram feitos alguns progressos, nomeadamente na

redução dos tempos de aviso prévio para escalas a decorrer durante o período da noite.

Mas para nós, PSD/Açores, a solução não nos deixa satisfeitos já que ela resolve alguns problemas, mas não resolve os problemas todos. Que fique bem claro: o PSD-Açores não tem como seu objetivo político atacar nem o Governo Regional nem o Governo da República. O PSD-Açores tem como sua grande preocupação a defesa dos interesses dos açorianos.

Neste caso, o contributo do Aeroporto de Santa Maria para a economia de Santa Maria e da Região vai merecer sempre a dedicação e o empenho do PSD-Açores. Esteja o PSD no Governo ou na Oposição. Primeiro estarão sempre os marienses.

Em 2009 – é bom recordar – o Governo Regional assumiu que pagaria à empresa ANA 800.000 euros para manter o aeroporto de Santa Maria aberto. Coisa que nunca aconteceu.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** A sério?!

**O Orador:** Prometeu-se mas não se cumpriu. São águas passadas! Sim. Mas é bom que os marienses conheçam a verdade.

Quanto ao Projeto de Resolução aqui e agora apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, queria demonstrar a minha satisfação por ver que o Parecer, aprovado por unanimidade no Conselho de Ilha de Santa Maria, foi muito bem aproveitado e que merecerá certamente e de novo a nossa total adesão.

Estamos, por isso, e reforçamos agora com o nosso voto favorável, totalmente disponíveis para continuar a trabalhar na defesa da abertura do aeroporto de Santa Maria normalmente durante o período noturno.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É curioso, sendo o Partido Socialista governo dos Açores há 16 anos, ainda hoje se possa ler o seguinte neste Projeto de Resolução:

“Tendo em conta a importância económica e social do Aeroporto de Santa Maria para a ilha, bem como a dependência que ainda existe na economia local.”

A questão até é mais ampla:

O modelo de desenvolvimento dos Açores, implementado pelo Partido Socialista, falhou e os senhores estão a reconhecê-lo.

Os senhores que vilipendiam o Governo da República estão sempre de mão estendida e a pedinchar.

Esta não é uma função do Estado.

Sr. Deputado, relativamente àquele investimento que os senhores fizeram para a formação de pilotos de Santa Maria, gostaria de saber quantos treinos houve em Santa Maria desde que puseram lá aquele centro de treinos da SATA?

Quantos postos de trabalho foram criados para contrariar essa situação?

Que desenvolvimento económico deu aquela infraestrutura que os senhores têm lá, com umas escadinhas da Lego e outras coisas parecidas, à ilha de Santa Maria?

É a isto que os senhores têm que responder.

Sr. Deputado Duarte Moreira, pergunto-lhe:

O Partido Socialista (não quero naturalmente ofender ninguém, muito menos os Srs. Deputados) andou hibernado? Hibernaram durante algum tempo? Desde 2010 para cá, para não ir mais atrás?

Sr. Deputado, há quanto tempo é que é preciso repavimentar as pistas e o *taxiway*? De há um ano para cá?

Há quanto tempo é necessário a nova instalação da iluminação da pista? Foi há um ano para cá?

Há quanto tempo é preciso substituir a vedação do perímetro do aeroporto? Foi há um ano para cá?

Há quanto tempo é precisa a manutenção, requalificação e modernização da aerogare? Foi há um ano para cá?

Os senhores mais uma vez aqui têm dois pesos e duas medidas. Têm um comportamento quando a travessia do Atlântico é rosa e têm outro comportamento quando muda de cor.

Isso é lamentável!

Quando os senhores inscreveram no PROTA, que nós votámos contra, que era preciso valorizar (e bem, eu concordo) o aeroporto de Santa Maria para as escalas técnicas, pergunto:

A caminho de três anos o que é que os senhores fizeram para isso? Zero! Nada! Agora vêm, no mais puro e cristalino exercício de demagogia, com esta proposta. Vêm com obras que deviam ter sido feitas há tempos.

Os senhores deram parecer e opinião sobre o Memorando da Troika. Os senhores estiveram nas negociações onde este assunto da privatização da ANA foi discutido e colocado. O Governo dos Açores foi consultado sobre essa matéria, sobre o Memorando da Troika.

Os senhores acautelaram alguma coisa sobre isso?

É agora que os senhores vêm pôr as mãos à cabeça? Vêm tarde, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Não vou entrar nos outros pormenores. Aliás, devo dizer que, este Projeto de Resolução, foi uma ultrapassem irregular, pela esquerda, ao Sr. Deputado Aníbal Pires. Isso fica feio a um partido da maioria, a um partido de Governo que não tinha nenhuma necessidade de vir apresentar um Projeto exatamente igual ao do Partido Comunista, que já apresentou há dois meses, mas os senhores vêm, para não referir outros aspetos que foram aqui referidos, apresentá-lo.

A pergunta é esta: o que vai fazer o Governo dos Açores para desenvolver Santa Maria?

Responda-me ao impacto que teve.

Quantos pilotos já fizeram treino em Santa Maria?

**Deputado Francisco César (PS):** Está a questionar o Sr. Deputado?

**O Orador:** Estou sim senhor. É Deputado por Santa Maria.

**Deputado Francisco César (PS):** Ele não tem que saber esse tipo de informação!

**O Orador:** Ou então responda o Governo, já agora, se o Sr. Deputado não quiser responder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estava preparada para debater dois projetos em conjunto. Agora vou sintetizar mais, atendendo apenas ao Projeto de Resolução, por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que recomenda ao Governo da República que desenvolva todas as diligências necessárias para que, no âmbito do novo contrato de concessão resultante da privatização da ANA, sejam salvaguardados

os legítimos interesses da Região e das suas populações nomeadamente, questão central nesta iniciativa, bem como naquela que acabou de ser retirada por iniciativa do PCP, a viabilização do aeroporto de Santa Maria para escalas técnicas do Atlântico Norte, conforme consta do PROTA, com um horário de funcionamento de 24 horas diárias e com a implementação de todos os investimentos previstos e necessários à manutenção e segurança do referido aeroporto.

Esta ou estas pretensões, enunciadas neste Projeto de Resolução, pretensões mais do que legítimas absolutamente justificadas, obrigam-nos a retomar um tema já objeto de debate e até de tomada de posição por este Parlamento que é a privatização da ANA.

A privatização da ANA é, para o Bloco de Esquerda, um crime: um crime contra o país, um crime contra as finanças públicas e um crime contra os Açores.

É contra o país, porque a ANA é uma empresa estratégica, detentora de infraestruturas essenciais, as quais entre outras coisas, assumem um papel de coesão do próprio país.

Aliená-la é ferir profundamente a soberania nacional.

É contra as finanças públicas porque a ANA é uma empresa rentável, com uma situação financeira equilibrada, sendo ela própria um contribuinte líquido para os cofres do Estado.

É um crime contra os Açores porque no quadro existente dos aeroportos da ANA, os dos Açores, Flores, Horta, Ponta Delgada e Santa Maria, sendo necessários, usufruíram, e bem, até ao momento, da coesão nacional, assegurada por esta empresa, situação que dificilmente será assegurada, mesmo com medidas cautelares, pela empresa francesa Vinci.

Importa lembrar que neste crime contra o país e a favor de grupos financeiros estrangeiros estão irmanados o PS e o PSD, porque muito antes da chegada da

Troika haviam os PEC's e nos PEC's já estava prevista a privatização de várias empresas, entre elas a ANA.

A privatização clandestina da ANA, neste momento em curso, coloca hoje muitas dúvidas sobre o real alcance das negociações, bem como sobre as reais consequências para o país e, em particular, para os Açores.

Quando digo clandestina, é porque ela é mesmo clandestina, porque não há ninguém que conheça no nosso país nem a Assembleia da República, nem a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e persinto (presumo!) que nem o Governo Regional dos Açores sabe quais são os contornos claros deste negócio e o respetivo caderno de encargos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É público!

**A Oradora:** Não é não.

É, pois, absolutamente urgente que esta casa, assim como todo o país, conheça em pormenor o articulado do acordo firmado entre o Governo da República e a empresa Vinci.

É, aliás, uma sugestão que deixo ao Governo Regional no sentido de providenciar esta informação e caso também ainda não a conheça, o que não estranharia, a exija junto do Governo da República o mais rapidamente possível.

Este Projeto de Resolução, com o qual estamos inteiramente de acordo, insere-se também numa temática que há muito vimos reclamando, que seja elaborado um estudo sério quanto ao aproveitamento económico da posição geoestratégica dos Açores...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Pois é!...

**A Oradora:** ... nomeadamente ao nível da aviação civil.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Bem-vinda ao clube!

**A Oradora:** Sendo urgente no presente momento batalhar pela defesa das valências do aeroporto de Santa Maria, é igualmente urgente olhar, sem tabus,

para novas valências económicas a desenvolver nos Açores com o contributo insubstituível e precioso das potencialidades deste mesmo aeroporto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De seguida vou colocar uma questão mais específica que tem a ver com o facto deste Projeto de Resolução não ter sido discutido, obviamente, em sede de comissão. Nesse sentido, a questão que coloco ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista é a seguinte:

No 3º parágrafo do Projeto de Resolução é referenciado o seguinte:

“Não obstante o incompreensível abandono com que a ANA SA. votou o Aeroporto de Santa Maria, este continuou, durante os últimos 20 anos, a prestar inúmeros serviços de apoio a escalas técnicas aos voos transatlânticos e, ao contrário do que se quer fazer crer, este negócio encontrou, a partir do início deste século, um novo mercado, nomeadamente o dos voos privados, de pequenas aeronaves em voos de negócios ou de turismo, situação que tem vindo a aumentar.”

A questão que eu coloco ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista é para referenciar estas escalas técnicas, a sua evolução ao longo dos últimos 5 anos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que estão em análise neste Projeto de Resolução, nesta temática oportuna e adequada na modesta opinião do Governo, há alguns aspetos e algumas afirmações que me parece importante clarificar.

Em primeiro lugar, não corresponde à verdade que o Governo tenha qualquer dívida para com a ANA, a propósito do aeroporto de Santa Maria. Essa informação não é correta.

O Governo Regional, em devido tempo, manifestou disponibilidade para participar no processo que a ANA entendesse, tendo em vista o apuramento de qual o quantitativo, de qual o montante que derivaria do prolongamento do funcionamento. Manifestou essa possibilidade, quer em termos políticos, quer indicando concretamente qual seria o interlocutor do Governo Regional para trabalhar nesta questão.

As Sras. e os Srs. Deputados tiveram alguma resposta?

Pois foi a mesma coisa que o Governo teve.

Portanto, não é correto afirmar-se que o Governo tem ou teve, ou melhor dizendo, que a Região tem ou teve qualquer dívida à ANA a este propósito.

Como não é correto afirmar-se que nesta questão do aeroporto de Santa Maria o Governo Regional tenha, ou por essa via se queira insinuar, que foram tomadas as decisões que foram relativamente ao aeroporto de Santa Maria, porque haveria qualquer dívida. Isso não é verdade.

O que se passou foi disponibilidade para apurar o montante, para participar num processo que apurasse esse montante, indicação do interlocutor que da nossa parte trabalharia nesse processo e a ausência de resposta da parte da ANA relativamente a este processo.

Segunda questão que me parece importante também realçar:

O Governo Regional já tomou diversas posições públicas relativamente às questões da redução do horário de funcionamento do aeroporto de Santa Maria. Dispenso-me de neste momento e neste fórum as referir exaustivamente.

Há, contudo, um aspeto que me parece importante que esteja presente.

A redução do horário de funcionamento do aeroporto de Santa Maria não pode, nem deve ser ligado, nem à questão da privatização da ANA, nem muito menos à questão do Memorando de Entendimento da Troika.

Dizer que uma coisa está relacionada com a outra poderia até levar a pensar que era inevitável e imprescindível que, por virtude de uma ou outra matéria, ocorra essa redução de funcionamento.

O que eu gostaria também de transmitir à câmara é que o Governo foi ouvido pelo Governo da República e deu o seu parecer relativamente ao caderno de encargos da privatização da ANA.

O Governo Regional não foi ouvido pelo Governo da República relativamente ao contrato de concessão entre o Governo da República e a ANA.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas foi a ANA!

**O Orador:** Isso foi dito por mim anteriormente. Não é a primeira vez que o estou a dizer.

O aspeto fundamental aqui, é que é o contrato de concessão entre o Governo da República e a ANA que tem uma importância decisiva nesta matéria.

Não obstante não nos ter sido solicitado qualquer parecer, qualquer consulta, como em minha opinião e na opinião do Governo era obrigação do Governo da República, o Governo Regional pronunciou-se por sua iniciativa relativamente à questão do contrato de concessão, alertando exatamente, no caso de Santa Maria, para os aspetos, para a importância e para a necessidade de se ter em conta a dinamização daquela infraestrutura.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Segunda parte da questão:

O Governo Regional está de braços cruzados à espera que o Governo da República ou a ANA façam alguma coisa por Santa Maria?

Não, não está!

Não está e reafirma aqui aquilo que disse no processo de campanha eleitoral em Santa Maria. Reafirma a sua convicção quanto ao potencial que o aeroporto de Santa Maria apresenta para a dinamização da economia da Ilha.

Foi exatamente isso que o Governo Regional fez, com a orientação dada ao Grupo SATA para instalar na ilha de Santa Maria o Centro de Formação Aeronáutica dos Açores.

Não é apenas um centro de treino para pilotos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**O Orador:** ... não é sequer até, na aceção que se poderia entender da parte do Deputado Artur Lima, um centro de treino para pilotos, porque não obstante haver treinos de voos base em Santa Maria, e por essa via se poder dizer que há treinos de pilotos em Santa Maria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas não foi isso que os senhores disseram!

**O Orador:** ... – disseram nesta aceção e isso foi sempre clarificado, que eram treinos de voos base – Santa Maria não tem um simulador de voo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**O Orador:** Poderá vir a ter, mas neste momento não tem um simulador de voo. Não me desviando do essencial, o essencial é saber o que é que o Governo Regional tem feito para, dentro daquilo que são as suas possibilidades, aproveitar o potencial que Santa Maria encerra no domínio aeroportuário? Demos orientação à SATA para instalar o Centro de Formação Aeronáutica dos Açores.

Neste momento já foi dada formação a cerca de 400 elementos, a pessoal...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Da SATA!

**O Orador:** ... da SATA.

Deslocaram-se a Santa Maria cerca de 20 pilotos para o treino de voo base.

Isso equivale – é o dado concreto que tenho para lhe dar, Sr. Deputado Artur Lima, não tenho muitos mais dados concretos – no período de setembro a

dezembro, se quisermos considerar só e exclusivamente o número de dormidas em Santa Maria, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah!

**O Orador:** ... a cerca de 1800 dormidas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Demonstrou e muito bem!

**O Orador:** Não se esgota, como é óbvio no número de dormidas, o impacto económico que o Centro de Formação Aeronáutica tem.

Um aspeto, já agora a título de curiosidade, que trago a esta câmara e acho que é até um motivo de orgulho (ou deve ser pelo menos, eu pelo menos sinto-me orgulhoso disso) os “mock-up” que foram construídos no Centro de Formação Aeronáutica dos Açores, foram construídos na sua maioria, sabe aonde?

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em Santa Maria. Veja lá! Até Santa Maria tem a capacidade para construir “mock-up” para um Centro de Treino e Centro de Formação.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso não é novidade! Toda a gente sabe!

**O Orador:** Se quiser considerar: então o impacto económico foi a construção de dois “mock-up” em Santa Maria?

O que é um “mock-up”?

“Mock-up” é a estrutura do avião que serve para o treino.

Mas então Santa Maria tem capacidade? É isso o grande impacto económico?

Não, não é!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quanto é que custou os “mock-up”?

**O Orador:** O investimento total no Centro de Formação Aeronáutica dos Açores foi 750 mil euros.

Isso dá bem nota da importância e da forma como o Governo Regional encarou esse investimento e como está a encarar a sua formação: aproveitar ao máximo aquilo que são os recursos e a possibilidade da própria Ilha de Santa Maria contribuir para a sua afirmação nesse domínio.

Da parte do Governo dos Açores não restem dúvidas: nós acreditamos no potencial que a Ilha de Santa Maria encerra no domínio das estruturas aeroportuárias e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que isso se concretize.

É suficiente?

Não, não é suficiente!

Mas naquilo que é a nossa capacidade faremos tudo o que estiver ao nosso alcance.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra?

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental. Regressamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 46 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 17 minutos.*

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(\*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, relativamente à dívida da Região à ANA, quero esclarecer e relembrar que foi o Vice-Presidente do Governo Regional da altura, que por coincidência é o mesmo Vice-Presidente do seu atual Governo, que no jantar, em 2009, perante 7 autarcas recentemente eleitos pelo Partido Social Democrata, disse publicamente que a Região tinha assumido com a ANA o pagamento do diferencial para manter o aeroporto de Santa Maria aberto, porque havia saído um NOTAM em 2006, e depois em 2008, que dava o encerramento para as 21.30h.

Portanto, se houve aqui algum mal-entendido não foi da minha parte. É um mal-entendido que circula na via pública.

Também sei (tenho conhecimento e V. Exa. também deve ter) que a ANA, em 2009, passou duas faturas ao Governo Regional no valor de 800 mil euros. Passados alguns anos, por falta de pagamento e por outros motivos que não posso explicar porque não sei, não tenho conhecimento, essas faturas foram anuladas.

Sei também que na altura foi constituído um grupo de trabalho para manter o aeroporto de Santa Maria aberto. Este grupo de trabalho, até a este momento, não deu qualquer resultado positivo, ou até negativo. Acho que ele nunca existiu.

Relativamente ao aeroporto de Santa Maria, é lamentável que cada vez que o NOTAM não é renovado, que seja notícia.

Este problema do aeroporto de Santa Maria não é um problema recente, não é um problema de pré-nascimento. É um problema com alguma idade, com alguma maturidade.

Lamento que durante os 16 anos do Governo Socialista dos Açores não se tenham dedicado/empenhado para resolver de uma vez e de uma forma definitiva a manutenção do horário de encerramento do aeroporto.

Cada vez que há um NOTAM é que se lembram que Santa Maria e o aeroporto existem.

Gostaria, por fim, de perguntar ao Sr. Presidente do Governo Regional por que é que (diria também que é a preocupação ou a dúvida de muitos marienses ou de quase todos os marienses) não se viu o mesmo empenho do Sr. Presidente do Governo Regional a defender o aeroporto de Santa Maria, a manutenção do seu horário até às 24 horas, como se viu a defender o problema da Base das Lajes?

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Domingos Cunha (PS):** Oh, Sra. Deputada!

**A Oradora:** É que o impacto relativo ao encerramento do aeroporto de Santa Maria é muito comparável ao dos problemas recentes na Base das Lajes, na Ilha Terceira.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Aida Amaral, antes de lhe tentar dar a resposta que me pede ou à pergunta que me faz, eu gostaria de clarificar aqui alguns aspetos relativamente à questão da audição do Governo, para que não restem dúvidas e para que todos nós estejamos a trabalhar em termos seguros e com a verdade.

O contrato de concessão foi enviado ao Governo Regional para conhecimento na sequência de um pedido, via telefone, do Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes ao gabinete do Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Organizando cronologicamente a questão de outra forma: foi feito um contato, via telefone, pelo Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes ao Gabinete do Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para

enviar o contrato de concessão, porque a Região queria conhecer o contrato de concessão.

Penso que o contrato de concessão foi enviado no dia 12 de dezembro, senão me falha a memória, para conhecimento. No dia 21 dezembro, o Governo Regional respondeu dizendo que isso não configurava um pedido de parecer, nem um pedido de audição pelo procedimento, explanando um conjunto de questões relativamente a todo o contrato e naquilo que releva para esta nossa discussão, em particular, relativamente ao aeroporto de Santa Maria, nomeadamente as referências que se faziam na página 28 e na página 84 desse contrato de concessão.

Fica assim esclarecido, julgo eu, os termos em que se processou a troca de informação entre o Governo dos Açores e o Governo da República.

Primeiro: não houve pedido de parecer;

Segundo: a Região só teve conhecimento do contrato, porque pediu para ter conhecimento do contrato.

Em relação às questões que foram colocadas pela Sra. Deputada Aida Amaral, em primeiro lugar, o Sr. Vice-Presidente do Governo não é por coincidência Vice-Presidente do Governo. É, porque eu entendi que ele desenvolvia bem o seu trabalho nesse cargo. Não é uma coincidência.

Em segundo lugar, gostava de lhe dizer o seguinte:

O que foi assumido pelo anterior Governo Regional foi aquilo que lhe afirmei.

Repare, se Sra. Deputada Aida Amaral disser: “Sr. Deputado Aníbal Pires, eu estou disposta a compartilhar numa despesa com o seu relógio”, por exemplo.

Se o Sr. Deputado Aníbal Pires nunca lhe disser “olhe, o valor do meu relógio é x, a senhora poderá compartilhar em y”, a senhora nunca pode saber quanto é que tem a pagar.

A questão dos 800 mil euros. A Sra. Deputada deu a resposta à sua questão quando disse que essas faturas foram anuladas.

Portanto, reafirmo aquilo que disse anteriormente.

Não há qualquer valor em dívida do Governo Regional à ANA. O Governo Regional disponibilizou-se para participar no processo de apuramento dos custos e esse processo nunca se desenvolveu. Portanto, não é correto dizer que o Governo tem ou teve qualquer dívida em relação ao aeroporto de Santa Maria ou em relação à ANA.

Quanto à questão do empenho do Presidente do Governo, acho esse caminho, Sra. Deputada, perigoso, muito perigoso. Não quero entrar nesse caminho.

De qualquer das formas o que lhe posso dizer é o seguinte: o Governo Regional está totalmente empenhado em relação ao aeroporto de Santa Maria, como está totalmente empenhado em relação ao aeroporto de Ponta Delgada, como está totalmente empenhado em relação ao aeroporto da Horta e ao aeroporto das Flores, da mesma forma que está totalmente empenhado em relação à questão da Base das Lajes ou a qualquer outra questão que relacionada com o Governo da República, ou não relacionada com o Governo da República, exija esse tipo de comportamento e empenhamento.

A questão de Santa Maria não se resolve à custa da Base das Lajes, nem a Base das Lajes se resolve à custa da questão de Santa Maria. É isso que tenho para lhe responder, esperando ter sido suficientemente claro, quer quanto ao perigo que essa forma de abordar a questão encerra, quer também quanto ao empenho do Governo em todo este assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, permita-me que comece aqui, uma vez que me foram feitas várias referências elogiosas por alguns Srs. Deputados e colocadas algumas questões – obviamente que não irei responder àquelas questões que me foram colocadas e que o Sr. Presidente, muito bem e melhor do que eu, já respondeu – por aquilo que disse o Sr. Deputado Artur Lima.

Duas observações e uma questão.

Primeira observação: ficava-lhe bem que de vez enquanto, mas só de vez enquanto, defendesse mais os Açores e os açorianos em vez de defender o seu Governo da República.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Segunda referência: perguntar o que é que o CDS-PP já fez na Região para defender Santa Maria, os marienses e o aeroporto de Santa Maria?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Antes do senhor aí estar!

**O Orador:** Terceira questão: tem a ver com aquilo que estamos aqui a discutir. Tem a ver com o Projeto de Resolução que defende Santa Maria, o aeroporto de Santa Maria e os aeroportos da Região que são geridos atualmente pela ANA, SA e que estão no âmbito da privatização que o senhor não disse absolutamente nada, se concorda, se discorda ou o que é que lhe vai na alma relativamente a esta iniciativa.

Relativamente a uma questão que já foi esclarecida também pelo Sr. Presidente, só como complemento gostaria de referir o seguinte:

Sra. Deputada Aida, de facto, em Santa Maria foi possível (e isto também responde um pouco a algumas observações que foram feitas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires), no âmbito do Conselho de Ilha, reunir consensos na defesa do aeroporto de Santa Maria.

Relembro uma reunião, tida na Câmara Municipal de Vila do Porto, em que o Sr. Presidente da Câmara sugeriu a deslocação de três pessoas a Lisboa para reunir com o Sr. Secretário de Estado e com a Administração da ANA,

nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente do Conselho de Ilha. Sugerir, a expensas próprias, dizendo que estávamos todos a trabalhar para a defesa do aeroporto de Santa Maria, integrar-me nessa deslocação a Lisboa.

Essa deslocação ocorreu.

Estivemos nos dias 28 e 29 de novembro em Lisboa. A Sra. Deputada Aida não pôde (eu sei que não pôde) estar presente por motivos justificados. Mas juntou-se também a Deputada Bárbara.

Estivemos 5 pessoas reunidas em Lisboa, na Assembleia da República, com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, e estivemos reunidos com a administração da ANA, no aeroporto de Lisboa.

Tanto numa reunião como na outra, atendendo a essa alegada dívida de 800 mil euros, foi por mim perguntado, quer ao Sr. Secretário de Estado, quer ao Sr. Presidente da ANA, onde é que estavam as evidências e as provas de que a Região devia essa verba à ANA, ao que nos foi dito, na altura, que isso já não interessava, que isso estava ultrapassado e que não havia dívida nenhuma.

Aliás, o Sr. Presidente da ANA disse-nos que esta questão não era uma questão de dinheiro, taxativamente.

A Sra. Deputada Aida não sabe, porque não esteve presente (volto a reforçar) por motivos justificados, mas se perguntar às outras pessoas, nomeadamente pessoas do PSD, que lá estiveram, elas podem confirmar isto que eu aqui estou a dizer.

Relativamente à dívida e àquilo que foi as palavras da Sra. Deputada, não tenho mais nada a acrescentar.

Relativamente às referências elogiosas feitas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, quero dizer-lhe o seguinte:

Eu não lhe reconheço moral, nem autoridade, para avaliar o meu desempenho pessoal e como Deputado da Ilha de Santa Maria.

Reconheço, sim, aos marienses essa capacidade. Aliás, isso foi feito em outubro passado. Parece que avaliaram de uma determinada maneira e não vou aqui repetir os resultados eleitorais, na Ilha de Santa Maria, nem os do PS, nem os da CDU, nem os do PCP.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Desse ponto de vista acho que estamos esclarecidos.

Indo àquilo que interessa, que é o objeto do Projeto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista e também o Projeto de Resolução apresentado pelo PCP. Nós, desde o início, simpatizámos e vimos com agrado a iniciativa do PCP, relativamente ao Projeto de Resolução que apresentou.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Tanto, que a copiaram!

**O Orador:** No entanto, e porque já vínhamos a trabalhar há bastante tempo nesta questão do aeroporto de Santa Maria (tivemos aliás reuniões com o Diretor do Aeroporto de Santa Maria, tivemos reuniões com o Diretor dos Aeroportos dos Açores da ANA, uma reunião em Ponta Delgada e outra, recente, no aeroporto de Santa Maria), quando surgiu o problema do NOTAM e do encerramento noturno do aeroporto, não nos aproveitámos de uma manifestação no aeroporto, mas ao contrário, fomos nós que promovemos a entrega de uma carta ao Diretor do Aeroporto e houve marienses que nos quiseram acompanhar. Foi este o processo correto...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Espero que os marienses tenham ouvido esta quantidade de asneiras!

**O Orador:** ... que ocorreu na Ilha de Santa Maria.

Temos vindo a trabalhar desde essa altura, com contatos com o Governo Regional e com a ANA, na resolução deste problema, inclusivamente com o grupo de trabalho que se formou.

Foi possível, no âmbito destas diligências (e uma das medidas tomada tem a ver com a antecipação da notificação para a reabertura do aeroporto, que passou

para as 13 horas da véspera), que a ANA tivesse voltado atrás e emitido um novo NOTAM que atualmente estipula que qualquer aeronave que necessite da reabertura do aeroporto, tenha que o fazer até às 19 horas, horas locais.

Foi esta a situação e a evolução dos acontecimentos.

Porque este é o primeiro plenário útil em que poderíamos apresentar qualquer iniciativa depois das eleições (a proposta do Sr. Deputado Aníbal ter entrado em outubro ou ter entrado agora, o efeito é precisamente o mesmo, tal como a nossa, ter entrado em outubro ou ter entrado agora o efeito é exatamente o mesmo), por essa razão, a nossa proposta entrou neste momento, uma proposta que é mais abrangente, que (pensamos) vai ao encontro daquilo que é a defesa dos aeroportos dos Açores geridos pela ANA no seu conjunto, e naquilo que é a defesa do aeroporto de Santa Maria como um aeroporto que está naturalmente vocacionado para as escalas técnicas.

Não me esqueci da pergunta que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez. Não tenho os números comigo, mas devo esclarecer o seguinte:

De facto, de 2011 para 2012, as escalas técnicas no aeroporto de Santa Maria diminuíram, mas as escalas técnicas de pequenos aviões, daqueles que eu referi, aumentaram. Era esse o sentido daquilo que estava aí escrito, mas se quiser, tenho todo o gosto em, ainda hoje, lhe disponibilizar os números das escalas técnicas dos últimos 5 anos no aeroporto de Santa Maria.

Para terminar, pelo menos por agora, referir que esta iniciativa vem ao encontro daquilo que têm sido as pretensões, quer dos marienses, quer daquilo que foi falado no grupo de trabalho, quer daquilo que também tem sido defendido pelo Governo Regional. Integra um conjunto de propostas que queremos ver realizadas no aeroporto de Santa Maria e que a nova concessionária, uma empresa privada, garanta a sua concretização no nosso aeroporto.

Para já fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a este Projeto de Resolução devo dizer que estou de acordo com o seu teor e com aquilo que na parte resolutiva propõe.

Considero que em relação ao aeroporto de Santa Maria temos que adequá-lo, do ponto de vista das infraestruturas e das tecnologias que são necessárias, no sentido que ele continue a ser um aeroporto estratégico e que continue a contribuir para o desenvolvimento económico de Santa Maria, em particular, e, no geral, da Região Autónoma dos Açores.

Devo dizer que nesta matéria – e isso já foi referenciado pelo Sr. Deputado Artur Lima na primeira intervenção que ele fez e penso que ele tem inteira razão – cada vez que é colocada, entre o que fez o partido A e o partido B que está no poder ... Como sabem há uma alternância de poder de 5, 6, 7 e 10 anos, entre o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS.

O que acontece é que temos aqui, ao nível daquele que é o desempenho do Governo da República, o mesmo comportamento. Não o devemos é utilizar naquela que é uma visão estratégica dos Açores, que está correta, no sentido de valorizar aquelas que são as nossas valências.

O que temos do outro lado não é o PS, o PSD ou CDS. O que temos são centralistas, gente que tem uma determinada conceção de Estado e gente que tem, aqui nos Açores, porque conhecem a realidade e porque querem servir o país através do conceito de Autonomia (os Açores mais fortes é sempre um Portugal mais forte), dois conceitos.

Os adversários não são exclusivos. Os centralistas não são exclusivos do PS e também não são exclusivos do PSD.

O que temos são adversários que têm um conceito diferente em relação à configuração do Estado Português, nomeadamente em relação às Autonomias.

Por isso, sempre que num projeto de resolução se deixa ver a conflitualidade de índole exclusivamente partidária, cada vez que se deixa ver no teor do documento que enviamos para os órgãos de soberania esta conflitualidade e esta tentativa de retirar dividendos exclusivamente partidários, esse projeto de resolução fica sempre enfraquecido. É esta a minha perspetiva.

Em relação a estas tomadas de posição devemos fazê-lo.

Estou de acordo com o conteúdo e com os objetivos. Vou votar favoravelmente.

No entanto, este Projeto de Resolução sai enfraquecido por algumas referências que colocam a questão no plano partidário. Se colocam a questão no plano partidário, à partida, já estamos a enfraquecer a afirmação da nossa posição nos órgãos de soberania. É esta a minha perspetiva em relação a este assunto.

Não deixando de reconhecer que existem aqui alguns parágrafos em que se torna nítida a questão partidária, não é por isso que deixarei de votar a favor deste Projeto de Resolução, a bem dos interesses dos Açores, daquilo que é justo e daquilo que eu considero que é fundamental, que é desenvolver estas infraestruturas, acautelar os nossos interesses e desta forma defender com veemência, através de uma votação que penso que já se verificou que será unânime, uma afirmação da Autonomia Açoriana e do Parlamento dos Açores neste caso.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, o senhor não ganhou as eleições em Santa Maria.

Não foi o Sr. Deputado que ganhou as eleições em Santa Maria.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso!

**O Orador:** Foi o Partido Socialista. Por coincidência, V. Exa. fazia parte da candidatura do Partido Socialista.

Se V. Exa. se tivesse mantido no seu partido de origem...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)*

... certamente não era hoje deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso! À casa das máquinas!

**O Orador:** Sr. Deputado Duarte Moreira, se há alguém que não tem nenhuma autoridade para dizer aquilo que disse há pouco é de facto V. Exa.

**Deputado Francisco César (PS):** Baixo nível, Sr. Deputado!

**O Orador:** Aliás, os marienses que estão a acompanhar este debate, e não são poucos, quero dizer-lhe, sabem muito bem do que é que estamos a falar.

Sabem bem, aquilo que V. Exa. fez durante a campanha eleitoral...

**Deputado Francisco César (PS):** E a substância?

**O Orador:** ... aquilo que V. Exa. afirmou, designadamente acerca da questão das escalas técnicas e do aeroporto.

**Deputado Francisco César (PS):** E a substância, Sr. Deputado?

**O Orador:** Portanto, Sr. Deputado Duarte Moreira, eu não vou tecer mais nenhuma consideração...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor envergonha o comité central!

**O Orador:** ... sobre aquilo que V. Exa. disse agora, disse há pouco e sobre todo este espúrio processo do qual V. Exa. é o principal protagonista.

**Deputado Berto Messias (PS):** Já chega de dizer asneiras!

**O Orador:** Sabe por que é que eu não vou dizer mais nada, Sr. Deputado Duarte Moreira?

Eu não vou dizer mais nada, porque os marienses...

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Doí-lhe o fígado!

**O Orador:** Não! Isso é um outro problema. Isso é para a semana, Sr. Deputado. A questão do fígado é para a semana.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Que conversa é essa, a do fígado?!

**O Orador:** ... sabem muito bem quem V. Exa. é e aquilo que representa. Eu não preciso de dizer mais nada. Os marienses que estão a ouvir e que acompanharam este debate sabem muito bem do que estamos a falar. Para que fique claro, quem ganhou as eleições em Santa Maria...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é preciso dizer mais nada, porque já disse asneiras suficientes!

**O Orador:** ... foi o Partido Socialista. Não foi o Deputado Duarte Moreira, nem a Deputada Bárbara Chaves.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Os seus candidatos não foram de certeza!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, vou talvez, se me permite, usar de um pouquinho da sua arrogância...

*(Risos do Deputado Duarte Moreira)*

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Não tem um espelho entre nós!

**O Orador:** ... para lhe responder.

Vou responder-lhe do seguinte modo:

Eu, humildemente, acho que já tenho feito alguma coisa na defesa dos Açores, junto do Governo da República. Já tenho dado variadíssimas provas quando é necessário defender os interesses dos Açores.

Lamento, (naturalmente por falha minha) não conhecer uma única defesa dos Açores que o senhor tenha feito, a não ser agora...

**Deputado Berto Messias (PS):** Não diga! Não acredito!

**O Orador:** ... que o senhor vem aí, e bem, defender a sua ilha...

**Deputado Berto Messias (PS):** Os Açores!

**O Orador:** ... legitimamente, que faz parte dos Açores.

Agora, quando o senhor se referiu à defesa dos Açores como região autónoma, às questões da autonomia, da Lei de Finanças Regionais, e por aí fora, eu não lhe conheço uma única palavra de doutrina sobre essa matéria.

Eu terei pouca, mas terei alguma, Sr. Deputado, como é publicamente reconhecido, até pelo seu partido e pelo seu Governo.

O Sr. Deputado veio aqui com uma intervenção de que há uma Santa Maria antes de Duarte Moreira e uma Santa Maria depois de Duarte Moreira.

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

Não há, Sr. Deputado!

Santa Maria já era há muito tempo defendida, até pelo CDS. Pese embora nunca tenha eleito um deputado por lá, sempre defendeu Santa Maria.

Vá à história, faz bem! Aprende-se! Eu pelo menos aprendo muito com a história, Sr. Deputado.

Pergunto-lhe, já que estou a falar de história: desde que está aqui, Sr. Deputado, a exercer o seu mandato, legítimo, eleito pelo povo de Santa Maria, quantas vezes o Sr. Deputado foi recebido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas do Governo Socialista?

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Mas afinal estamos a discutir o aeroporto de Santa Maria ou o currículo de cada um!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Isto não tem nada a ver!

**O Orador:** E pelo Ministro da Obras Públicas do Governo Socialista?

Quantas questões lhe colocou nessa altura?

Que exigências lhe fez nessa altura?

Eu refiro-me desde 2008 para cá, Sr. Deputado. Depois vai perceber porquê.

**Deputado Berto Messias (PS):** O que os senhores inventam para desvalorizar os diplomas do PS!

**O Orador:** Os problemas da ANA e de Santa Maria ...

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor só defende o Governo da República!

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco César, na intervenção seguinte, se eu tiver tempo, vou ter o prazer de dialogar consigo.

**Deputado Francisco César (PS):** Então dialogue, Sr. Deputado!

**O Orador:** Os problemas da ANA e da privatização ANA só aconteceram agora?

Entre 2006 e 2011, o Sr. Deputado manifestou alguma preocupação pública sobre essa matéria?

Gostaria que o Sr. Deputado me esclarecesse sobre esse assunto, porque eu estou esquecido e não me lembro. O mesmo é extensivo a toda essa bancada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero centralizar-me naquilo que hoje interessa e naquilo que estamos aqui a discutir, que é uma proposta do Partido Socialista que defende Santa Maria – ao

defender Santa Maria, defende os Açores – perante a situação de privatização de uma empresa que é a ANA.

É nisso que temos que nos centralizar.

Esses *fait divers*, estas tentativas de diminuir esta proposta que está a ser tentada por alguns deputados neste Parlamento, ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... não desvia a minha atenção, nem a atenção que o Sr. Deputado Aníbal Pires diz que está a ter em Santa Maria (e está, de facto!) na defesa daquilo que interessa.

Neste momento, o que interessa é defender os Açores e defender Santa Maria com uma proposta concreta. É sobre essa proposta concreta que queremos ouvir a opinião dos Srs. Deputados nesta Assembleia.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Presidente do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Duarte Moreira, para além de outros problemas, terá também problemas de audição.

Se alguém valorizou a proposta do Partido Socialista foi o PCP.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Até desistiu da sua!

**O Orador:** Julgo que todas as outras bancadas a valorizarão e a aprovarão. É justa, defende os interesses de Santa Maria, defende os interesses dos Açores e

tem uma importância relevante até no contexto nacional, se ela vier a ser acatada pelo Governo da República.

O Sr. Deputado Duarte Moreira, para além de outros problemas, tem também este problema de audição e, quiçá, de compreensão.

Sr. Deputado, o problema é seu. Ninguém está a desviar a atenção do objeto do Projeto de Resolução que aqui estamos a discutir.

V. Exa. é que está incomodado, mas esse problema V. Exa. terá de resolver com os marienses.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Deputado Duarte Moreira não me quis responder, eu vou concretizar melhor as minhas questões.

Concretizá-las, Sr. Deputado, numa questão de coerência e na defesa dos Açores. Tanto devemos defender os Açores quando o Governo da República de lá é do nosso partido, como quando o Governo da República de lá não seja do nosso partido. A isso chama-se coerência, que é coisa que pelos visto o senhor não teve.

Vou ler-lhe algumas coisas, se me permite.

- 22 de janeiro de 2010.

Quem é que estava no Governo nos Açores? E aí sentado? V. Exa!

“O diploma que aprovou as bases de concessão foi ontem aprovado em Conselho de Ministros...”, (bases de concessão da ANA, foi aprovado em Conselho de Ministros!).

Quem era Governo na República?

O Partido Socialista.

- 30 de março de 2010.

“O Governo de Lisboa vai entregar a gestão dos quatro aeroportos açorianos a privados.”

Isto sugeriu-lhe alguma questão?

Nesta altura questionou Lisboa para saber o que se passava?

Não me lembro, Sr. Deputado.

O Sr. Ministro Mendonça dizia que:

“A ANA gere os aeroportos dos Açores (...) com garantia de que a exploração do serviço público aeroportuário será efetuada em regime de concessão, tendo em vista a prossecução do interesse público e a salvaguarda de objetivos de eficiência e competitividade”.

Não lhe suscitou nenhuma dúvida na altura, Sr. Deputado Duarte Moreira? (2010!)

O senhor não estranhou esta privatização, esta entrega a privados? Não estranhou? Perguntou ao Governo da República? Pediu audiências? Foi a Lisboa? Foi, Sr. Deputado? Responda-me se foi ou não foi? Por quem foi recebido? Quais foram os resultados?

Exatamente as dúvidas que o senhor colocou agora, por que é que não as colocou no passado, Sr. Deputado?

A isto chama-se coerência, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Fico-me para já por aqui, no Sr. Deputado Duarte Moreira. aguardo os esclarecimentos sobre essa matéria, porque são muitos importantes, porque a dúvida da concessão, da privatização, não surgiu agora, Sr. Deputado. Já dura há 5 anos. Em 2010 foi finalmente decidido por um Ministro da República do seu partido e pelo Primeiro-Ministro do seu partido.

De facto, andou “hibernado” até agora, permita-me que lhe diga. E o Sr. Deputado Francisco César também!

**Deputado Francisco César (PS):** Também o quê?

**O Orador:** Em 19-12-2011, o Sr. Deputado do Partido Socialista e Vice-Presidente do Grupo Parlamentar, acordou!

Também não se lembrava disto? Já estava esquecido? Não se lembravam que quem aceitou a privatização da ANA e a sua concessão a privados foi o Governo do Partido Socialista.

**Deputado Francisco César (PS):** E então? Fomos sempre informados!

**O Orador:** Os senhores esqueceram-se! Nunca o questionaram!

As dúvidas são as mesmas. Os senhores nunca o questionaram!

Não há nenhuma questão sobre essa matéria.

**Deputado Berto Messias (PS):** No âmbito do processo de construção do novo aeroporto de Lisboa, como o senhor bem sabe!

**O Orador:** Agora, Sr. Deputado, o senhor até elogia a ANA que entre 2006 e até à data tinha investido 32 milhões de euros na Região.

Disse V. Exa: ...

**Deputado Francisco César (PS):** Continue!

**O Orador:** A pergunta que eu lhe faço...

**Deputado Francisco César (PS):** Não, não! Continue!

**O Orador:** ... é onde foram investidos esses 32 milhões de euros pelo seu Governo?

Não foi no aeroporto de Santa Maria, Sr. Deputado Duarte Moreira como o senhor sabe tão bem como eu.

Foi noutros aeroportos.

Quem negligenciou Santa Maria foi o seu Governo, o Governo do Partido Socialista, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Foram investidos nos aeroportos dos Açores 32 milhões de euros. Pergunto: quanto em Santa Maria, Sr. Deputado? Responda-me também por favor a essa pergunta.

Sr. Deputado Francisco César, a sua grande preocupação (os senhores fizeram bandeira eleitoral, assustaram os marienses e os açorianos) de que ia haver um brutal aumento das taxas aeroportuárias, afinal era falso.

**Deputado Francisco César (PS):** Ainda não chegámos lá!

**Deputado João Costa (PSD):** O senhor ainda tem esperanças!

**O Orador:** - 28 de dezembro:

“O Governo da República garante que os aeroportos dos Açores geridos pela privatizada ANA estão protegidos de um aumento de taxa por um período de 10 anos.”

**Deputado Francisco César (PS):** Não ouvi!

**O Orador:** Olhe, tivesse ouvido. Em vez de estar a conversar com o seu colega, tivesse ouvido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer uma intervenção neste debate, mas o Sr. Deputado referiu algumas declarações que foram feitas por mim, em 2012.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em dezembro de 2012!

**O Orador:** Tenho pena que não tenha verificado outras declarações que foram feitas por mim nesta Assembleia, e na Comissão de Economia, quando nós tivemos, penso eu, uma resolução sobre a privatização da ANA, em que existiam diversas posições sobre a privatização da ANA e sobre qual o destino dos aeroportos que estavam a cargo da ANA.

A posição do Partido Socialista nesta matéria foi sempre muito clara.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora!

**O Orador:** Sr. Deputado, se me permitir que termine...

A posição do Partido Socialista foi muito clara.

O Partido Socialista não se opôs à privatização da ANA. Tínhamos informações do Governo da República de que os aeroportos da ANA, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E revelaram nesta Casa?

**O Orador:** ... nos Açores, ficariam incluídos no caderno de privatização no âmbito da construção do novo aeroporto de Lisboa.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor sabe! Foi aí que começou o processo!

**O Orador:** Se os Srs. Deputados bem se lembram, nesta câmara, a discussão que estava em causa, inclusive com o Sr. Deputado Jorge Macedo, era de que o PSD achava que esses aeroportos deviam ser transferidos para a Região e nós considerávamos que eles fora do âmbito da ANA perderiam a competitividade. Demos o exemplo de que a ANA tinha realizado diversos investimentos nos aeroportos da Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quais?

**O Orador:** É verdade. Eu, nas declarações da altura renumerei na questão da Horta e na de Ponta Delgada os investimentos que foram feitos e, inclusive, Santa Maria, que eu me lembre.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Continue! Da Horta, de Ponta Delgada... E Santa Maria?

**O Orador:** A posição do Partido Socialista sobre esta matéria foi sempre muito clara e salvaguarda os interesses da Região e dos aeroportos que estavam no âmbito da ANA.

Sr. Deputado, o que acontece sempre da sua parte é que deriva a conversa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não deriva conversa nenhuma!

**O Orador:** Vamos falar sobre a proposta! Vamos defender os aeroportos que estão nos Açores! Não vamos deixar que eles percam competitividade, vamos salvaguardar o interesse dos açorianos.

O Sr. Deputado, como sempre faz, anda à procura de um pequeno *fait divers*.

Sr. Deputado, vamos discutir os Açores e não uma pequena política.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado Artur Lima, o senhor tem que ser mais rigoroso!

**Deputado João Costa (PSD)** O Deputado Francisco César ainda tem esperanças que as taxas venham a aparecer!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

*Fait divers*, Sr. Deputado Francisco César?!

*Fait divers* é o que o senhor faz aqui já há muito tempo e não de agora.

O senhor vem aqui com o seu ar de catedrático, com a sua pose ensaiada, mas depois não diz. É pouco sumarenta, Sr. Deputado! Sabe porquê? Porque o senhor é apanhado a desdizer-se naquilo que defende.

A pergunta que lhe fiz e que lhe torno a fazer ...

**Deputado Francisco César (PS):** Já esclareci e fica por aí!

**O Orador:** ... é referente à sua afirmação (isto para não ir pelo tom do Sr. Deputado Duarte Moreira e dizer-lhe outras coisas mais desagradáveis; com a estima que lhe tenho não lhe vou dizer).

O senhor vai esclarecer-me!

Da sua afirmação, do seu gabanço à “ANA Socialista”, que investiu desde 2006 nos aeroportos na Região, sob responsabilidade desta empresa, 32 milhões de euros, o senhor vai dizer-me quanto foi investido em Santa Maria, já que tinha tanta informação.

O senhor vai dizer-me quantas vezes, no âmbito do processo da privatização, quais as dúvidas que o Governo dos Açores, e o senhor em particular, porque é consigo que estou a falar, colocou ao Governo da República do seu partido, ao Sr. Ministro Mendonça e ao Sr. Primeiro-Ministro José Sócrates?

Que propostas fizeram os senhores em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011 para acautelar esses interesses? É a resposta que o senhor tem que dar.

Quanto foi investido pelo Governo da República entre 2006 e 2011 no aeroporto de Santa Maria? A pergunta é extensiva aos dois.

Isto, Sr. Deputado, não é *fait divers*.

Se o senhor julga que com esta sua conversa de lateralidade absoluta vai desmotivar-me de fazer a pergunta, vou fazê-la até o senhor responder.

Se o senhor não responder, é porque não sabe e está a pôr o interesse dos Açores atrás de todo e qualquer interesse.

Se o senhor puser os interesses dos Açores em primeiro lugar, o senhor responde a esta pergunta com objetividade e com clareza.

Não fazendo, está a entregar os pontos e a desistir da defesa dos Açores, porque ela deve ser sempre feita, quer seja um governo Socialista, do CDS, do Partido Comunista, de quem seja.

Os Açores em primeiro lugar, Sr. Deputado!

Portanto, fico à espera.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para trazer uma informação que julgo que pode relevar para o debate, em relação ao aeroporto de Santa Maria.

Dar conhecimento à câmara daquilo que o Governo, na sua pronúncia sobre o contrato de concessão, emitida a 21 de dezembro de 2012, por iniciativa própria, defendeu.

No ponto relativo às obrigações de desenvolvimento, que constam do ponto 17.2 do contrato de concessão, o Governo dos Açores diz que, em relação a Santa Maria, devem estar previstos os investimentos relativos às seguintes situações:

- a repavimentação das pistas do aeroporto;
- o novo transportador de bagagem;
- a reabilitação do *taxiway*;
- a vedação de segurança envolvente ao aeroporto de forma a não permitir o acesso não autorizado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os senhores devem ter um acesso privilegiado a isso!

**O Orador:** Deve ser entendido também aquilo que é um protocolo assinado entre o Governo da República e o Governo dos Açores, de transmissão para a Região das habitações no perímetro do aeroporto de Santa Maria. Este protocolo continua a aguardar a publicação da Resolução para que o mesmo produza efeitos.

Em relação a um outro aspeto, aquilo que o Governo Regional dos Açores defende que deveria constar deste protocolo, ou melhor deste contrato, e que tem a ver com os parâmetros sectoriais do serviço público, o que consta da pronúncia por iniciativa própria do Governo dos Açores é o seguinte (cito):

“Face ao cancelamento recente do NOTAM que permitia a abertura H 24 deste aeroporto e atendendo à importância para a promoção de realização de escalas técnicas, deverá ser salvaguardado o seguinte:

- o horário de funcionamento diariamente entre as 6 e meia e as 24;

- os pedidos de reabertura para o período das 0 às 6 e meia devem ser até duas horas antes da hora do fecho desta infraestrutura.”

Em relação àquilo que o Governo defende e que no seguimento desta posição expressa pelo Governo do Partido Socialista o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também defende, o que gostaria de dizer é que estes são aspetos verdadeiramente essenciais para Santa Maria e para o aeroporto de Santa Maria. Não resisto, porém, a dar razão a alguns dos Srs. Deputados que dizem que a questão partidária tem relevância nesta matéria. Efetivamente tem.

A relevância que a questão partidária tem nesta matéria é que, enquanto o Governo da República foi do PS, o aeroporto de Santa Maria esteve aberto até às 24 horas.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Quando o Governo da República passou a ser do PSD e do CDS-PP deixou de estar aberto até às 24 horas.

Muito obrigado.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já vinha de antes como o Sr. Presidente muito bem sabe!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Penso que ficou aqui bem demonstrado que este Projeto de Resolução tem saltos cronológicos.

São fundamentalmente selecionados os melhores momentos, as melhores fotografias do PS. E são esquecidas outras questões que foram importantes do ponto de vista da definição do que deveria vir a ser o desenvolvimento do potencial do aeroporto de Santa Maria.

Tem aqui algumas fotografias apagadas.

É esta cronologia que enfraquece este Projeto de Resolução como há pouco disse.

Ficou aqui amplamente comprovado que o Partido Socialista nem sempre teve a mesma posição em relação a Santa Maria.

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Não apoiado!

**O Orador:** Ficou amplamente comprovado que o Partido Socialista, quando governou na República, também não apoiou a construção e o reforço das infraestruturas de Santa Maria no grau em que agora os Srs. Deputados do Partido Socialista pedem. Isso ficou absolutamente comprovado.

Mas mais do que isso, tivemos aqui a confissão de que, por parte do Partido Socialista – penso que isso é a grande novidade do debate –, o processo de privatização não é um problema.

**Deputado Francisco César (PS):** Qual é a novidade disso?

**O Orador:** Pergunto ao Sr. Deputado Francisco César:

Se a privatização não é um problema, gostava de saber como é que o Sr. Deputado defende este tipo de posições quando sabe que o país está enfraquecido?

Neste período de enfraquecimento do país, quando ocorre um processo de privatização e o país está de joelhos, o senhor vai exigir o quê, a quem está do outro lado desde 2010?

É isso que considero que não é com certeza uma opção estratégica e uma opção inteligente.

Vamos privatizar quando estamos aqui de joelhos.

Qual é a capacidade que tem um governo que estava em bancarrota, quando está num estado de enfraquecimento político e económico, para impor o conjunto de condições que os senhores agora estão a defender?

É isso que acho que é um erro estratégico por parte do Partido Socialista.

O Partido Socialista que não venha agora dizer que “quando nós governamos as coisas são melhores”. Isso não é factualmente verdade.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** O senhor não gosta, mas é verdade!

**O Orador:** Os senhores estão de acordo quando é o Governo da República do Partido Socialista que não faz. Escondem, não pedem audiências, não têm esse posicionamento, esse grau de exigência.

Quando são os outros que estão a governar na República, aí os senhores já exigem tudo e mais alguma coisa e inclusivamente apresentam uma fotografia falsificada daquela que foi a evolução desta questão.

É isto que considero que é um discurso absolutamente inaceitável porque falta a verdade e não defende os interesses da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem 2 minutos.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para lhe agradecer a informação que trouxe, em primeira mão, a esta câmara sobre aquelas que são as reivindicações do Governo dos Açores (e muito bem) e já transmitidas, pelo que percebi, ao Governo da República.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não são só essas. Em Santa Maria são essas!

**O Orador:** São essas, relativamente a Santa Maria.

Agradecer ao Sr. Presidente que tenha informado a câmara dessas reivindicações do Governo Regional.

O que curiosamente, ou coincidentemente, por coincidência, são as mesmas que apresenta o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Uma feliz coincidência!

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Não é! Mas já lá vamos

**O Orador:** É uma feliz coincidência, Sr. Presidente do Governo. É uma redundância...

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Não é!

**O Orador:** ... que vos fica mal, Sr. Presidente.

Se o Governo dos Açores já fez, e bem, as suas reivindicações, já está lá à espera de resposta.

Qual é a necessidade, diria Padre Remédios, que este senhor venha agora com uma redundância, apresentando exatamente as mesmas questões para as quais o Governo Regional...

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Para este Parlamento pronunciar-se!

**O Orador:** Então o Parlamento já se tinha pronunciado antes.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Ah sim?!

**O Orador:** Já tinha sido informado antes, Sr. Presidente.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Que plenário houve antes?

**O Orador:** Portanto, a redundância, que é a feliz coincidência (registro), que vem tirar obviamente toda a oportunidade da resolução do Partido Socialista e manter a do Partido Comunista. Foi pena que a tivesse tirado, Sr. Deputado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem 30 segundos.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): É suficiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradeço ao Sr. Presidente do Governo a informação que forneceu à câmara. Congratulo-me com isso e congratulo-me com uma outra questão, que é a manifesta independência que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem relativamente ao Governo Regional.

De facto, registo isto positivamente, até porque há um pormenor que é diferente entre aquilo que foi a pronúncia por iniciativa própria do Governo Regional e o Projeto de Resolução que hoje é aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar Partido Socialista. Tem a ver com a área de funcionamento.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de 24 sobre 24 horas, abertura 24 horas. O Governo Regional pronunciou-se exatamente entre as 24 e as 6.30 da manhã, tal como o Projeto de Resolução do PCP propunha.

Obrigado, Sra. Presidente, por alguma tolerância que me tenha dado, porque devo ter ultrapassado alguns segundos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu já ouvi muita coisa nesta casa, agora ouvir que este Parlamento não precisava pronunciar-se...

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Eu não disse isso!

**O Orador:** ... confesso que é a primeira vez que teria perdido oportunidade na pronúncia.

Sr. Deputado, recordo-lhe que este é o primeiro plenário depois de ter sido enviada, e termos acesso, a proposta do contrato de concessão.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Ah, pois é!

**O Orador:** Queria que a Assembleia se pronunciasse quando?

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Na Comissão de Economia por exemplo!

**O Orador:** Não, não.

Este é exatamente o tempo adequado para isso.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é uma brincadeira!

**O Orador:** Fico muito satisfeito que o Parlamento dos Açores se possa pronunciar sobre essa matéria, a não ser que discorde, também é legítimo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! Assim está bem!

**O Orador:** Mas fico muito satisfeito que o Parlamento dos Açores se pronuncie sobre essa matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(\*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para precisar uma afirmação que o Deputado Francisco César fez há pouco, relativamente à posição do PSD na anterior legislatura, quando um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda foi discutido em sede de Comissão de Economia e, posteriormente, em plenário.

Referiu o Sr. Deputado Francisco César que o PSD era favorável a que os aeroportos, que eram geridos pela ANA, no âmbito do processo de privatização, fossem regionalizados. Essa é uma precisão, mas não era este o caso.

O que se verificava na altura é que o processo evoluía nesse sentido. Ou seja, o que sabíamos, tínhamos notícia pública e mesmo oficial, era de que o processo de privatização não pretendia incluir, nesse processo de privatização, os aeroportos dos Açores.

Nessa circunstância, e face ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, a posição que o PSD manifestou na altura, e foi objeto de discussão aqui, foi de que não faria sentido aquilo que o Bloco de Esquerda defendia na altura, até utilizei uma figura de estilo para ilustrar a posição do PSD.

Faria sentido, sim, qualquer processo que não incluísse na privatização os aeroportos dos Açores. A regionalização, ou seja, ficar fora da privatização, obrigaria que o Governo da República e a República se responsabilizassem pelo respetivo envelope financeiro. Penso que isso ficou claro na altura.

Relativamente à última intervenção do Sr. Presidente do Governo, deixe-me dizer que já por diversas vezes, quando o Governo quis espaldear-se na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, face à impossibilidade de ouvir a Assembleia em plenário, foi utilizado um instrumento que está sempre em funcionamento, presidido pelo Sr. Deputado Francisco César, a Comissão de Economia.

**Deputado Anibal Pires (PCP):** Ou a Comissão Permanente!

**O Orador:** Portanto, para o parecer por iniciativa própria do Governo Regional, podia ser utilizada a Comissão de Economia para dar conhecimento aos 57 deputados, através dos seus representantes na Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem um minuto.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Eu não sou contra a que o Parlamento se pronuncie, Sr. Presidente. O senhor não vá por aí.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Eu não disse que o senhor era contra!

**O Orador:** O senhor disse que eu não concordava!

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Caso este Parlamento não concorde!

**O Orador:** Não senhor.

Eu concordo que esta casa se pronuncie sempre, Sr. Presidente.

O Governo, quando quis ouvir esta casa, sempre a ouviu, inclusivamente o ano passado ouviu a Comissão de Economia para se pronunciar sobre o Memorando de Entendimento.

Se o Sr. Presidente do Governo nos quisesse dar conhecimento dessas reivindicações sobre o aeroporto de Santa Maria, tinha pedido à Comissão de Economia ou à Comissão Permanente.

Portanto, não serve de desculpa (Sr. Presidente, desculpar-me-á que lhe diga) o facto de este plenário não estar reunido.

O Partido Socialista podia ter tido uma Resolução na defesa de Santa Maria, o que escusava de ser era exatamente igual, *ipsis verbis*, à letra das reivindicações do Governo.

Tenho dito.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, a discussão que foi tida (o Sr. Deputado com certeza lembrar-se-á) não foi em 2012. Foi tida em setembro de 2011. Como o Sr. Deputado bem se lembra, essa discussão já tinha tido efeito noutras alturas. Não foi a primeira vez que discutimos na Comissão de Economia a questão dos aeroportos da Região, o que demonstra que não foi só nesta altura que o Partido Socialista e os partidos desta Casa se pronunciaram sobre a questão dos aeroportos da Região.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não são os aeroportos da Região! É o de Santa Maria!

**O Orador:** Como também não é verdade que o Governo dos Açores, quer o Governo fosse do PS ou do PSD/CDS-PP, se valesse da sua força para impedir ou salvaguardar os interesses desta Região.

O Governo Regional, em fevereiro de 2006, após o anúncio da ANA do encerramento desta infraestrutura, do aeroporto de Santa Maria, para as 21H30, imediatamente tomou posição, trabalhou junto do Governo da República.

Junto do Governo da República o Secretário da Economia de então, Duarte Ponte, e o Presidente do Governo de então, conseguiram manter o aeroporto aberto durante o horário que era pretendido.

Assim se demonstra...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não demonstra nada!

**O Orador:** ... que quer esta bancada, quer o Governo dos Açores sempre estiveram ao lado dos açorianos na salvaguarda dos seus aeroportos.

O Sr. Deputado é muito rápido a dizer que “o senhor não trabalhou”...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu não disse isso! Isso é falso!

**O Orador:** ... ou que o Partido Socialista não se pronunciou.

Sr. Deputado, antes de apontar o dedo, diga o que é que fez.

Eu acredito que com certeza tenha trabalhado, mas antes de apontar aos outros, o Sr. Deputado fale de si.

O senhor é muito rápido em criar um episódio.

O Partido Socialista tem estado, como demonstrei, desde sempre, a discutir este assunto. Esteve aquando do início do processo de privatização, esteve aquando da construção do aeroporto de Lisboa e foi muito claro sobre isso.

Nós, inclusive, salvo erro, até tivemos uma urgência neste Parlamento e discutimo-la várias vezes. Eu até fui uma das pessoas que tive essa discussão e o Sr. Deputado Duarte Moreira também a teve.

Nós estivemos sempre ao lado dos Açores e na salvaguarda dos seus aeroportos.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Falso!

**O Orador:** Estivemos na altura e vamos continuar a estar, pode ter disso a certeza, por muito e por muito que o senhor tente defender Passos Coelho e Paulo Portas.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É falso!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para uma interpelação à Mesa.

Queria solicitar à bancada do Partido Socialista que me dispensasse um minuto para poder responder ao Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Berto Messias (PS):** Quanto tempo o Partido Socialista tem?

**Presidente:** O Partido Socialista tem 13 minutos.

**Deputado Berto Messias (PS):** Um minuto concedido!

**Presidente:** Uma vez que o Partido Socialista concedeu um minuto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado:

Sr. Deputado Francisco César, quem falou em trabalho, ou não trabalho, não fui eu. Foi o Sr. Deputado Duarte Moreira...

**Deputado Francisco César (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... que me interrogou sobre o que é que eu tinha feito na defesa dos Açores.

O senhor não é ninguém para me dizer que não é verdade, nessa matéria, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Como o senhor também não é ninguém!

**O Orador:** Vamos lá ver se nos entendemos.

Quem disse que eu não tinha trabalhado ou deixado de trabalhar... O que o senhor quis pôr na minha boca, não fui eu que disse. Foi o Sr. Deputado Duarte Moreira que me interrogou...

**Deputado Duarte Moreira (PS):** Perguntei o que é que o senhor fez por Santa Maria e o senhor não me respondeu!

**Deputado Francisco César (PS):** É verdade!

**O Orador:** O Sr. Deputado não me deixará faltar à verdade.

... sobre o meu trabalho, o que é que eu tinha feito ou tinha deixado de fazer, Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**O Orador:** Lamento ter que lhe fazer (mas lamento mesmo!) esse esclarecimento.

Não fui eu que pus em causa o trabalho de ninguém, nem perguntei se trabalhava ou deixava de trabalhar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor disse que eu nunca tinha antes falado no assunto! É verdade ou é mentira?!

**O Orador:** Mas isso não é dizer que o senhor não trabalhou.

Eu perguntei quais foram as ações do Partido Socialista e não suas, (porque não fulanizei, Sr. Deputado...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem de terminar.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente.

... e também suas, porque Deputado do Partido Socialista), quais as perguntas, quais as dúvidas, quais as interrogações...

**Deputado Francisco César (PS):** Setembro 2012!

**O Orador:** ... tal qual os senhores estão a pôr agora e puseram no passado recente.

Foi isso que eu perguntei, Sr. Deputado.

Se o senhor quiser levar a conversa para outro sítio pode levar, por mim o assunto está encerrado.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua tolerância.

Muito obrigado pelo minuto.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Uma vez que a Representação Parlamentar do PCP retirou a sua iniciativa, vamos apenas votar o Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos passar para o ponto 7 da Agenda da Reunião. Chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados que foi distribuído uma proposta de substituição integral deste Projeto de Resolução, pelo que, tal como fizemos no ponto anterior, será esta a proposta que iremos discutir e sobre a qual iremos também votar.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para um intervalo regimental de meia hora.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, são 7H25.

Considerando que é regimental este pedido, proponho que terminemos por hoje os nossos trabalhos.

Boa noite para todos.

Recomeçamos amanhã às 10 horas.

*Eram 19 horas e 22 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

**Francisco Manuel Coelho** Lopes Cabral

**José António Vieira da Silva** **Contente**

(\*) Texto não revisto pelo orador.

**Correspondência entrada**

**Listagem da correspondência**

**1 - Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Programa de pequeno-almoço na Escola e almoço durante o período de férias escolares](#) – n.º 6/X

**Autor:** BE

**Entrada:** 2013 – 01 – 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

**2 - Projetos de Resolução:**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos do domínio público e respetivos edifícios e infraestruturas, não afetos à](#)

atividade aeroportuária, geridos pela ANA, SA, no Concelho de Vila do Porto – n.º 4/X

**Autor:** PCP

**Entrada:** 2013 – 01 – 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

**Assunto:** Resolve recomendar ao Governo Regional que suspenda definitivamente todos os apoios a projetos para estabulação total de gado bovino, incluindo os que estejam em análise e ainda não tenham recebido despacho – 12/X

**Autor:** CDS-PP

**Entrada:** 2013 – 01 – 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

**Assunto:** Recomenda ao Governo da República que desenvolva todas as iniciativas da sua competência para a viabilização do Aeroporto de Santa Maria como Aeroporto de referência para escalas técnicas à aviação civil dos Açores e salvaguarde os legítimos interesses da região e das suas populações – 13/X

**Autor:** PS

**Entrada:** 2013 – 01 – 16

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

### **3 - Comunicação/Informação:**

**Assunto:** Ofício a solicitar a prestação de depoimento, da Sra. Deputada Regional Renata Correia Botelho, no âmbito de ação de processo comum n.º 368/12.6TTPDL

**Autor:** Secção Única do Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada

**Data de entrada:** 2013 – 01 – 14;

#### **4 - Relatórios e Pareceres:**

**Assunto:** Pedido de autorização para o Deputado Regional Miguel António Moniz da Costa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo arbitral que corre termos no Tribunal Arbitral constituído para resolver o litígio entre a EUROSCUT AÇORES – Sociedade concessionária da SCUT dos Açores, S.A. e a Região Autónoma dos Açores relativamente à construção da SCUT na ilha de S. Miguel

**Autor:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013 – 01 – 16;

**Assunto:** Pedido de autorização para a Deputada Regional Renata Correia Botelho prestar depoimento, na qualidade de testemunha, na ação de processo comum n.º 368/12.6TTPDL que corre termos na Secção Única do Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada

**Autor:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2013 – 01 – 16

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco